

Volume 3 | Número 2 | 2024

PNEUMa

REVISTA TEOLÓGICA



FABAPAR
Faculdades Batista do Paraná

| APRESENTAÇÃO

Este número apresenta assuntos variados, que demonstram a pluralidade de pesquisas teológicas na FABAPAR: há estudos de teologia bíblica, analisando Malaquias, Atos e Gálatas; também temos estudos relacionados à arte, sendo um sobre dança e outro sobre musicais natalinos; também podemos ver análises da história da teologia, estudando a história da interpretação bíblica, a história dos batistas, e até a história do cristianismo durante o período nazista na Alemanha.

Da mesma forma, também temos uma pluralidade nos autores: temos alguém que é aluno da graduação, Eduardo Santana. Também temos egressos, como a Ana Luiza Faria, que está publicando seu segundo texto na revista, e Bruno Oliveira Berriel e Antonio Marcos Sobrinho de Lima, que estudaram tanto a graduação como a pós-graduação conosco, na FABAPAR. Temos o Rodrigo Alves Madureira, que estudou a graduação em Teologia em outra instituição, mas que estudou na nossa Pós-graduação em Teologia e Interpretação Bíblica. E, no caso de Luciano Salviato, temos o texto que é justamente o resultado de sua Pós-graduação em Teologia do Novo Testamento Aplicada. Por fim, temos dois professores da FABAPAR: Paulo Henrique Pedrão e Samuel Vieira Barros, os quais fizeram o Mestrado na nossa casa.

Gostaria de agradecer àqueles que, juntamente comigo, planejaram essa revista, e tornaram possível esse espaço para publicação de pesquisas, bem como à Direção da instituição, pela confiança na minha pessoa e no meu trabalho. Por fim, agradeço ao pessoal do NIDE que participou na reformulação da identidade visual da revista, que ficou excelente. Este é o segundo número na nova identidade, e temos recebido muitos elogios. Repasso os mesmos àqueles que são os verdadeiros responsáveis por essas mudanças que abrilhantam ainda mais esta revista.

¹ Doutor em História (UFPR). Professor na FABAPAR. Editor-Chefe da Pneuma: revista teológica. Brasil. E-mail para contato: professor.willibaldo@fabapar.com.br

O CONFLITO ENTRE A CARNE E O ESPÍRITO EM GÁLATAS 5: UMA ANÁLISE SOBRE A LUTA INTERIOR DO CRISTÃO

THE CONFLICT BETWEEN THE FLESH AND THE SPIRIT IN GALATIANS 5:
AN ANALYSIS OF THE CHRISTIAN'S INNER STRUGGLE

EL CONFLICTO ENTRE LA CARNE Y EL ESPÍRITU EN GÁLATAS 5: UN
ANÁLISIS DE LA LUCHA INTERIOR DEL CRISTIANO

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer sobre o conflito entre a carne e o espírito, com ênfase na carta do Apóstolo Paulo aos Gálatas, onde simboliza a batalha interna do cristão em sua trajetória de fé. E uma vez compreendido sobre as obras da carne e o fruto do Espírito, dá-se início a importância da santificação, que é vital para todos os cristãos, pois, frequentemente somos tentados a pensar que a santificação é apenas um chamado para pastores, bispos e dirigentes de religiões. No entanto, a realidade é que Deus convoca todos os indivíduos a uma existência de santidade, e para adentrarmos no processo de santificação vem a renúncia ao pecado, onde trataremos sobre o duelo entre carne e espírito e a batalha espiritual na vida do cristão, e ao final deste artigo, o leitor terá uma visão mais abrangente sobre o tema.

Palavras-chave: Santidade. Santificação. Pecado. Obras da Carne. Fruto do Espírito.

¹ Gestor de Comércio pela UNICESUMAR. Pós-graduado em Maçonologia e Filosofia Maçônica pela Uninter; Pós-graduado em Teologia e Pensamento Religioso pela Faculdade Metropolitana. E-mail para contato: luciano.marcas@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O texto de Gálatas 5 que aborda o conflito entre a carne e o espírito, simboliza a batalha interna do cristão em sua trajetória de fé. Ao escrever para os Gálatas, Paulo retrata essa luta espiritual como um embate constante entre dois polos antagônicos: a natureza carnal, que leva o ser humano a adotar comportamentos pecaminosos, e o Espírito Santo, que orienta o cristão a viver uma vida santa e em sintonia com a vontade divina.

O conceito de santidade e o processo de santificação têm ocupado posições de destaque em diversas tradições espirituais e religiosas, particularmente no cristianismo. Em um sentido mais abrangente, a santidade se refere à condição de ser sagrado ou separado para um propósito divino. Por outro lado, a santificação é o procedimento em que pessoas ou grupos são purificadas e modificadas para atingir um nível mais alto de espiritualidade e conexão com o sagrado. Através de um método comparativo da aplicabilidade do texto de Gálatas da época em que foi escrito e a geração atual, compreenderemos o porquê é indispensável a santificação na vida do cristão.

A santidade é o hábito de ser uma só mente com Deus, de acordo com o que as Escrituras descrevem como sendo a mente Dele. É concordar com seu julgamento, amar o que Ele ama e odiar o que Ele odeia (Packer, 1992, p. 16-18). Já as obras da carne, portanto, não deixam de ser o fruto podre e venenoso do “eu” que procura afastar o controle divino da vida (Barclay, 2009, p. 9).

Cabe entendermos o descrito em 1 Pedro 1.5-7, onde somos instruídos a sermos santos como Ele é santo. E parafraseando J. C. Ryle (Ryle, 2002, p. 40), a santificação é o resultado e a inseparável consequência daquele que nasce de novo e é feito uma nova criatura.

A santificação, por igual modo, é uma coisa que não impede que um homem experimente intenso conflito espiritual interior. Por conflito entendo aquela luta no íntimo, no coração, entre as naturezas antiga e nova, a carne e o espírito, as quais podem ser encontradas juntas em todo crente (Ryle, 2002, p. 44)

Quanto mais buscamos a santificação em nossa vida, mais haverá o conflito interior entre a nova natureza e a velha natureza. Apesar da justificação, que declara o fiel como justo perante Deus, ser instantânea, a santificação é um processo. Neste processo, a velha natureza permanece, mesmo sendo atenuada pelo trabalho do Espírito Santo. É a constante presença da carne que provoca o conflito. O presente conflito lembra um ditado indígena que nos diz: “Dentro de mim, existem dois lobos: O lobo do ódio e o lobo do amor. Ambos disputam o poder sobre mim. E quando me perguntam qual lobo é vencedor, respondo: O que eu alimento”.

1 CONHECENDO AS OBRAS DA CARNE A PARTIR DE GÁLATAS

Essa seção tem o objetivo de explorarmos as obras da carne que foi descrito pelo Apóstolo Paulo em sua carta aos Gálatas, e registrada no livro de Gálatas (5.19-21) que nos diz:

19Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, fornicção, impureza, lascívia, 20 Idolatria, feitiçaria, inimizades, porfias, emulações, iras, pelejas, dissensões, heresias, 21 Invejas, homicídios, bebedices, glotonarias, e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como já antes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus

8

Paulo tenta, na admoestação, fazer-se instrumento de ajuda a todos, para que façam uma revisão de seus projetos. “Referindo-se às virtudes teologais, ele desinstala os gálatas para depois ajudá-los a se reconstruir” (Ferreira, 2005 p. 159).

É vital que exploremos com profundidade as obras da carne acima descritas, uma vez que suas consequências são eternas, e não poderemos no dia do juízo alegar desconhecimento. Imperativo a abordagem dessas obras, pois elas são o entrave em nosso caminho de santificação, e nas palavras de Sun Tzu (2010 p. 12) “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas”.

Embora numerosa, as obras da carne podem ser divididas em 4 (quatro) grupos, sendo: sexo, religião, relacionamento e vícios, e não esquecendo de “coisas semelhantes a essas” que será devidamente abordada.

1.1 SEXO

Primeiramente temos a área relacionada com o sexo: prostituição, impureza, lascívia (verso 19). A palavra prostituição é Porneia no grego, e poderia ser traduzida como fornicação, que se refere a relações sexuais entre um homem e uma mulher não são casados. Mas ela também pode se referir a qualquer tipo de comportamento sexual ilícito como adultério e até mesmo a masturbação.

O Apóstolo Paulo fala de uma maneira que é perfeitamente neutra, em que significa simplesmente o corpo físico que cada homem possui. Fala dos que desonram os seus corpos com seus excessos e perversões sexuais (Rm 1.24); Segundo Barclay (2009 p 30) “Ninguém precisa ficar atônito porque Paulo começa sua lista das obras da carne com os pecados sexuais. Ele vivia num mundo onde tais pecados grassavam, e naquele mundo o cristianismo trouxe aos homens um poder quase milagroso para viver em pureza”.

O cristianismo se deparou com uma circunstância em que, frequentemente, a prostituição estava associada à religião. Existiam diversos templos com seus rebanhos de prostitutas sagradas. Em Corinto, o templo dedicado a Afrodite abrigava milhares delas, que se dirigiam às ruas para exercer suas profissões ao cair da tarde.

Akatharsia é uma palavra grega que significa impureza, tanto no sentido físico como no moral, e a impureza vem carregado com o sexo anormal, ou seja, aquele que é fora do propósito original que Deus deixou para o ser humano. A Lascívia, do grego Aselgeia provém de sensualidade e ações indecentes, e no campo da sensualidade, vem a vestimenta do cristão. A forma de se vestir diz muito sobre a pessoa, e não podemos ser o motivo de pensamentos impuros por parte de terceiros, a vestimenta do cristão deve ser compatível com a vontade divina.

1.2 RELIGIÃO

O segundo grupo é o da religião, que inclui: idolatria e feitiçaria (v. 20). A idolatria, do grego Eidolatria é a adoração de outros deuses ou de imagens, enquanto feitiçaria é o contato com demônios ou com as assim chamadas entidades. Isso mostra que as obras da carne não atingem somente a nós mesmos e nosso próximo, mas também agredem a Deus.

Na época em que o Apóstolo Paulo escreveu a carta aos Gálatas aproximadamente no ano 52/53 d.C., a idolatria era direcionada a culto e adoração a outros deuses, contudo, na atual teologia, entendemos que idolatria é tudo aquilo que ocupa lugar no coração do homem que não seja Deus. Embora isso fora demonstrado na passagem do jovem rico (Mt 19.16-22), mostra que Jesus não falava de forma literal para o jovem rico vender todos seus bens, mas, Jesus queria que ele não tivesse em seu coração o apego as coisas materiais.

No dia 09 de fevereiro de 2024 no culto da Igreja Avivamento Pleno onde sirvo a Deus, durante a ministração da Palavra do Senhor, o Espírito Santo por uma visão mostrou claramente que meu coração era dividido, sendo metade do Senhor e a outra metade pertencia a Maçonaria, e após essa revelação divina, precisei fazer a escolha de abandonar a Maçonaria, pois o Senhor é Santo e Ele não divide a Sua Glória com nada. Citei sobre a Maçonaria com a finalidade de demonstrar que aquilo que ocupa lugar no coração do homem que não seja Deus, é considerado como idolatria.

Vejamos a passagem de Abraão e o Sacrifício de Isaque (Gênesis 22.1-12), é de fácil compreensão que Deus nunca quis sacrificar Isaque, pois era o “filho da promessa”, mas queria sacrificar o “Isaque” que estava ocupando espaço no coração de seu pai.

Sobre a Feitiçaria, do grego Farmakeia, de um modo muito sucinto, é toda consulta ao sobrenatural que não seja Deus. Dentro desse campo, inclui-se a necromancia, magia, horóscopos e adivinhações, todas proibidas pela bíblia (Levítico 19.26, Deuteronômio 18.10, e Atos 19.19).

1.3 RELACIONAMENTOS

Nessa parte são incluídas inimizades, porfias (contenda, brigas e disputa), ciúmes, iras (acesso de raiva), discórdias (desunião), dissensões (divisões ferozes), facções (falsas doutrinas) e invejas.

Segundo Bevere (2023,p 14) “o orgulho nos impede de lidar com a verdade, ele distorce a nossa visão”. O orgulho é considerado um pecado condenatório e perigoso, que pode levar à destruição e à separação de Deus e das outras pessoas.

Normalmente vemos muitas dessas situações dentro da própria igreja, pessoas se corrompendo por cargos e disputas por ministérios, tornando-se desnecessário aprofundamento nessas tão claras atitudes.

1.4 VÍCIOS

O quarto grupo é o da alimentação que envolve bebedices e glotonaria, e como foi bem frisado pelo Apóstolo Paulo, “coisas semelhantes a essas”, que podemos incluir os vícios, seja por tabagismo, substâncias controladas e/ou ilícitas.

A glotonaria que seria o comer em excesso, é frequentemente associada a ansiedade, onde pessoas com esse transtorno ou em crise, costumam comer compulsivamente.

A bebedice é algo que merece atenção redobrada, pois não é apenas a questão da embriagues, mas do mal testemunho. Imagine a figura de um pastor ou diácono em um bar bebendo cerveja, os mais fracos e/ou novos na fé podem normalizar esse ato, que além de tirar a autoridade do pregador, pode levar pessoas ao vício da bebida. Como poderia um obreiro discipular uma família que passa por problemas de alcoolismo, sendo que ele mesmo tem o hábito de beber publicamente? Em Mateus cap 15 versos 6 as palavras de nosso Senhor são explícitas sobre o mal testemunho.

2 O FRUTO DO ESPÍRITO

Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio. Contra essas coisas não há lei (Gal cap 5 versos 22-23). Nota-se o equilíbrio ao lermos essa carta do Apóstolo Paulo, pois para cada grupo das obras da carne, existe uma virtude que é o fruto do Espírito.

2.1 AMOR

Tudo começa com o amor de Deus, porque Deus é o Deus de amor (2 Co 13.11). O amor cristão é o reflexo do amor de Deus, e dele obtém seu padrão e poder. Este amor de Deus é totalmente imerecido, porque a prova dele é que, enquanto ainda éramos pecadores, Cristo morreu por nós (Rm 5.8).

No Antigo Testamento, em Levítico (19.18), está escrito: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.” Esse mandamento foi dado como parte da lei de Deus ao povo de Israel e no Novo Testamento, Jesus reafirmou essa instrução como um dos maiores mandamentos. Em Mateus (22.37-39), Ele disse: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento. Este é o maior e o primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.”

O texto joanino que afirma que “Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16) exala a maior prova de amor de Deus para com o homem, um amor “de tal maneira”, ou seja, inominável e sem medidas.

2.2 ALEGRIA

Na vida cristã, a alegria sempre permanece como um fator constante. “Alegrai-vos no Senhor,” escreve Paulo aos seus amigos filipenses, e passa a repetir a sua ordem: “Alegrai-vos sempre no Senhor; outra vez digo, alegrai-vos” (Fp 3.1; 4.4). “Regozijai-vos sempre,” escreve aos tessalonicenses (1 Ts 5.16). Já foi dito que “alegrai-vos!” é sempre a ordem do dia para o cristão. Piper (2018 p. 41) nos instrui: “A única maneira de glorificar a total suficiência de Deus é ir a Ele porque em Sua presença há plenitude de alegria e à sua direita delícias perpetuamente (Sl 16.11)”.

Ao contrário da felicidade, que é passageira e conjuntural, a alegria cristã persiste mesmo diante das adversidades, em Tiago cap 1 versos 2-3: diz: “Meus irmãos, vejam isso como uma grande alegria, pois a prova da sua fé resulta em persistência.” As adversidades formam nosso caráter e nos conectam a Deus, gerando uma alegria espiritual. Paulo e Silas, por exemplo, mesmo encarcerados e açoitados, cantaram louvores a Deus na prisão (Atos cap 16 versos 25). A alegria deles não residia na circunstância, mas na convicção de que Deus estava ao seu lado.

Mesmo em tempos difíceis, lembre-se de que nada pode roubar a alegria daqueles que estão firmados no amor e na graça de Deus.

2.3 PAZ

A verdadeira paz começa com a reconciliação com Deus, alcançada por meio de Jesus. A paz de Cristo nos liberta da culpa do pecado e nos assegura a vida eterna.

Vemos em João cap 14 versos 27: “Deixo a paz a vocês; a minha paz dou a vocês. Não a dou como o mundo a dá. Não se perturbe o seu coração, nem tenham medo”.

O Senhor Jesus nos transmite uma paz e segurança para suportarmos e vencermos as aflições, depressão e ansiedade.

Paulo descreve a paz de Deus em Filipenses 4.7 como algo que “supera todo o entendimento”. Isso quer dizer que: É incompreensível pelos raciocínios humanos. É uma tranquilidade que se mantém, mesmo em situações desfavoráveis. Ela protege nossos corações e mentes, resguardando-nos de ansiedades e temores.

A paz que Deus nos transmite é uma dádiva incomparável que nos apoia em momentos de felicidade e dor. Ela nos proporciona confiança, tranquilidade e esperança, mesmo em um mundo repleto de dúvidas. Que possamos buscar essa tranquilidade todos os dias, permitindo que ela domine nossos corações e se torne um testemunho concreto do poder transformador de Deus em nossas existências.

2.4 PACIÊNCIA

A paciência é uma virtude que nos ensina a esperar em Deus, a confiar sem perder a esperança e a entender que o silêncio de Deus não é a sua ausência. Quando seu caráter muda, seus motivos e suas reações normais também mudam. Em vez de responder com ira, você responderá com paciência e autocontrole Wilkinson (2022, p. 33).

Deus representa a essência da paciência. Ele expressa essa virtude de maneira impecável em relação aos humanos: Na Sua compaixão, Ele é benevolente com os pecadores, concedendo-lhes tempo para se arrependem (2 Pedro 3.9). Ele não anseia pela morte de ninguém, mas sim que todos possam chegar ao conhecimento da verdade. Ao longo da história bíblica, Deus demonstrou paciência com Israel, mesmo diante de constantes desvios do povo (Neemias 9.17). Para nossa redenção, Jesus deu um exemplo de paciência ao suportar a dor na cruz, confiando no plano de redenção do Pai (Hebreus 12.2-3).

A paciência é uma virtude preciosa aos olhos de Deus, um reflexo do caráter divino e um instrumento para o nosso crescimento espiritual. Ao cultivá-la, aprendemos a confiar mais em Deus, suportar os desafios da vida e viver de maneira que glorifique ao Senhor. Que possamos buscar a paciência como um fruto do Espírito e vivê-la como um testemunho vivo do amor e da fidelidade de Deus.

2.5 AMABILIDADE E BONDADE

De acordo com a Bíblia, a amabilidade é uma característica de alguém que é agradável e aceitável. A amabilidade é um atributo que deve ser evidente naqueles que foram resgatados, em cujas vidas o Espírito Santo reside e opera. A essência da amabilidade pode ser resumida pela Regra de Ouro, mencionada por Jesus em Mateus cap 7 versos 12: “Portanto, tudo o que desejais que os homens vos façam, fazei-lhes também”.

2.6 FIDELIDADE

Devemos ter fidelidade para com Deus, e para com o próximo. Para com Deus, pois Deus é fiel (Salmos 117.2), mesmo o homem sendo desobediente conforme vemos na história dos filhos de Israel, o Senhor manteve-se fiel. Para com o próximo, em especial para com nossa liderança ministerial, devemos fidelidade e lealdade pois foram constituídos pelo Senhor. Para imoralidade sexual, adultério e infidelidade, que são as obras da carne, temos como Fruto do Espírito a fidelidade.

2.7 MANSIDÃO

Se para ira e acessos de raiva que a carne oferece, nós temos mansidão como um fruto do Espírito. Vemos em Mateus 11.29: “Tomem sobre vocês o meu jugo e aprendam de mim, pois sou manso e humilde de coração, e vocês encontrarão descanso para as suas almas”. Ser manso é

ser uma pessoa de temperamento calmo, pacífico e que não se ira facilmente. Em Mateus 5.5 temos: “Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra”.

2.8 DOMÍNIO PRÓPRIO

Em 1 Coríntios 6.12 é dito que “tudo me é permitido”, mas nem tudo convém. “Tudo me é permitido”, mas eu não deixarei que nada me domine” Com essa lição o Apóstolo Paulo nos mostra claramente o que é domínio próprio. Temos o livre arbítrio, mas o autocontrole, ou domínio próprio é o que diferencia o cristão do mundo.

O Fruto do Espírito é a manifestação da mudança que Deus opera no interior de cada indivíduo que se rende a Ele. Quando uma pessoa está ligada a Cristo (João 15.5) e permite que o Espírito Santo oriente sua existência, essas características surgem como provas dessa ligação, ou seja, essas virtudes deverão acompanhar de modo visível todos aqueles que são nascidos de novo.

3 SANTIFICAÇÃO E SANTIDADE

Uma vez exposto as obras da carne e o fruto do Espírito, o cristão que opta por obedecer a Deus inicia o seu processo de santificação. Santificação é um conceito central na teologia cristã, que descreve o processo pelo qual uma pessoa é separada para Deus e transformada em conformidade com a Sua vontade. Esse processo tem implicações espirituais, morais e práticas, sendo um elemento essencial na caminhada cristã.

Como já mencionado em 1 Pedro 1.5-7, e pegando carona nas palavras de Owen (2019), “a Santidade de Deus tem ficado em segundo plano, e o Seu amor e misericórdia tem sido sentimentalizados, de forma que acabamos pensando Nele como um tio bondoso”.

A santificação, é o resultado e a inseparável consequência da regeneração. Aquele que nasceu de novo e foi feito uma nova criatura, recebe uma nova natureza e um novo princípio, e passa a viver uma nova vida. Segundo Dos Santos (2019 p 4) “A santificação transforma o homem em sua totalidade, ou seja, no entendimento, na vontade, nas paixões e na consciência”.

Há 03 (três) estágios da Santificação, sendo: 1) Santificação Posicional que ocorre no momento da conversão; 2) a Santificação Progressiva que é um processo contínuo na vida do crente, no qual ele cresce em santidade ao longo do tempo, tornando-se cada vez mais parecido com Cristo; 3) e a Santificação final (ou glorificação) que é o estágio final, quando o cristão será completamente transformado e livre de toda influência do pecado, o que ocorrerá na ressurreição ou na segunda vinda de Cristo.

Segundo Subirá (2018, p. 34) “Há 03 (três) estágios de santificação, sendo a Santificação Inicial que é quando somos livres da condenação do pecado; a Santificação Progressiva quando somos livres do poder do pecado e a Santificação Final que é quando seremos livres da presença do pecado”.

Nas palavras de Ryle (2002, p. 37) A santificação é a única indiscutível evidência da presença habitadora do Espírito Santo, algo essencial à salvação. Ainda, parafraseando Cruz Neto (2022, p. 2): “santificação é o meio que Deus trata da limpeza e da pureza da vida física e moral de cada um de nós. Isto não implica apenas no estado individual, mas, também, na responsabilidade que tem o cristão para com a família, a igreja e todo o convívio social”. Cada pessoa deve buscar a cada dia ser mais semelhante a Cristo e para isso tem-se que buscar a mais pura perfeição de caráter, tem-se que buscar a santificação; pois para tanto, santificação é a vontade de se preservar do mal e de se purificar.

Jamais devemos confundir justificação com santificação. Na justificação a palavra a ser dirigida ao homem é “crer, simplesmente crer”. Na santificação a mensagem deve ser “vigiar, orar e lutar”. Nas palavras de Bebal (2015): “Ser santo não é um privilégio de poucos, como se alguém

recebesse uma grande herança”, ser santo é buscar diariamente as misericórdias do Senhor.

Em poucas palavras, a Santificação é o processo no qual o cristão nega o pecado e abraça a virtude de uma vida justa olhando para o exemplo de Cristo. E a santidade se refere ao estado ou característica de ser santo. Trata-se de uma condição de pureza, separação para Deus e ausência de transgressão ou pecado. A santidade é uma característica fundamental de Deus e um modelo para seus devotos.

Parafraseando Bevere (2015, p. 35), “quanto maior for a nossa compreensão da grandeza de Deus (embora ela em si mesma seja incompreensível), maior será a nossa capacidade de temê-lo ou reverenciá-lo”. Ao buscarmos a santidade, saberemos mais sobre o caráter de Deus e aprenderemos como honrá-lo e reverenciá-lo. Em resumo, a santidade é o resultado do processo de santificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizei uma pesquisa com 03 (três) teólogos tendo a seguinte pergunta: Por que a santificação é indispensável na vida do cristão? E a resposta unânime foi: “Porque sem santidade ninguém verá a Deus”, fazendo uso da passagem de Heb cap 12 versos 14, contudo é uma resposta muito rasa, pois não devemos buscar apenas a santidade para poder ver a Deus, mas sim, porque é a vontade Dele, e agradá-lo e obedecê-lo é o melhor a ser feito.

No Salmo 51.5 o rei Davi diz: “Eis que em iniquidade fui formado e em pecado me concebeu minha mãe”, demonstra que o ser humano já nasce no pecado, e o pecado de certa forma parece estar enraizado em nosso DNA. Basta uma mãe perguntar para o filho de 4 anos se ele quebrou um copo, e a criança mesmo culpada, acabará por mentir, e mente mesmo não tendo sido ensinada sobre a mentira, mas faz isso de forma automática, como que em um instinto de sobrevivência.

À medida que o homem cresce e se desenvolve em sociedade, os hábitos do mundo, leia-se pecados, acabam por aprisionar o homem em sua teia mortífera, e quando acontece o encontro com Cristo e a conversão, começa o conflito interior do cristão entre os hábitos do mundo (obras da carne) e o desejo de servir ao senhor em santidade.

Porque ainda não atingimos a perfeição, teremos quedas e erros. Precisamos do sangue para nos limpar diariamente. No entanto, nossa postura e indignação frente ao pecado, que é apenas um incidente na vida do cristão, é o que nos recoloca novamente no caminho da santificação progressiva.

As amizades de bar, as rodas de piadas sujas, os amigos de baladas, tudo isso deve ser evitado a qualquer preço, não me refiro a desfazer amizades, pelo contrário, devemos manter os amigos, mas deixar claro que agora servimos ao Senhor, e esses amigos verão uma mudança para melhor em nossa vida, existe até um ditado: “não há problemas de o crente ter amigos mundanos, o problema são os mundanos não saber que ele é um crente”, vide Mateus 5.16.

No filme Homens de Honra de George Tillman Jr., é dito a seguinte frase: “uma colher de óleo pode contaminar todo o reservatório de água portátil de um navio”, e no livro de Gálatas 5.9 dita: Um pouco de fermento leveda toda a massa. Basta um pequeno deslize para que o “velho homem” renasça com força no interior do cristão.

O Pastor Argentino Sergio Scataglini no livro Fogo Consumidor diz: Ninguém consideraria comprar uma garrafa de água mineral em cujo rótulo está escrito: “98% de água pura mineral e 2% de água de esgoto”, contudo muitos cristãos permitem que o esgoto espiritual entre em suas vidas, e porque imaginaríamos que Deus estaria satisfeito com 98% de santidade e 2% de esgoto? Nas palavras de Bevere (2017, p. 129): “Para Deus a obediência parcial mesmo que quase completa, é como se fosse obediência nenhuma”.

Existe ainda a necessidade de buscarmos ao Espírito Santo sobre os pecados ocultos. Entende-se por pecados ocultos atos que cometemos e que não identificamos como pecado, mas que são práticas que atentam contra a Santidade de Deus e que travam nossa vida espiritual. Uma vez que o Espírito Santo revele o pecado oculto, cabe a nós tomarmos a decisão de removê-lo definitivamente de nossa vida.

A igreja deve ter ministrações direcionadas e objetivas de identificação e combate ao pecado, desta forma o cristão estará consciente do que são as obras da carne, e irá renunciar o “eu interior”, e ele automaticamente começará a caminhar em um processo de santificação e buscando proximidade e intimidade com Deus.

REFERÊNCIAS

BARCLAY, William. **As obras da carne e o fruto do Espírito**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009.

BEBAL Júlio. **Curados e Modelados para a Santidade**. Cajamar, SP: Canção Nova, 2015.

BEVERE John. **O Temor do Senhor**. Rio de Janeiro: Edilan, 2015.

BEVERE John. **A Isca de Satanás**. Rio de Janeiro: Editora Luz as Nações 2023.

BEVERE John. **Kryptonita**. Rio de Janeiro: Editora Luz as Nações Ltda, 2017.

BÍBLIA KING JAMES. 1611, Niterói/RJ, 6ª Edição, abril 2022.

BÍBLIA. Português. **Bíblia on-line**. Versão NVI. 2014. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi>>. Acesso em: 04 de novembro de 2024.

CRUZ NETO, Manoel Alves da. **Vocação a Santidade**. Quixeramobim: UNIQ, 2022.

FERREIRA, Joel Antonio. **Gálatas, a epístola da abertura de fronteiras**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

OWEN John. **Para vencer o pecado e a tentação**. São Paulo/SP: Editora Cultura Cristã, 2019.

PACKER James Innell. **A Redescoberta da Santidade**. São Paulo/SP: Editora Cultura Cristã, 1992.

PIPER John. **Plena satisfação em Deus: Deus glorificado e a alma satisfeita**. São José dos Campos: Editora Fiel, 2018.

RYLE J.C. **Santidade sem a qual ninguém verá ao Senhor**, São José dos Campos: Editora Fiel, 2002.

SANTOS, J. R. Cardoso dos. A cruz de Cristo: o ponto de partida no processo de santificação do cristão. Goiânia/GO, **Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, v. 9, n. 1, 2019.

SUBIRÁ Luciano. **O impacto da santidade**. Curitiba: Editora Orvalho, 2018.

TSU, Sun. **A arte da guerra**. Barueri: Editora Novo Século, 2015.

WILKINSON Bruce H. **Santidade Pessoal em tempos de tentação**. São Paulo: Mundo Cristão, 2002.

OS ASPECTOS ARTÍSTICOS DA CELEBRAÇÃO DE NATAL NO ANO DE 2024 DAS IGREJAS BATISTAS BRASILEIRAS

THE ARTISTIC ASPECTS OF THE CHRISTMAS CELEBRATION IN THE YEAR
2024 OF THE BRAZILIAN BAPTIST CHURCHES
LOS ASPECTOS ARTÍSTICOS DE LA CELEBRACIÓN NAVIDEÑA EN EL AÑO
2024 DE LAS IGLESIAS BAUTISTAS BRASILEÑAS

RESUMO

É possível mensurar as celebrações de Natal realizadas pelas igrejas batistas brasileiras, principalmente nos aspectos que envolvem a utilização das artes? A fim de encontrar respostas a esta pergunta, este artigo tem por objetivo identificar os aspectos artísticos que envolveram as celebrações de Natal das igrejas batistas brasileiras no ano de 2024; aspectos estes como: o dia e o formato da celebração, a utilização do canto coral, da orquestra, da dança e do teatro, assim como a forma da execução instrumental, as cantatas executadas e suas respectivas editoras musicais. A metodologia adotada foi a entrevista através de um formulário online que envolveu músicos, regentes e líderes musicais vinculados a AMBB - Associação dos Músicos Batistas Brasileiros; os dados coletados foram analisados em uma abordagem quantitativa e qualitativa tanto no âmbito geral dos dados como em recortes regionais.

Palavra-chave: Natal. Celebração. Batistas. Arte.

¹ Licenciado em música pela UNESPAR - Universidade do Estado do Paraná. Mestre em Teologia pela FABAPAR - Faculdades Batistas do Paraná. Atualmente é ministro auxiliar de adoração da Primeira Igreja Batista de Curitiba, professor na FABAPAR, na Faculdade Batista do Rio de Janeiro - Seminário do Sul e presidente da AMBB - Associação dos Músicos Batistas Brasileiros.

INTRODUÇÃO

Desde o século IV os cristãos ocidentais, e mais tarde os do oriente, celebram o nascimento de Jesus Cristo no dia 25 de dezembro. Para Queirós (2015, p. 29) “informações contidas no Calendário de Furius Dyonisius Philocalus, (...) uma lista cronológica de caráter civil que faz vigorar, (...) a indicação de que Cristo nasceu no oitavo dia antes das calendas de janeiro, ou seja, 25 de dezembro”.

Existem grupos religiosos que não comemoram o Natal. “Os Adventistas do Sétimo Dia não têm uma posição clara sobre a celebração. Alguns celebram, outros não” diz o sociólogo Edin Sued Abumanssur à BBC News Brasil². O pastor adventista Carlos Hein³, lembra que Ellen G. White (1827 - 1915) menciona o Natal por 26 vezes em seus escritos, algumas delas rejeitando categoricamente a celebração da data.

Outro grupo religioso, as Testemunhas de Jeová⁴, apresentam os seguintes argumentos para não celebrar: Jesus nos mandou comemorar a sua morte, não seu nascimento; os apóstolos e os primeiros discípulos de Jesus não comemoravam o Natal; não existem provas de que Jesus tenha nascido no dia 25 de dezembro; acreditam que o Natal não é aprovado por Deus porque se origina de costumes e rituais pagãos.

No meio reformado e evangélico brasileiro, tem havido questionamentos quanto à celebração do Natal, não apenas na questão da data, mas também no que tange ao próprio mérito da celebração. A reação ao secularismo e até mesmo as práticas litúrgicas pentecostais e neopentecostais, levaram diversos segmentos protestantes e evangélicos a resgatarem o Princípio Regulador do Culto expresso na Confissão de Fé de Westminster e que traz restrições a certas datas celebrativas. O tema é abordado por Portela⁵ que afirma:

2 <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c785mp7k0z3o>

3 <https://www.adventistas.org/pt/espíritodeprofecia/o-natal-e-uma-festa-crista/>

4 <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-nao-comemoram-natal/>

5 <https://www.icp.com.br/df94material.asp>

Assim, as igrejas reformadas procedentes do ramo holandês comemoraram várias dessas datas até em dose dupla (incluindo o dia seguinte). Augustus Nicodemus mencionou não somente este trecho, mas adicionou a admissão dessa visão na Confissão de Fé de Westminster (Cap. 21) e na Confissão Helvética (XXIV). Igualmente, outro ícone reformado também não vê problemas na celebração do Natal. Estamos falando de Turretin (1623-1687). Ou seja, a rejeição do Natal, atualmente “ressuscitada,” não tem o respaldo histórico-teológico que pretende ter.

Mas, e os Batistas Brasileiros? Eles têm mantido a celebração do Natal em seu calendário? As celebrações ainda acontecem no dia 25 de dezembro? Outras questões também precisam ser sanadas, como: É possível mensurar as celebrações de Natal nas igrejas batistas da CBB? Que tipo de celebração é realizada? Quantas pessoas estão envolvidas?

Essas e outras perguntas foram incluídas em um formulário e enviadas para alguns músicos batistas conectados à AMBB - Associação dos Músicos Batistas Brasileiros⁶. Os resultados preliminares estão registrados neste artigo.

1 DADOS GERAIS

Foram obtidas 244 respostas no formulário; duas respostas estavam duplicadas e duas igrejas de outra denominação responderam ao questionário, deixando assim um total de 240 respostas válidas e 222 igrejas mencionadas. Na tabela abaixo é possível verificar a participação na pesquisa por região e estado brasileiro.

⁶ Organização auxiliar da Convenção Batista Brasileiras organizada em 15 de outubro de 1982 - @ambboficial

SIGLA	ESTADO	QUANTIDADE	IGREJAS
NORTE			
AC	ACRE	2	2
AM	AMAZONAS	3	3
AP	AMAPÁ	5	3
PA	PARÁ	9	9
RR	RORAIMA	2	1
TO	TOCANTINS	1	1
TOTAL		22	19
NORDESTE			
AL	ALAGOAS	1	1
BA	BAÍA	9	9
CE	CEARÁ	4	3
MA	MARANHÃO	10	8
PE	PERNAMBUCO	8	8
PI	PIAUÍ	5	3
RN	RIO GRANDE DO NORTE	1	1
SE	SERGIPE	2	2
TOTAL		40	35
CENTRO-OESTE			
DF	DISTRITO FEDERAL	10	8
GO	GOIÁS	3	3
MT	MATO GROSSO	1	1
TOTAL		14	12
SUDESTE			
ES	ESPÍRITO SANTO	25	25
MG	MINAS GERAIS	12	11
RJ	RIO DE JANEIRO	68	66
SP	SÃO PAULO	34	32
TOTAL		139	134

SUL			
PR	PARANÁ	21	17
SC	SANTA CATARINA	3	3
RS	RIO GRANDE DO SUL	1	1
TOTAL		25	21
TOTAL GERAL		240	222

TABELA 1 - Participação por estado e região brasileira.

A região brasileira que obteve o maior número de respostas foi a região SUDESTE, com 139 respostas e 134 igrejas mencionadas; vinte e cinco igrejas do Espírito Santo (19%), onze igrejas das Minas Gerais (8%), sessenta e seis igrejas do estado do Rio de Janeiro (49%) e trinta e duas igrejas do estado de São Paulo (24%).

A segunda região que enviou mais respostas a pesquisa foi a região NORDESTE, com 40 respostas e 35 igrejas mencionadas; uma (1) das Alagoas (2%), nove da Baía (26%), três do Ceará (9%), oito do Maranhão (23%), oito de Pernambuco (23%), três do Piauí (9%), uma (1) do Rio Grande do Norte (2%), e duas do Sergipe (6%).

Na sequência vem a região SUL com 25 respostas à pesquisa, com 21 igrejas mencionadas: dezessete no Paraná (81%), três em Santa Catarina (14%), e uma (1) no Rio Grande do Sul (5%). A região NORTE participou da pesquisa com 22 respostas e 19 igrejas mencionadas: duas no Acre (11%), três no Amazonas (16%), três no Amapá (16%), nove no Pará (47%), uma (1) em Roraima (5%), e uma (1) no Tocantins (5%). A região CENTRO-OESTE participou com 14 respostas e 12 igrejas mencionadas: sendo oito no Distrito Federal (67%), três no Goiás (25%), e uma (1) no Mato Grosso (8%).

2 O DIA EM QUE O NATAL FOI CELEBRADO

A primeira seção de perguntas do questionário pretende investigar se as igrejas realizaram alguma atividade para celebrar o natal em 2024 e se essas atividades aconteceram nos dias 24 e 25 de dezembro. Os dados coletados são os seguintes:

PERGUNTAS	SIM	NÃO
1. Sua igreja celebrou o Natal neste ano?	219	02
2. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	90	129
3. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	28	191

TABELA 2 - Igrejas batistas que celebraram o Natal em 2024 e em que dia

Com base na tabela acima é possível verificar que 99% das igrejas batistas brasileiras realizaram alguma atividade em celebração ao Natal no ano de 2024. Apenas 2 igrejas (1%), uma no estado do Rio de Janeiro e outra no Sergipe, não celebraram o Natal no ano referido. O formulário da pesquisa não continha espaço para indicar o motivo, por isso, não é possível saber quais as razões que levaram estas igrejas a não celebrarem o Natal no ano de 2024.

Quanto ao dia em que o Natal foi celebrado, constata-se que noventa igrejas (41%) indicaram ter celebrado o Natal no dia 25/12 e vinte e oito igrejas (12%) no dia 24/12. Cinco igrejas (2%) informaram ter celebrado nos dois dias indicados na pesquisa, o que revela um total de cento e treze igrejas (51%) que celebraram o Natal nos dias 24 e 25 de dezembro.

As igrejas que não celebraram o Natal em nenhum dos dias indicados nesta pesquisa foram de cento e sete igrejas (49%). Não foi possível saber em qual dia alternativo estas igrejas se reuniram para celebrar o Natal e nem os motivos que as levaram a não celebrar nos dias oficiais.

Quando é feito um recorte regional dos dias de celebração do Natal nas igrejas batistas, o resultado é o seguinte:

PERGUNTAS - NORTE	SIM	NÃO
1. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	13	6
2. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	4	15

TABELA 3 - O dia em que as igrejas batistas da região NORTE celebraram o Natal em 2024

Das igrejas pesquisadas na região NORTE, treze igrejas (68%) celebraram o Natal no dia 25/12 e quatro igrejas (21%) no dia 24/12. Apenas duas (11%) das dezenove igrejas celebram em outro dia dos indicados na pesquisa.

Ao filtrar apenas as respostas das igrejas batistas da região NORDESTE, o resultado é o seguinte:

PERGUNTAS - NORDESTE	SIM	NÃO
1. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	19	15
2. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	10	24

TABELA 4 - O dia em que as igrejas batistas da região NORDESTE celebraram o Natal em 2024

Dezenove igrejas da região NORDESTE (54%) celebraram o Natal no dia 25/12 e dez igrejas (29%) no dia 24/12. Em um total de trinta e cinco igrejas pesquisadas, seis igrejas (17%) celebraram o Natal de 2024 em dias diferentes dos indicados nesta pesquisa.

Os dados coletados das igrejas batistas da região CENTRO-OESTE revelam os seguintes resultados:

PERGUNTAS - CENTRO OESTE	SIM	NÃO
1. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	3	9
2. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	0	12

TABELA 4 - O dia em que as igrejas batistas da região CENTRO OESTE celebraram o Natal em 2024

De um total de doze igrejas pesquisadas, apenas três igrejas (25%) celebraram o Natal de 2024 no dia 25/12 e nenhuma (0%) celebrou no dia 24/12. A quantidade de igrejas que não celebraram o Natal nos dias indicados pela pesquisa é de 9 igrejas (75%).

Quando são avaliados os dados coletados das igrejas batistas do SUDESTE do Brasil, é possível obter os seguintes resultados:

PERGUNTAS - SUDESTE	SIM	NÃO
1. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	49	84
2. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	12	121

TABELA 5 - O dia em que as igrejas batistas da região SUDESTE celebraram o Natal em 2024

Quarenta e nove igrejas (37%) celebraram o Natal no dia 25/12 e apenas doze igrejas (9%) no dia 24/12. O total de igrejas que celebraram o natal em uma outra data, diferente das sugeridas nesta pesquisa é de setenta e três igrejas (54%).

As igrejas batistas da região SUL apresentam o seguinte resultado:

PERGUNTAS - SUL	SIM	NÃO
1. Aconteceu alguma programação no dia 25/12?	6	15
2. E no dia 24/12? A igreja realizou alguma programação?	2	19

TABELA 6 - O dia em que as igrejas batistas da região SUL celebraram o Natal em 2024

Seis igrejas (29%) celebraram o Natal no dia 25/12 e 2 igrejas (10%) no

dia 24/12. Doze igrejas (61%) celebraram o Natal de 2024 em outras datas diferentes das sugeridas nesta pesquisa.

2 COMO O NATAL FOI CELEBRADO

Esta pesquisa procurou saber também como foi esta celebração de Natal nas igrejas batistas, principalmente nos elementos musicais e artísticos que compuseram o programa. Os resultados foram os seguintes:

	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Cantata/ Musical	11	28	7	116	16	178
Culto de Natal	8	6	5	17	5	41

TABELA 7 - Como as igrejas batistas brasileiras celebraram o Natal em 2024

Quando perguntada sobre: “Como a sua igreja celebrou o Natal neste ano?”, cento e setenta e oito igrejas, cerca de 81%, responderam que realizaram uma cantata ou musical de Natal. As outras quarenta e uma igrejas, 19% do total, celebraram com um culto natalino.

Quando esta mesma análise é feita por região, os dados são os seguintes: Na região NORTE, onze igrejas realizaram cantata/musical (58%) e oito igrejas realizaram um culto de natal (42%); na região NORDESTE, vinte e oito igrejas realizaram cantata/musical (82%) e seis igrejas realizaram um culto de natal (18%); na região CENTRO-OESTE, sete igrejas realizaram cantata/musical (58%) e cinco igrejas um culto de natal (42%); na região SUDESTE, cento e dezesseis igrejas realizaram uma cantata/musical (87%) e dezessete igrejas um culto de natal (13%); na região SUL, dezesseis igrejas realizaram cantata/musical (76%) e cinco igrejas um culto de natal (24%).

As igrejas também foram perguntadas quanto a participação de grupos artísticos em suas celebrações. Na tabela abaixo é possível conferir os tipos de grupos participantes por região do país.

TEVE CORAL?	SIM	NÃO
NORTE	11	8
NORDESTE	31	3
CENTRO OESTE	11	1
SUDESTE	119	14
SUL	17	4
TOTAL	189	30
TEVE ORQUESTRA?		
NORTE	2	17
NORDESTE	5	29
CENTRO OESTE	1	11
SUDESTE	42	91
SUL	6	15
TOTAL	56	163
TEVE TEATRO?		
NORTE	10	9
NORDESTE	15	19
CENTRO OESTE	4	8
SUDESTE	69	64
SUL	14	7
TOTAL	112	107
TEVE DANÇA?		
NORTE	4	15
NORDESTE	9	25
CENTRO OESTE	1	11
SUDESTE	37	96
SUL	9	12
TOTAL	60	159

TABELA 8 - Grupos que participaram da celebração de Natal

Nas celebrações de Natal das igrejas batistas brasileiras em 2024, cento e oitenta e nove igrejas (86%) celebraram o Natal de 2024 com participação de um grupo coral. Cinquenta e seis igrejas (25%) também contaram com a participação de uma orquestra. Cento e doze igrejas (51%) envolveram um grupo de teatro em sua celebração, e apenas 60 igrejas (27%) incluíram a dança em sua celebração de Natal.

Quando feito um recorte regional, é possível verificar que na região NORTE, 58% das igrejas tiveram participação coral na celebração de Natal; 10% tiveram orquestra; 53% um grupo de teatro e 21% um grupo de dança.

Na região NORDESTE, a participação de um coral esteve presente em 91% das igrejas entrevistadas; 15% tiveram uma orquestra; 44% um grupo de teatro e 26% um grupo de dança. No CENTRO-OESTE do país, 92% das igrejas contaram com a participação de um coral; 8% de uma orquestra; 33% de um grupo de teatro e 8% de um grupo de dança.

Na região SUDESTE, a participação coral foi de 89%; de orquestra 32%; teatro, 52% e de dança, 28%. No SUL do país os corais participaram em 81% das celebrações de Natal; 29% contaram com a participação de uma orquestra; 67% com um grupo de teatro e 43% com um grupo de dança.

Analisando os mesmos dados na perspectiva da linguagem artística e a sua utilização nas regiões brasileiras, é possível concluir que o canto coral é a mais utilizada (82%), seguida do teatro (50%), da dança (25%) e da orquestra (19%). O canto coral nas celebrações de Natal de 2024 das igrejas batistas foi mais utilizado na região CENTRO-OESTE (92%), depois na região NORDESTE (91%), em seguida no SUDESTE (89%), depois no SUL (81%) e por último na região NORTE (58%).

O teatro foi mais utilizado na região SUL (67%), seguido da região NORTE (53%), da região SUDESTE (52%), região NORDESTE (44%), e região CENTRO-OESTE (33%). A dança foi mais utilizada na região SUL (43%), seguida da região SUDESTE (28%), da região NORDESTE (26%), região NORTE (21%) e região CENTRO-OESTE (8%).

Quanto à utilização de uma orquestra, a região SUDESTE foi a que mais utilizou (32%), seguida da região SUL (29%), depois a região NORDESTE (15%), seguida da região NORTE (10%), e por último a região CENTRO-OESTE (8%).

Esta pesquisa também perguntou como foi o acompanhamento instrumental da celebração de Natal, se ao vivo ou playback. Os dados podem ser verificados na tabela abaixo.

	AO VIVO	PLAYBACK	AO VIVO E PLAYBACK
NORTE	10	8	1
NORDESTE	14	18	2
CENTRO OESTE	4	7	1
SUDESTE	67	60	6
SUL	7	12	2
TOTAL	102	105	12

TABELA 9 - Como foi o acompanhamento instrumental

Como é possível observar na tabela acima, o uso do playback foi feito por 48% das igrejas pesquisadas; o acompanhamento ao vivo por 47% das igrejas; e 5% das igrejas indicaram que fizeram uso das duas modalidades de acompanhamento.

Em uma análise por região, é possível concluir que as regiões SUDESTE (55%) e NORTE (53%) preferiram o acompanhamento ao vivo, e as regiões NORDESTE (53%), CENTRO-OESTE (58%) e SUL (57%), preferiram o uso do playback.

4 OS MUSICAIS E AS EDITORAS

Já que 81% das igrejas entrevistadas realizaram uma cantata/musical na celebração de Natal em 2024, esta pesquisa buscou conhecer os musicais e, conseqüentemente, as editoras preferidas. Os resultados podem ser vistos na tabela abaixo.

	TÍTULO	EDITORIA	QUANT.
01	Coletânea feita pela igreja	X	43
02	Autoral - composição própria	X	15
03	Eterno Emanuel	Cia do Louvor	10
04	Noite de Esperança	C&C Tempo	6
05	O Amor Nasceu	Ômega Alfa Ômega	5
06	A Canção de Natal	Prisma	4
07	Haja Luz	C&C Tempo	4
08	Imagine	Ômega Alfa Ômega	4
09	Nosso Salvador	Eloy Musicais	4
10	Um Novo Natal	Áquila Records	4
11	E o Tempo se Cumpriu	Glória Music	4
12	A Alegria do Natal	Glória Music	3
13	Alegria	Áquila Records	3
14	É Natal para Sempre	Áquila Records	3
15	Emanuel Chegou	Glória Music	3
16	Natal dos Anjos	Ômega Alfa Ômega	3
17	O Rei Nasceu	Eloy Musicais	3
18	Presente de Natal	C&C Tempo	3
19	Um Novo Coração no Natal	Ômega Alfa Ômega	3
20	Cantai Sua Luz Chegou	Áquila Records	2
21	Deus Conosco	Bom Pastor	2
22	Estrelas do Natal	Áquila Records	2
23	Noite de Aleluia	Eloy Musicais	2
24	Pra Sempre Glória	C&C Tempo	2
25	Um Natal Inesquecível	Bom Pastor	2
26	Venha Celebrar a Criança Luz	JUERP	2

27	A Eterna Luz	Áquila Records	1
28	A Luz do Natal	Ômega Alfa Ômega	1
29	A Mais Bela História	Áquila Records	1
30	A Majestade do Natal	C&C Tempo	1
31	A Maravilha do Natal	C&C Tempo	1
32	A Sinfonia do Nascimento	Áquila Records	1
33	Adorai	Ômega Alfa Ômega	1
34	Alegrem-se, Cristãos	Anthema Music	1
35	Aos Teus Pés	Ômega Alfa Ômega	1
36	Brilha em Nós	Áquila Records	1
37	Cantamos Uma Nova Canção	Glória Music	1
38	Chegou o Natal	Áquila Records	1
39	Esperança	Canta Natal	1
40	Experiência com Deus	Bom Pastor	1
41	Faz Brilhar	Glória Music	1
42	Glória - As Maravilhas do Seu Amor	Lillenas	1
43	Jesus com Jazz	Ômega Alfa Ômega	1
44	Jesus, Nosso Tesouro	Áquila Records	1
45	Jornada de Fé	Áquila Records	1
46	Magnificar	Glória Music	1
47	Noite Feliz	Mig & Mag	1
48	Natal Eterno	Ômega Alfa Ômega	1
49	Natal no Egito	Ômega Alfa Ômega	1
50	Um Novo Coração no Natal	Ômega Alfa Ômega	1
51	O Primeiro Natal	Áquila Records	1
52	Por Amor	C&C Tempo	1
53	Príncipe da Paz	JUERP	1
54	Rei dos Reis (John W. Peterson)	AFE	1
55	Um natal desconectado	Eloy Musicais	1
56	Um Natal para Recordar	Áquila Records	1
57	O Natal nos Convida	Áquila Records	1
58	Uma Oração no Natal	Ômega Alfa Ômega	1
59	Violeta Caron	PIB Curitiba	1

TABELA 10 - Cantatas e editoras

Como é possível observar na tabela acima, mais de 59 roteiros diferentes foram executados nos templos batistas pesquisados. Esta é uma pequena amostra da riqueza artística produzida pelos batistas brasileiros em dezembro de 2024, pois só é possível imaginar e de se admirar os números se fosse possível entrevistas os mais quatorze mil templos batistas espalhados por todo o Brasil.

Um número expressivo de igrejas, 24% delas, (43 igrejas) decidiram compilar um musical de Natal para a celebração de 2024; isto quer dizer que não executaram na íntegra um único musical, mas preferiram escolher músicas de diferentes fontes para montar uma proposta diferente.

A pesquisa não buscou saber os motivos desta escolha, por isso alguns questionamentos ficam pendentes para uma próxima investigação. São eles: Decidir montar uma coletânea é devido a falta de propostas do mercado que se adequem melhor a realidade da igreja? A igreja preferiu fazer uma coletânea com o material que já tem por não ter condições de adquirir um novo musical oferecido pelo mercado? A escolha por uma coletânea se deve a busca por um roteiro mais adequado ao momento atual da igreja ou devido poder atender as características artísticas da igreja?

Outra informação que se destaca no resultado desta pesquisa, deve-se ao fato de que 9% das igrejas (15 igrejas) entrevistadas decidiram produzir uma obra autoral para a celebração de Natal em 2024. O dado surpreende por demonstrar que existe um movimento, mesmo que pequeno, dentro das igrejas batistas brasileiras que objetiva a criação de roteiros, músicas, coreografias, cenografias e tantas outras frentes de trabalho necessários para a criação de um musical.

A grande maioria das igrejas, 67% delas (116 igrejas), adquiriram uma das cantatas de Natal disponíveis no mercado brasileiro. Esta pesquisa identificou todas elas, e as três cantatas mais executadas foram: Dez (10) igrejas executaram “Eterno Emanuel”, publicada pela Cia do Louvor em 2003; Seis (6) igrejas executaram “Noite de Esperança”, publicada pela C&C Tempo Produções Artísticas Ltda⁷ em 2016; Cinco (5) igrejas exe-

⁷ <https://www.cectempo.com/>

cutaram “O Amor Nasceu”, publicada pela Ômega Alfa Ômega Produções Artísticas⁸ em 2019.

Das respostas enviadas, constata-se as editoras mais procuradas pelos entrevistados; os resultados estão na tabela abaixo.

	EDITORAS	QUANT.
01	Águila Records	15
02	Ômega Alfa Ômega	12
03	C&C Tempo	7
04	Glória Music	6
05	Eloy Musicais	4
06	Bom Pastor	3
07	JUERP	2
08	AFE	1
09	Anthema Music	1
10	Canta Natal	1
11	Cia do Louvor	1
12	Lillenas	1
13	Mig & Mag	1
14	PIB Curitiba	1
15	Prisma	1

TABELA 11 - Editoras

No topo da lista está a Águila Records⁹ com quinze de suas cantatas executadas (26%); em segundo lugar, com doze cantatas executadas (21%), está a Ômega Alfa Ômega; C&C Tempo teve sete cantatas executadas (12%); Glória Music¹⁰, seis cantatas (10%); e Eloy Musicais¹¹, quatro cantatas executadas (7%) em 2024.

⁸ <https://www.oao.com.br/>

⁹ <https://www.aquilarecords.com.br/>

¹⁰ <https://www.gloriamusic.com.br/>

¹¹ <https://eloymusicais.com.br/>

CONCLUSÃO

Quanto ao dia em que o Natal foi celebrado nas igrejas batistas brasileiras no ano de 2024, constata-se que o dia 25 de dezembro é o dia com maior número de celebrações (41%), seguido do dia 24/12 (12%). Chama a atenção o fato de 49% das igrejas pesquisadas não terem celebrado o Natal de 2024 nos dias de costume, 24 e 25 de dezembro; os motivos não foram identificados, mas há de se questionar: A maioria dos membros da igreja viajam nestes dias devido ao feriado o que prejudicaria as celebrações? A igreja entende que não é importante celebrar o Natal nos dias 24 e 25 de dezembro já que não é o dia correto do nascimento de Jesus? Esses e outros questionamentos ficam pendentes de resposta, o que poderá ser feito em outra oportunidade.

O tipo de acompanhamento instrumental utilizado pelas igrejas, principalmente nas celebrações de Natal, pode indicar o quanto a igreja local tem investido na formação de novos músicos instrumentistas. Esta pesquisa identificou que praticamente metade das igrejas pesquisadas optou pelo uso do playback (48%) e a outra metade (47%) optou pela música ao vivo. Diante desta realidade, há de se perguntar: não havia músicos instrumentistas com capacidade para o acompanhamento ao vivo do musical? A igreja investe na formação de pianista, correpetidores, músicos de orquestra e demais instrumentistas? Além da linguagem musical, o teatro e a dança também têm composto os ministérios de adoração em diversas igrejas batistas no Brasil. Esta pesquisa constatou que teatro e dança estiveram mais presentes nos musicais de Natal em 2024 do que a orquestra. A região centro-oeste foi a que mais utilizou o canto coral (92%); a região sul foi a que mais utilizou o teatro (67%) e a dança (43%); a orquestra foi mais utilizada na região sudeste (32%).

Uma quantidade expressiva de igrejas (24%) compilou músicas de diferentes fontes com a finalidade de compor uma coletânea de Natal para as celebrações de 2024. Não foi possível identificar nesta pesquisa os moti-

vos para esta prática, mas há de se questionar: Esta prática se apresentou necessária para atender a uma proposta de roteiro mais apropriada à proposta da igreja? Ou para atender as características musicais da igreja?

Destaca-se também a quantidade de igrejas (8%) que optaram por realizar um musical autoral nas celebrações de Natal em 2024. Em uma realidade material e financeira limitada da grande maioria das igrejas batistas brasileiras, chama a atenção o fato de as igrejas assumirem os custos de tempo e recursos dos mais diversos para a conclusão de uma empreitada como esta.

REFERÊNCIAS

HEIN, Carlos. **O Natal é uma festa cristã?** Disponível em: <https://www.adventistas.org/pt/espíritodeprofecia/o-natal-e-uma-festa-crista/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

Por que as Testemunhas de Jeová não comemoram o Natal? Disponível em: <https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/por-que-nao-comemoram-natal/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

PORTELA, Solano. **A celebração de Natal e os reformadores protestantes.** Disponível em: <https://www.icp.com.br/df94materia1.asp>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

QUEIRÓS, Nuno Duarte da Silva. Sol Iustitiae: a celebração do Natal numa perspectiva genética. **Humanística e Teologia**, p. 113-142, 2015.

VEIGA, Edison. **Por que alguns cristãos não celebram o Natal?** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c785mp7k0z3o>. Acesso em: 09 de janeiro de 2025.

POR QUE ADORAR A DEUS QUANDO TUDO ESTÁ DANDO ERRADO? UMA ANÁLISE DE MALAQUIAS 1:1-14

WHY WORSHIP GOD WHEN EVERYTHING IS GOING WRONG? AN
ANÁLYSIS OF MALACHI 1:1-14

¿POR QUÉ ADORAR A DIOS CUANDO TODO VA MAL? UN ANÁLISIS DE
MALAQUÍAS 1:1-14

RESUMO

O livro de Malaquias, do Antigo Testamento, apresenta uma mensagem profética impactante e desafiadora para o povo de Israel. Malaquias surge como uma voz divina confrontadora e consoladora, buscando reavivar a fé, denunciar injustiças e corrupção, e renovar a esperança nas promessas de Deus. O artigo acadêmico aborda o contexto histórico e a mensagem divina do livro. Inicialmente, discute-se a identidade do profeta e se “Malaquias” é um título, pseudônimo ou nome próprio. Em seguida, são explorados o contexto histórico de opressão estrangeira, decadência espiritual, injustiça social e falta de fé do povo. O livro revela uma mensagem poderosa, com audiências divinas que confrontam o povo com afirmações, interrogações e revogações, buscando despertar consciência e mudança. As audiências abordam práticas religiosas vazias, negligência no culto, injustiça social e falta de temor a Deus. Destaca-se a importância da mensagem solene de Deus em Malaquias 1.1, proclamando amor incondicional pelo povo de Israel, apesar de suas dúvidas e questionamentos. Ao estudar Malaquias, o leitor é desafiado a refletir sobre sua fé, devoção e a relevância dessas mensagens proféticas atualmente. O objetivo é fortalecer a relação com o Criador, compreender o valor do amor divino e ser inspirado a viver uma vida de justiça, fidelidade e adoração verdadeira.

Palavras-chave: Malaquias. Profecia. Contexto histórico. Mensagem divina.

¹ Mestre em Teologia pela FABAPAR. Professor na FABAPAR. Brasil. E-mail para contato: paulo.pedrao.fgv@gmail.com

INTRODUÇÃO

O livro de Malaquias, no Antigo Testamento, apresenta uma mensagem profética impactante e desafiadora para o povo de Israel. Com uma identidade misteriosa e um contexto histórico marcado pela desilusão e pela decadência espiritual, o profeta Malaquias surge como uma voz divina de confronto e consolo. Seu objetivo é reavivar a fé em Israel, denunciar a injustiça e corrupção, e renovar a esperança do povo nas promessas de Deus.

Neste artigo acadêmico, serão explorados o contexto histórico e a mensagem de Deus, que é tanto uma declaração de amor quanto uma sentença. Inicialmente, analisaremos as discussões acerca da identidade do profeta, examinando se “Malaquias” é um título, pseudônimo ou nome próprio. Em seguida, será abordado o contexto histórico em que Malaquias ministrou, destacando a opressão estrangeira, a frieza espiritual, a injustiça social e a falta de fé do povo.

Em meio a esse cenário desafiador, o livro de Malaquias revela uma mensagem poderosa, permeada por uma série de audiências divinas. Será examinado o estilo dialético adotado pelo profeta, em que Deus confronta o povo com afirmações, interrogações e revogações, visando a despertar a consciência e a mudança de atitude. Essas audiências abordam especialmente as práticas religiosas vazias, a negligência no culto, a injustiça social e a falta de temor a Deus.

Por fim, destaca-se a importância da mensagem solene de Deus em Malaquias 1.1, em que ele proclama seu amor pelo povo de Israel, mesmo diante de suas dúvidas e questionamentos. Será analisado a carga pesada que acompanha essa sentença divina e a declaração impactante de amor incondicional por parte de Deus. Embora haja outros assuntos que poderiam ser explorados até o versículo 14, optou-se, neste artigo, por concentrar esforços em torno da relação entre o culto a Deus e seu amor por seu povo.

Ao estudar o livro de Malaquias, o leitor é desafiado a refletir sobre sua própria fé e devoção a Deus, bem como a compreender a relevância dessas mensagens proféticas para a atualidade. Por meio desse estudo, será possível ao leitor fortalecer sua relação com o Criador, compreender o valor do amor divino e ser inspirado a viver uma vida de justiça, fidelidade e adoração verdadeira.

1 O MENSAGEIRO E O CONTEXTO HISTÓRICO

Malakhyâh (mensageiro do Senhor), muitos estudiosos concordam que a tradução mais adequada de Malaquias 1.1 seria: “A Palavra do Senhor a Israel, por intermédio de meu mensageiro”. Há outros que significam a mesma coisa, como “mensageiro de Yawhveh” (Lopes, 2012, p.14) ou “mensageiro de (Senhor)” (NAA, 2018, p.1644).

Contudo, Malaquias é um título, pseudônimo ou seira um nome próprio? Lopes (2012, p.14) argumenta que as razões para se pensar ser um título são que nada se sabe sobre um profeta chamado Malaquias e que o significado de Malaquias, em 3.1, refere-se ao mensageiro de Deus que haveria de vir. Coelho Filho (1988, p.18) e Baldwin (1983, p.177) apontam outros argumentos, como o fato de que Malaquias não aparece em outro lugar no Velho Testamento e a ausência de identificação paterna (Malaquias, filho de ...), como acontece em Isaías 1.1, Jeremias 1.1, Ezequiel 1.3 e Oséias 1.1, dentre outros.

Além desses apontamentos, vale ressaltar que a Septuaginta traduz Malaquias por angelou autou, “meu anjo” Coelho Filho, 1988, p.18). Orígenes, seguindo essa tradução, defendeu a tese de que Malaquias era um anjo de Deus, trazendo uma mensagem de Deus para o povo (Deane; Prout, 1978, p. iii). Jerônimo (Robinson, 1984, p.133) e Calvino (Calvin, 1849, p. 459) defenderam a tese de que Malaquias era um pseudônimo de Esdras (Coelho Filho, 1988, p. 19). “A noção que Malaquias é apenas um nome

oficial é encontrada em muitos Pais da Igreja e tem sido vigorosamente defendida em tempos mais recentes”. (Keil, 1978, p. 423).

Lopes (2012, p.14), entretanto, afirma que essas razões não são fortes o suficiente para “sobrepular o fato de que todos os livros proféticos foram escritos por profetas cujo nome está claramente identificado no início de seu livro”. Seguindo a mesma linha, Lopes (2006, p. 15) ainda aponta que tanto Obadias quanto Habacuque não têm suas genealogias descritas. Baldwin (1983, p. 177) arremata afirmando que a tradição de que Malaquias seja um nome próprio é forte e que enquanto não houver argumentos convincentes contrários, é lógico acreditar que o profeta se chamava Malaquias, que, por sinal, é a posição deste presente trabalho.

O ministério de Malaquias teve lugar aproximadamente cem anos após o édito de Ciro, em 538 a.C., que marcou o fim do cativeiro babilônico e permitiu que os judeus retornassem à sua terra para reconstruir o templo (2 Cr 36.23). Cerca de oitenta anos depois desse acontecimento, Ageu e Zacarias incentivaram a reconstrução do templo, trazendo promessas de bênçãos divinas e anúncios de união entre as nações, prosperidade, expansão, paz e o retorno glorioso de Deus (Ag 2; Zc 1.16-17; 2.1-13; 8.1-9.17).

Lopes (2012, p.12) aponta também para as grandes promessas que haviam sido feitas por Isaías, Ezequiel e Jeremias, sobre as quais os judeus pensavam ter chegado o tempo do cumprimento. Contudo, era um período desafiador para o povo de Deus, que “teve de viver mais por fé do que por vista” (NAA, 2018, p.1645). Baldwin (1983, p.176) aponta para o fato de que Malaquias viveu em um tempo de espera, no qual nada acontecia e Deus parecia ter esquecido de seu povo. O desânimo, então, apareceu acompanhado de lapsos morais (Dillard; Longman III, 2006, p.418).

Para os contemporâneos desiludidos de Malaquias, essas previsões podem ter parecido uma zombaria cruel. Em contraste com as promessas brilhantes, a dura realidade era de privação econômica, seca prolongada, fracasso da colheita e pestilência (Ml 3.10ss.). (NAA, 2018, p.1645).

Durante esse tempo, Israel estava sob o domínio persa, e embora eles tivessem permissão para retornar à sua terra natal, eles ainda estavam sujeitos à opressão estrangeira. Além disso, o povo de Israel estava lutando para se manter fiel ao Senhor, mergulhando em práticas religiosas vazias, desonestidade, casamentos mistos e negligência de suas responsabilidades para com Deus. Coelho Filho (1988, p.20), ao descrever o período, aponta para a frieza espiritual, culto insincero, rituais sem vida e um culto que desagrada a Deus.

O contexto social e religioso em que Malaquias viveu estava repleto de injustiça e corrupção. Havia uma divisão clara entre os ricos e os pobres, com os poderosos explorando os menos privilegiados. O sistema sacerdotal estava em declínio, com líderes religiosos negligenciando suas responsabilidades e oferecendo sacrifícios imperfeitos no templo. Além disso, o povo questionava a justiça de Deus, pois não viam sinais imediatos de punição para os ímpios ou recompensas para os justos.

Diante de tudo isso, o povo começou a desanimar. Lopes (2012, p.13) argumenta que paulatinamente o amor pelas coisas de Deus foi diminuindo até que o povo foi se dispersando em busca de seus próprios interesses. Stanley Ellisen faz uma síntese da decadência denunciada por Malaquias:

Conforme indicação de Malaquias, havia fortes sintomas de degeneração na fé que Israel tinha. Sua visão de Deus era quase deísta: Questionavam seu amor (1.2), Sua honra e grandeza (1.14;2.2), Sua justiça (2.17) e Seu caráter (3.13-15). Essa visão deficiente a respeito de Deus produziu uma atitude arrogante e fez que as funções do templo fossem realizadas com enfado, o que insultava o Senhor ao invés de adorá-Lo (1.7-10; 3.14). [...] O resultado moral dessa religião desprezível foi o povo voltar-se para a feitiçaria, adultério, perjúrio, fraude e opressão do pobre (3.5). A discórdia familiar era frequente, levando-os a se divorciarem das esposas judias para se casarem com mulheres pagãs (2.10-14; 4.6). As condições eram tão más que se fazia necessária a atuação de um Elias para restaurar a paz familiar e evitar outra destruição do Senhor. (Ellisen, 1991, p.346-347).

Nesse ambiente desafiador, Malaquias surgiu como uma voz de confronto e consolo. Ele proclamou a justiça de Deus, alertou sobre as consequências da desobediência e renovou a esperança do povo, lembrando-os das promessas divinas de restauração e redenção. “Sua preocupação é manter acesa a fé em Israel”. (Baldwin, 1983, p.182).

2 A MENSAGEMS DE MALAQUIAS 1,1-14

Ellisen (1991, p.346) afirma que o estilo dialético de Malaquias é um tanto singular entre os profetas, pois a maioria preferiu um estilo de conferência ou narrativa, enquanto Malaquias usou um estilo de confronto poderoso, como se Deus estivesse chamando o seu povo para um “debate” (Dillard; Longman III, 1988, p.420), uma “audiência divina” (Lopes, 2006, p.17). Nessa audiência ocorrem três expedientes: afirmação, interrogação e revogação.

Para Lopes (2006, p.17) essa audiência é apresentada oito vezes (1.2; 1.6; 1.7; 2.14; 2.17; 3.7; 3.8; 3.13), Baldwin (1983, p.183) aponta sete vezes (1.2-5; 1.6-2.9; 2.10-16; 2.17-3.5; 3.6-12; 3.13-4.3; 4.4-6) e Lopes (2012, p.17) também aponta sete vezes (1.1-5; 1.6-14; 2.1-9; 2.10-16; 2.17-3.1-6; 3.7-12; 3.13-4.1-6). Independentemente da forma com que determinado autor ou leitor irá analisar as audiências presentes no livro de Malaquias, é importantíssimo compreender que “cada uma delas trata do culto, embora enfocando diferentes aspectos relacionados à situação do povo” (Lopes, 2012, p.16).

Sentença pronunciada pelo Senhor contra Israel, por meio de Malaquias. O Senhor diz: — Eu sempre os amei. Mas vocês perguntam: — Como é que nos amaste? E o Senhor responde: — Esaú era irmão de Jacó, mas eu amei Jacó e desprezei Esaú. Fiz dos montes de Edom uma desolação e dei a sua herança aos chacais do deserto. Se Edom disser: “Fomos destruídos, mas vamos reconstruir o que está em ruínas,”

o Senhor dos Exércitos responderá: “Eles podem até reconstruir, mas eu vou derrubar outra vez. E a terra deles será chamada de ‘Terra Da Maldade’ e ‘Povo Contra Quem O Senhor Está Irado Para Sempre.’ Vocês verão isso com os seus olhos e dirão: — O Senhor é grande também fora das fronteiras de Israel. (Malaquias 1.1-5).

Primeiramente é importante analisar a mensagem solene de Deus em (Ml 1.1): “Sentença pronunciada pelo Senhor”. Lopes (2006, p.18) vai afirmar que a mensagem de Malaquias representa uma sentença, um fardo, um peso. “Não é uma mensagem consoladora, mas de profundo confronto e censura”. Baldwin (1983, p.184) afirma que a palavra “sentença” vem do hebraico *maśśā*, também aparece em Zacarias 9.1 e 12.1 e que, no texto em questão, significa “sentença de” ou “oráculo de”. Além disso, “ela vem da raiz *nāśā*, que significa ‘erguer’, ‘carregar uma carga’, e por isso algumas versões traduzem ‘a carga da palavra do Senhor’”. (Baldwin, 1983, p.133).

Lopes afirma que o termo “sentença”, no hebraico, significa “peso” e que essa é uma palavra usada no Antigo Testamento para se referir aos oráculos dos profetas. “O texto diz literalmente peso de Deus contra Israel, ou seja, faz referência ao fato de que sua mensagem é uma palavra pesada” (Lopes, 2012, p. 20). Assim, pode-se inferir que a carga que pesava que pesava sobre o profeta devia pesar também sobre a consciência das pessoas, até que se preparassem para “aquele dia” (Baldwin, 1983, p. 184).

Em segundo lugar, é digno de nota considerar que embora a mensagem de Malaquias seja um peso, ela inicia com uma declaração de amor de Deus (Ml 1.2): “Eu sempre os amei”. Lopes aponta que o termo “amei” em hebraico usado pelo profeta “traz a ideia de que Deus não somente amou um dia, mas continua amando seu povo (Lopes, 2012, p.22).

Que declaração estupenda! Apenas quatro palavras, mas que impacto causam! Nenhum outro livro da Bíblia começa de forma tão expressiva, com Deus anunciando de maneira tão enfática o seu amor pelo povo. Toda a argumentação do livro está dependendo desta expressão. Iavé é o Deus que amou o seu povo. (Coelho Filho, 1988, p. 23).

Malaquias inicia sua mensagem ao defender a verdade do amor seletivo de Deus por Israel, um amor que requer uma obediência firme à aliança e uma adoração sincera como resposta adequada. No entanto, em vez disso, o povo estava desrespeitando a Deus com ofertas inadequadas e praticando uma adoração hipócrita e formalista. (NAA, 2018, p.1645). Esse desrespeito pode ser visto em (Ml 1.2) quando o povo questiona esse amor declarado. Feinberg (1996, p.331) afirma que a raiz de todos os pecados de Israel era sua falta de consciência do amor de Deus.

Lopes (2006, p.22-23) destaca duas atitudes do povo em relação ao amor de Deus: insensibilidade e ingratidão. A raiz do pecado do povo é a insensibilidade ao amor de Deus e à sua própria fraqueza (Moore, 1960, p.110). Por causa de seus pecados eles foram castigados e levados ao cativeiro, mas não viram na disciplina um gesto de amor, pelo contrário, sentiram-se injustiçados. Ingratidão, porque o povo que voltou do cativeiro esperava a prosperidade material como recompensa pela sua obediência em voltar (Pape, 1983, p.128). Assim, o povo estava valorizando as coisas materiais em detrimento das bênçãos espirituais.

Infelizmente essa postura não está restrita ao povo daquela época, uma vez que no decorrer da História, as pessoas têm procurado medir o amor de Deus por meio de bens materiais, de sua situação financeira ou do conforto que têm ou deixam de ter (Lopes, 2012, p.22). Baldwin (1983, p.185) aponta não apenas para a incredulidade do povo, mas também para o cinismo escancarado. O povo não compreendia o amor de Deus. Essa não compreensão pode levar o cristão a viver uma vida que deixa a desejar e a ter um testemunho claudicante.

Contudo, Deus não permite sua afirmação ficar no vazio, sem apresentar evidências do que afirma. “Seu amor pode ser comprovado na história” (Coelho Filho, 1988, p. 24). Lopes (2012, p. 25-26) destaca três pontos acerca da resposta de Deus. Em primeiro lugar, com relação a Deus afirmar que amou Jacó, o cristão precisa refletir e ponderar pertencer a Deus é não apenas sinal de que Ele o escolheu previamente, mas razão o suficiente para adorá-lo.

Em segundo lugar, se Deus ama o cristão é porque não o rejeitou, não o desprezou para sempre. Coelho Filho (1988, p. 26-27) aponta que Deus amou tanto Jacó quanto Esaú, mas amou mais, muito mais, a Jacó. Deus tinha prazer em amá-lo (Dt 10.15). Baldwin argumenta que não se trata de hostilidade contra Esaú, mas este e seus descendentes, “alimentando ressentimentos e mostrando hostilidades contra Jacó, atraíram o julgamento de Deus sobre si” (Baldwin, 1983, p.186).

Em (Ml 1.3), Deus se refere a um episódio ocorrido alguns séculos antes, no qual os descendentes de Esaú, os edomitas, foram forçados a sair de seu lugar de refúgio e fugir para o norte do Neguebe, como castigo de Deus. Fica o contraste: por um lado, Deus estava trazendo Israel de volta para sua terra e, por outro, tinha expulsado os descendentes de Edom da terra deles.

Terceiro, Deus diz que está irado para sempre contra aquele povo. “Eles podem até reconstruir, mas eu vou derrubar outra vez. E a terra deles será chamada de ‘Terra Da Maldade’ e ‘Povo Contra Quem O Senhor Está Irado Para Sempre’” (Ml 1:4). A prova do amor de Deus é que Israel não fazia parte desse povo contra quem Deus resolveu irar-se para sempre. O texto mostra que Deus é soberano não apenas sobre seu povo, mas também sobre quem não é.

A escolha Jacó e a rejeição de Esaú é a resposta que Deus oferece aos contestadores do seu amor. Não é um amor apenas de palavras. É um amor de fatos. Está enraizado na história. Iavé faz um apelo à experiência passada do povo. O apelo não é uma experiência mística, de sentido espiritual. É um apelo à experiência histórica. O amor de Deus pode ser provado. (Coelho Filho, 1988, p.25).

Contudo, na prática, o que se pode observar é como Deus é desprezado. No versículo 6 Deus questiona o povo: “Se eu sou pai, onde está a minha honra? E, se eu sou senhor, onde está o respeito para comigo?” Dessa forma, o que deveria ser questionado não era o amor de Deus por Israel,

mas o amor de Israel por Deus. A partir do versículo 10, Deus vai mais longe em sua fala e afirma que não apenas seria melhor que o templo fosse fechado, mas também que outras nações engrandecem seu santo nome enquanto seu povo escolhido o menospreza.

Quem dera houvesse entre vocês alguém que fechasse as portas do templo, para que não acendessem em vão o fogo do meu altar! Eu não tenho prazer em vocês, diz o Senhor dos Exércitos, nem aceitarei as suas ofertas. Mas, desde o nascente do sol até o poente, é grande o meu nome entre as nações. Em todos os lugares lhe é queimado incenso e são trazidas ofertas puras, porque é grande o meu nome entre as nações, diz o Senhor dos Exércitos. Mas vocês estão profanando o meu nome, quando pensam que a mesa do Senhor é impura, e que a comida que é oferecida sobre ela pode ser desprezada. (Malaquias 1.10-12).

Por duas vezes, nos versículos 11 e 14, Deus diz “o meu nome é grande entre as nações”. Deus era, e sempre será, digno de honra, mas o povo não o tratava como se fosse. Lopes (2012, p.35) afirma que “Deus tem zelo por seu nome, sua glória e sua reputação. As circunstâncias da vida, por mais desafiadoras que possam ser, não podem servir de justificativa para o povo de Deus negligenciar o culto, a adoração e a honra a Deus. Lopes (2006, p.37), vai dizer que os cristãos pecam contra Deus pela maneira irreverente, superficial e leviana com que o cultuam. Malaquias é enfático ao afirmar que Deus prefere a igreja fechada a um culto hipócrita.

Se Israel direcionasse seu olhar ao seu entorno, teria um maior conhecimento do amor de Deus e testemunharia a maravilhosa maneira como Ele os abençoou, em contraste com as experiências vividas por outras nações. Assim, a atitude que Deus espera de seu povo não é que o questionem cinicamente a respeito de seu amor quando passam por tempos difíceis. O culto ideal a Deus pressupõe pessoas submissas a ele mesmo quando passam por toda sorte de dificuldades, infortúnios e mazelas, ou seja, não devem depender das circunstâncias. A seguir, será observado como a Teologia da Prosperidade corrompe a doutrina cristã.

3 A TEOLOGIA DA PROSPERIDADE E O CULTO A DEUS

A Teologia da Prosperidade surgiu nos Estados Unidos durante as décadas de 1930 e 1940, mas só se desenvolveu a partir dos anos 1970. O principal motivo para a disseminação dessa doutrina foi a aceitação de visões, revelações e orientações espirituais além da Bíblia, uma tendência que continua até hoje (Pieratt, 1996, p. 21).

Embora tenha sido fundada por Essek William Kenyon (1867-1948), foi apenas com Kenneth Hagin (1917-2013) que a doutrina da Prosperidade ganhou destaque e se tornou um dos maiores movimentos no mundo evangélico atualmente. (Kunz; Maurilio, 2018, p. 14)

De acordo com Pieratt (1996, p. 13), algumas igrejas no Brasil estão enfrentando diversos problemas em áreas eclesiais, como interpretação bíblica, doutrinária, teológica e social, como pobreza, analfabetismo e corrupção política, o que as deixa vulneráveis. Além disso, a falta de pregação expositiva e uma postura firme em defesa da ortodoxia faz com que tanto igrejas tradicionais quanto pentecostais sejam influenciadas por novas doutrinas.

Um dos ensinamentos da Teologia da Prosperidade, por exemplo, é uma nova interpretação do Evangelho, enfatizando mais a resolução de problemas em todas as áreas da vida do que as boas novas, como o perdão dos pecados, o arrependimento, a cruz e a salvação em Cristo Jesus. Esse movimento tem sido chamado de “Palavra da Fé, Ensino da Fé, Confissão Positiva, Evangelho da Prosperidade” (Pieratt, 1996, p.13).

Vale ressaltar a Confissão Positiva, que é dividida em cinco condições. A primeira condição é ter “conhecimento dos nossos direitos.” Hagin ([s.d.]

b, p. 30) afirmava que os cristãos que continuam sofrendo problemas na vida, após a conversão, negligenciam o fato de desconhecerem seus direitos. Segundo ele (2002, p. 53-54), “o cristão não precisa esperar pelo céu para desfrutar dos seus direitos e privilégios em Cristo, mas pode desfrutá-los aqui e agora nesta Terra”.

A segunda condição para prosperar é ter “fé firme”. Hagin afirmava que a forma mais eficaz de orar é reivindicando seus direitos. Ele ensinava que o cristão deve exigir seus direitos na oração. Usando o exemplo de Pedro em Atos (3.6), onde Pedro não orou pelo aleijado, mas ordenou sua cura, Hagin afirma que a oração deve ser direcionada a Deus como uma exigência, não um pedido. (Hagin, 2005, p. 100).

Segundo Pieratt, a terceira condição para alcançar prosperidade é utilizar o “nome de Jesus”. Hagin ensinava que simplesmente compreender e exigir os direitos de Deus não era suficiente para os cristãos, eles precisavam invocar o “nome de Jesus”. Esse nome ativaria as forças espirituais nas esferas celestiais (Pieratt, 1996, p. 74). Jesus, portanto, não é apenas o nome supremo, mas considerado como uma espécie de “palavra mágica” para concretizar os pedidos.

Conforme Pieratt (1996, p. 78), a quarta condição para prosperar seria “evitar a dúvida”. Segundo Romeiro, de acordo com a Teologia da Prosperidade, se os cristãos enfrentam problemas em qualquer área de suas vidas, é porque lhes falta fé. Ser pobre ou doente, portanto, são considerados sinais de derrota, pecado ou fé limitada. A marca de um “verdadeiro” cristão consiste em ser cheio de fé, bem-sucedido e desfrutar de saúde física, emocional e espiritual, além da prosperidade material (Romeiro, 2007, p. 19).

No Brasil, a Teologia da Prosperidade promete soluções para desemprego, dificuldades financeiras, problemas de saúde mental, solidão, casamentos arruinados, questões sexuais e doenças como AIDS, câncer, dores nas costas, enxaquecas, insônia e outros. Essa proposta atrai um grande número de pessoas que enfrentam essas dificuldades. Ela fun-

ciona como uma barganha, onde os fiéis devem ofertar para receber as bênçãos necessárias. “Dessa forma, em pouco tempo, usando esse tipo de ensinamento, igrejas grandes são formadas, afinal, quem não gostaria de resolver seus problemas imediatamente?” (Pieratt, 1996, p. 17-18).

A quinta condição para prosperar seria “confessar em voz alta” - atualmente, isso é feito nas igrejas como “eu declaro”. Hagin ensinava que, para receber saúde e prosperidade como um direito, bastava confessar/ declarar em voz alta que já haviam obtido o que desejavam. Portanto, os cristãos devem sempre agir e falar como se seus pedidos já tivessem sido atendidos, mesmo que isso não pareça verdade (Hagin, 1987, p. 31, 95-99).

Dessa forma, a Teologia da Prosperidade pode ser dividida em três aspectos principais: o foco principal diante de Deus é a busca por riqueza financeira e saúde física; os meios para alcançar esses objetivos são a fé, palavras positivas e a negociação com Deus por meio de dízimos e ofertas; e os pregadores são vistos como autoridades ungidas por Deus e inquestionáveis diante dos seres humanos.

Ao longo de Malaquias, Deus expressa sua indignação com a adoração negligente e a injustiça social que prevaleciam entre o povo, destacando a importância de adorá-lo com reverência, temor e independentemente das circunstâncias. Esse paralelo com a teologia da prosperidade se torna evidente quando consideramos que Malaquias não enfatiza a obtenção de bênçãos materiais como resultado de uma fé inabalável. Pelo contrário, a mensagem de Malaquias ressalta a importância de um coração sincero, adoração verdadeira e obediência aos mandamentos de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O amor de Deus é evidente no livro de Malaquias, apesar das circunstâncias desafiadoras enfrentadas pelo povo. Por meio das palavras do profeta, Deus revela Seu amor contínuo e incondicional pelo seu povo. Essa mensagem de amor deveria levar o cristão a refletir sobre a natureza do amor divino em sua própria vida e a reconhecer a importância de permanecer firme em sua fé, mesmo em meio às dificuldades.

O livro de Malaquias também traz questionamentos acerca da resposta ao amor de Deus. O povo de Israel questionou o amor de Deus, perguntando: “Como é que nos amaste?” (Malaquias 1.2). Essa pergunta desafia os cristãos a examinar se também duvidam do amor de Deus em suas próprias vidas. É preciso refletir sobre como os cristãos têm respondido ao amor de Deus e se estão vivendo em plena confiança e gratidão por Seu amor constante.

Por fim, o livro de Malaquias nos convida a renovar nossa esperança nas promessas de Deus. Embora o povo de Israel estivesse enfrentando dificuldades e desânimo, o profeta Malaquias trouxe palavras de encorajamento e promessas de restauração. Da mesma forma, o cristão pode encontrar esperança nas promessas de Deus em meio às adversidades que enfrenta em vez de ceder a falsos ensinamentos e heresias, como a Teologia da Prosperidade, para barganhar bênçãos com Deus e viver uma fé condicionada às circunstâncias.

REFERÊNCIAS

BALDWIN, J. G. **Ageu, Zacarias e Malaquias: Introdução e Comentário Bíblico**. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova e Associação Religiosa Editora Mundo Cristão, 1986.

Bíblia de Estudo NAA. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

CALVIN, John. **Twelve minor prophets**. Edinburgh, 1849.

COELHO FILHO, Isaltino Gomes. **Malaquias, Nosso Contemporâneo: Um Estudo Contextualizado do Livro de Malaquias**. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações, 1988.

DEANE, W. J.; PROUT, E. S. **The pulpit commentary – Malachi**. Vol. 14. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

DILLARD, Raymond B.; LONGMAN III, Tremper. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

ELLISEN, Stanley. **Conheça melhor o Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1991.

FEINBERG, Charles L. **Os profetas menores**. São Paulo: Editora Vida, 1996.

HAGIN, Kenneth. **O que fazer quando a fé parece ser fraca e a vitória perdida**. Rio de Janeiro: Graça, 1987.

HAGIN, Kenneth. **Compreendendo como combater o bom combate da fé**. Rio de Janeiro: Graça, 2002.

HAGIN, Kenneth. **A oração que prevalece para a paz**. Rio de Janeiro: Graça, 2005.

HAGIN, Kenneth. **O nome de Jesus**. Rio de Janeiro: Graça, [s.d.]b.

KEIL, C. F. **Commentary on the Old Testament – Minor Prophets.** Vol. X. Grand Rapids: Eerdmans, 1978.

KUNZ, Marivete Z.; MAURILIO, Gabriel. As origens norte-americanas da teologia da prosperidade, seus ensinamentos e sua influência no contexto brasileiro. **Via Teológica**, v.19, n.37, p. 11 – 52, jun/2018.

LOPES, Augustus Nicodemus. **O culto segundo Deus: a mensagem de Malaquias para a igreja de hoje.** São Paulo: Vida Nova, 2012.

LOPES, Hernandes Dias. **Malaquias: a igreja no tribunal de Deus.** São Paulo: Hagnos, 2006.

MOORE, Thomas V. **A commentary on Haggai and Malachi.** New York: The Banner of Truth Trust, 1960.

PAPE, Dionísio. **Justiça e esperança para hoje.** São Paulo: ABU, 1983.

PIERATT, Alan. **O evangelho da prosperidade.** Tradução de Robinson Malkomes. São Paulo: Vida Nova, 1996.

ROBINSON, George L. **Los doce profetas menores.** Nova York: Casa Bautista de Publicaciones, 1984.

ROMEIRO, Paulo. **Supercrentes: o evangelho segundo Kenneth Hagin, Valnice Milhomens e os profetas da prosperidade.** 2.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

A RELEVÂNCIA MINISTERIAL DO APÓSTOLO PEDRO NO CUMPRIMENTO DO PROPÓSITO DIVINO DE SALVAÇÃO COM BASE NO VERSÍCULO DE ATOS 1:8

THE MINISTERIAL RELEVANCE OF THE APOSTLE PEDRO IN THE
FULFILLMENT OF THE DIVINE PURPOSE OF SALVATION BASED ON THE
VERSE OF ACTS 1:8

LA RELEVANCIA MINISTERIAL DEL APÓSTOL PEDRO EN EL
CUMPLIMIENTO DEL PROPÓSITO DIVINO DE SALVACIÓN BASADO EN EL
VERSÍCULO DE HECHOS 1:8

RESUMO

O pecado fez separação entre Deus e sua criação, e para que haja uma reconciliação do ser humano caído com seu criador, Deus deu seu único filho para que por meio de Jesus todos os seres humanos fossem perdoados e se reconcilhassem com Deus. Portanto é necessário que o evangelho de Jesus Cristo chegue a todos os povos e nações levando salvação para os perdidos. Por este motivo, faz-se necessário responder à questão: “A evangelização é essencial para que a salvação chegue a todos os povos?”. No presente artigo, o versículo de Atos dos Apóstolos 1:8 é a base de estudo para se extrair a resposta a esta questão. Compondo-se de pesquisa bibliográfica e utilizando-se do método hermenêutico e dedutivo, sendo realizado predominantemente em obras de Atos dos Apóstolos, evangelismo e comentários bíblicos. Foram percorridos ao longo do texto questões contextuais e aplicações para os cristãos da atualidade acerca do tema proposto com foco no ministério do apóstolo Pedro. Conclui-se que a evangelização é uma ordem dada por Jesus a todos os cristãos, sendo indispensável no cumprimento do propósito de Deus para que todos os seres humanos sejam salvos. O apóstolo Pedro foi um dos precursores neste processo e todos os cristãos devem ser discípulos de Jesus assim como Pedro foi pregando as boas novas do evangelho a todos que ainda não creem.

Palavras-chave: Evangelização. Propósito. Reconciliação. Salvação.

¹ Discente do 2º período do curso Bacharel em Teologia pelas Faculdades Batista do Paraná. Brasil.
E-mail para contato: eduard.s@outlook.com.br

INTRODUÇÃO

Jesus Cristo foi enviado para cumprir o propósito de Deus de reconciliar a criação com seu criador. Ele se entregou como oferta de sacrifício para tirar o pecado do mundo tornando-se o único caminho que leva o pecador a salvação. É por meio dele que os pecadores têm acesso ao reino de Deus, e para que todos os povos e nações possam alcançar a salvação eles precisam conhecer Jesus Cristo, se arrepender de seus pecados e crer nele como Senhor e Salvador. Para que o propósito de Deus de reconciliar seu povo aconteça plenamente é necessário que todos os povos conheçam Jesus e assim possam ter acesso ao caminho que leva à salvação. Frente a isso os cristãos podem se perguntar: “A evangelização é essencial para que a salvação chegue a todos os povos?”

Foi para o cumprimento deste propósito que Jesus chamou doze homens para o acompanhar e dar prosseguimento a esta missão. As Sagradas Escrituras trazem esclarecimentos sobre como a salvação alcançaria todos os povos e nações. Para tanto, o versículo de Atos dos Apóstolos 1:8 demonstra a ordem dada por Jesus a seus discípulos para que estes evangelizassem todos os povos e nações. Para uma melhor compreensão acerca do texto citado é fundamental a análise referente a ordem dada por Jesus Cristo aos seus discípulos e qual sua importância para se cumprir o propósito de Deus.

Dentre os selecionados para fazer parte no cumprimento do propósito de trazer salvação a todos os povos, Jesus escolhe um homem chamado Simão. Este era um homem simples, com poucos recursos e pobre na cultura literária. Um pescador galileu que pertencia a um povo dos quais eram considerados ignorantes e sofriam alguns preconceitos religiosos. Este é o homem que recebeu um convite de grande importância que mudaria todos os planos e projetos da sua vida. Ele não imaginava o que iria acontecer e quais seriam as mudanças que ocorreriam a partir daquele momento, ele tinha certeza somente de duas coisas quando Jesus o chamou.

A primeira é que Jesus era o Messias aguardado que traria salvação e reconciliaria o povo de Deus com seu criador. A segunda era que Jesus havia feito a ele um convite bem objetivo, o Mestre lhe chamou para ser um pescador de homens. É neste momento que inicia o processo em que o próprio Jesus Cristo lapidaria Simão para que este se tornasse Pedro, a Rocha que daria início a igreja do Senhor e começaria o processo de expansão do reino de Deus levando salvação a todos os povos por meio da evangelização.

Pedro passou por um processo de aprendizado intensivo onde o próprio filho de Deus foi seu mestre. O pescador que se tornou discípulo agora teria que ser o discipulador, enfrentaria as mais bárbaras perseguições e sofreria por amor ao evangelho de Jesus Cristo para que durante seu ministério o maior número de pessoas conhecesse a palavra da salvação e recebessem as boas novas. Pedro pregou a morte e ressurreição de Jesus, enfatizando que este era o Messias enviado por Deus, levando o povo pecador a reconhecer e se arrepender dos seus pecados os batizando em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Pedro cumpriu seu chamado com excelência e levou o evangelho tanto para os judeus como para os gentios, espalhando as boas novas da salvação por todos os lugares e cooperando para o crescimento da igreja e expansão do reino de Deus.

1 CONTEXTO HISTÓRICO

Para maior compreensão acerca da reconciliação entre o ser humano com seu criador e de como Deus pretende levar a salvação para todos os povos e nações, faz-se necessário uma abordagem utilizando-se de uma macrovisão da história bíblica com o objetivo de estabelecer uma fundamentação sólida baseada nas Sagradas Escrituras.

1.1 O PROPÓSITO DIVINO

Deus criou o ser humano para que este pudesse se relacionar com ele, para que o adorasse e prestasse honras ao seu criador. “Então disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gn 1:26a). Como explica Russell Shedd, o ser humano sendo portador da imagem divina, possui a capacidade de compreender inteligentemente a palavra de Deus, e assim, o atender de modo racional, obedecendo e servindo o Deus criador (Shedd, 2015, p. 15). Halley acrescenta que o ser humano sendo a imagem de Deus, é a única forma de vida que possui um relacionamento especial com o criador, não sendo partilhado com nenhuma outra criação de Deus está atribuição (Halley, 2002, p. 74).

Quando o ser humano pecou, este trouxe para si a condenação e a morte, “E o pecado, uma vez consumado, gera a morte” (Tg 1:15b). Afetou o relacionamento existente entre o criador e sua criação, “Mas as vossas iniquidades fazem separação entre vós e o vosso Deus, e os vossos pecados encobrem o seu rosto de vós para que vos não ouça” (Is 59:2). Sendo assim, o propósito inicial de Deus de manter um relacionamento próximo e eterno com o ser humano foi afetado pelo pecado, sendo necessário uma restauração do propósito divino, “Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus, sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus” (Rm 3:23,24).

Luciano Subirá comenta que o propósito divino seria para todos os povos da terra, promessa feita por Deus para Abrão quando preanunciou o evangelho a ele, revelando antecipadamente ao patriarca que a restauração da sua criação seria para todas as nações (Subirá, 2021, p. 50). Para que todos os povos sejam alcançados, seria necessário que houvesse um plano divino que o revelasse a todas as nações e assim reestabelecesse seu propósito de ter um relacionamento eterno com sua criação. Russell Shedd afirma que é por meio da evangelização que Deus busca restaurar os pecadores, os direcionando para seu objetivo original da criação (Shedd, 2015, p. 15).

Deus iniciou seu processo de evangelização para o mundo primeiramente através do povo de Israel. Esta foi a mensagem que Moisés deu ao povo de Israel antes de entrarem na terra prometida:

Eu lhes ensinei decretos e leis, como me ordenou o Senhor, o meu Deus, para que sejam cumpridos na terra na qual vocês estão entrando para dela tomar posse. Vocês devem obedecer-lhes e cumpri-los, pois assim os outros povos verão a sabedoria e o discernimento de vocês. Quando eles ouvirem todos estes decretos dirão: De fato esta grande nação é um povo sábio e inteligente (Dt 4:5,6).

Conforme explica Jesse Johnson, o povo de Israel não deveria sair como missionários evangelizando outros povos, mas este deveria permanecer em Israel e obedecer aos decretos de Deus. Assim, eles seriam vistos por outros povos como um farol que revelaria a glória e majestade de Deus, seriam testemunhas de um Deus verdadeiro e amoroso. E seria através do povo de Israel que outras nações iriam ser abençoadas conforme prometido por Deus a Abrão (Johnson, 2017, posição 40).

Devido ao fracasso do povo de Israel em se manter obediente aos decretos de Deus, ainda se fazia necessário que o propósito divino se estendesse para todas as nações. Sendo assim, Deus enviou seu próprio filho, Jesus Cristo, para que através dele todos os povos fossem alcançados e reconciliados com Deus, “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3:16). Após cumprir sua missão terrena, Jesus instruiu seus discípulos para que estes levassem as boas novas da salvação a todas as nações, iniciando assim, através das vidas dos apóstolos o ministério de evangelização a todos os povos, para que desta forma se cumpra o propósito de Deus de reestabelecer um relacionamento eterno e trazer salvação para todos os povos e nações.

1.2 AS INSTRUÇÕES DADA AOS APÓSTOLOS

O autor do Livro de Atos dos Apóstolos narra no capítulo 1:4-8 o momento em que Jesus Cristo, após sua ressurreição deu instruções por meio do Espírito Santo aos seus apóstolos. A primeira ordenança dada por Jesus foi para que os apóstolos permanecessem em Jerusalém. Hernandes Dias Lopes descreve que a permanência dos apóstolos em Jerusalém está relacionada ao local onde Jesus teria sido humilhado e rejeitado. Desta forma, o local do fracasso agora daria lugar a vitória, onde existiu humilhação agora teria exaltação e onde houve a rejeição agora se iniciaria o processo do novo testemunho de Jesus (Lopes, 2012, p. 33). Portanto, permanecer em Jerusalém era algo que deveria ser cumprido pelos apóstolos, pois este foi o local escolhido por Deus para que se desse início a expansão da sua igreja.

A segunda ordenança de Cristo foi para que eles esperassem o cumprimento da promessa de Deus da qual Jesus já os havia dito, ou seja, a vinda do Espírito Santo. As Sagradas Escrituras já relatavam essa promessa mesmo antes da encarnação de Jesus Cristo. Pois o profeta Joel já havia predito por meio da profecia dada ao povo de Jerusalém sobre o derramamento do Espírito de Deus sobre todos os povos (Jl 2:28-32). No Livro do Evangelho de João também é descrito o momento em que Jesus confirma o cumprimento desta promessa de Deus, onde Jesus diz que o Pai enviaria o Consolador, o Espírito Santo em seu nome, o qual os ensinaria todas as coisas (Jo 14:26). Werner de Boor comenta que o mais provável era que os apóstolos retornassem para a Galileia, pois ali era a terra natal deles. Porém, Jerusalém que era a capital de Israel foi escolhida para presidir o próximo grande evento da história da salvação, ou seja, o derramamento do Espírito Santo, dando início ao ministério dos discípulos como testemunhas de Jesus Cristo (Boor, 2003, p. 25).

A espera da promessa do derramamento do Espírito Santo estava acompanhada do batismo que ocorreria pelo mesmo Espírito. Pois João Batista já havia dito que ele (João) batizava com água, porém Jesus batizaria com o Espírito Santo (Mt 3:11). Hernandez Dias Lopes explica que a terminologia “batismo com o Espírito Santo” tem sido motivo de debates acalorados e tem gerado muitas interpretações nas últimas décadas. Alguns eruditos acreditam que o batismo com Espírito é algo distinto da conversão. Enquanto outra parte associa o batismo do Espírito Santo com o ato do falar em línguas estranhas. Outros entendem que o batismo do Espírito ocorre no momento da conversão, ao ser batizado no corpo de Cristo pelo Espírito. E mesmo que o Espírito já houvesse se manifestado anteriormente, sua dispensação plena ocorreria no dia do cumprimento da promessa de Deus, onde a vinda do Espírito seria definitiva, para habitar em sua igreja (Lopes, 2012, p. 34). Werner de Boor acrescenta que a presença do Espírito Santo elevaria a igreja de Cristo a um patamar nunca visto anteriormente na História (Boor, 2003, p. 25).

No versículo de Atos dos Apóstolos 1:8, Jesus antes de ser elevado às alturas disse: “Mas receberão poder quando o Espírito Santo descer sobre vocês, e serão minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1:8). Neste versículo Jesus enfatiza que seus discípulos receberiam poder do Espírito Santo para que estes prosseguissem com suas instruções. Zacarias de Aguiar Severa salienta que uma das ações do Espírito Santo é conceder poder espiritual, sendo este revelado em sabedoria espiritual, coragem para apregoar o evangelho de Jesus Cristo em um mundo cheio de adversidades, concluir as obras ordenadas por Deus e dar resistência à natureza do pecado acompanhadas pelas tentações malignas. E ao receber este poder espiritual dado através do Espírito Santo, o crente se torna vitorioso frente a este mundo de pecados (Severa, 2014, p. 261). Stanley M. Horton explica que os cristãos ao receberem o Espírito Santo são revestidos de poder, o qual tem como finalidade fazer com que eles vivam a totalidade da vida no Espírito (Horton, 1996, p. 459).

E serão minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia, em Samaria e até os confins da terra é a terceira ordenança de Jesus para os apóstolos. Aqui Jesus está dizendo aos seus discípulos que eles deveriam proclamar o evangelho, foi um chamado para que os apóstolos continuassem a missão iniciada através de Jesus Cristo com o objetivo de cumprir o propósito de Deus. Observa-se que Jesus não os instituiu apenas para proclamar seu evangelho aos judeus, mas a ordem era para que eles fossem além da Judéia e alcançassem todas as nações e povos, levando a salvação para todos os que nele cressem. Instrução esta relatada no Livro do Evangelho de Mateus que diz:

Então, Jesus aproximou-se deles e disse: Foi-me dada toda a autoridade no céu e na terra. Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que eu lhes ordenei. E eu estarei sempre com vocês, até o fim dos tempos (Mt 28:18-20).

1.3 O APÓSTOLO PEDRO

Durante seu ministério na terra, Jesus Cristo escolheu doze discípulos para que eles o acompanhassem e fossem testemunhas de tudo o que o Senhor ensinava e realizava. As Sagradas Escrituras apresentam quatro listas no Novo Testamento que citam os nomes dos doze discípulos escolhidos por Jesus que estão nos livros de: Mateus 10:2-4, Marcos 3:16-19, Lucas 6:13-16 e Atos dos Apóstolos 1:13. Dentre os doze citados nas quatro listas, o apóstolo Pedro sempre é citado como o primeiro entre os demais. As Escrituras não afirmam que Pedro foi o primeiro discípulo a ser escolhido por Jesus, porém o fato de ser apresentado sempre em primeiro nas listas sugere uma liderança do apóstolo Pedro entre os outros.

John MacArthur explica que o nome de Pedro era Simão Barjonas (Mt 16:17), ou seja, “Simão, filho de Jonas” (Jo 21:15-17). Sendo o nome de seu pai João, que também pode ser traduzido algumas vezes como Jonas.

Que Jesus lhe acrescentou outro nome, “Simão, a quem acrescentou o nome de Pedro” (Lc 6:14), destacando-se que Jesus não mudou seu nome, mas acrescentou o nome Pedro, que significa “Rocha” e no original grego é Petros e em aramaico Cephas. Sendo que o nome Pedro era dito como forma de um apelido, em que ora era chamado de Simão, ora de Pedro e em outros momentos de Simão Pedro. Pode ser que a forma como Jesus o chamava estava relacionada a uma maneira de lembrá-lo de como ele deveria ser. Se o chamasse de Simão, significava que ele estava agindo conforme sua personalidade do velho homem. Quando o chamava de Pedro, Jesus estava o elogiando para que este entendesse que estava agindo corretamente. Podendo o Senhor repreendê-lo ou elogiá-lo apenas na forma em que o chamava pelo nome (MacArthur, 2004, p. 45).

Halley relata que Pedro nasceu em Betsaida (Jo 1:44), e que tinha uma casa em Cafarnaum (Mc 1:29), podendo ter duas casas ou ter se mudado de sua terra natal para Cafarnaum. Também afirma que tinha um irmão chamado André (Jo 1:40), que Pedro era casado (Mt 8:14; Mc 1:30; Lc 4:38) e que provavelmente sua esposa o acompanhava durante seu ministério (1Co 9:5) (Halley, 2002, p. 446). Hernandez Dias Lopes complementa dizendo que Pedro era um pescador um tanto grosseiro e de pouca cultura literária, ele tinha uma personalidade forte e possuía uma empresa de pesca cujos sócios eram Tiago e João, filhos de Zebedeu (Lopes, 2015, p. 7,8).

Ciro Sanches descreve que antes de Pedro conhecer Jesus, este ouviu primeiramente a mensagem do precursor de Cristo, ou seja, João Batista. Sendo levado até Jesus por intermédio do seu irmão André (Jo 1:41,42) que ao ouvir a mensagem de João Batista, logo reconheceu que Jesus era o Messias e prontamente compartilhou a boa notícia com seu irmão. Pedro teria se encontrado pela primeira vez com o Mestre na própria casa de Jesus, momento em que Cristo lhe acrescenta um novo nome. O segundo encontro entre Pedro e Jesus ocorreu às margens do mar da Galileia onde o Senhor chamou Pedro para iniciar seu ministério e se tornar um pescador de Homens (Zibordi, 2018, posição 55,56).

Augustus Nicodemus Lopes explica que Pedro se sobressaiu em relação aos demais discípulos em vários momentos sendo evidenciado por Jesus. Estava entre os primeiros discípulos que foram selecionados para seguir o Mestre (Mt 4:18), seu nome sempre aparece em primeiro em todas as listas citadas no Novo Testamento (Mt 10:2-4; Mc 3:16-19; Lc 6:13-16; At 1:13). Era um dos discípulos mais chegados de Jesus (Mt 17:1). Pedro foi o primeiro a tentar andar sobre as águas para ir ao encontro de Jesus (Mt 14:28), foi o primeiro a responder Jesus quando este perguntou “quem vocês acham que eu sou” (Mt 16:16) e foi para Pedro que Jesus disse “apascenta minhas ovelhas” (Jo 21:17) (LOPES, 2014, p. 58,59). Certamente Jesus ao fazer de Pedro um pescador de homens estava lhe conferindo a responsabilidade de levar o evangelho a todas as nações. Como destaca Hernandes Dias Lopes, Deus usou Pedro para abrir as portas do evangelho aos judeus e aos gentios (Lopes, 2015, p. 16).

Augustus Nicodemus Lopes explica que apesar de Pedro estar várias vezes em destaque, este mesmo Pedro foi o primeiro a repreender Jesus após o Senhor anunciar sua crucificação (Mt 16:22) e foi o primeiro a negar Cristo (Mt 26:69-75) (Lopes, 2014, p. 58). O Senhor conhecia as fraquezas de Pedro, mesmo assim o chamou e lhe capacitou para uma grande missão. John MacArthur relata que após a ressurreição de Jesus, este se encontrou com Pedro e os demais a beira da praia onde havia preparado um café da manhã para eles. Sendo o propósito desse encontro a restauração de Pedro após ele ter negado o Senhor. Foi nesta ocasião que Jesus se dirigiu a Pedro e o chamando de Simão perguntou por três vezes se ele o amava, e por três vezes Pedro respondeu que sim (Jo 21:15-17). Esta foi a última vez que Jesus chamou Pedro de Simão, deixando claro para Pedro que o velho homem Simão não existia mais e que a partir daquele momento ele seria a Rocha que levaria o evangelho a todos os povos (MacArthur, 2004, p. 47,48).

2 APLICAÇÃO TEXTUAL

Após a compreensão de que todo cristão deve obedecer às instruções de Jesus Cristo para o cumprimento do propósito divino, torna-se necessário se aprofundar em como o apóstolo Pedro reagiu frente a ordenança dada por Jesus e como os cristãos da atualidade podem cooperar para a continuidade desta missão.

2.1 PEDRO E O NASCIMENTO DA IGREJA DE CRISTO

Sem sombras de dúvidas o apóstolo Pedro entendeu a importância do propósito ao qual havia sido chamado e designado a cumprir. Reconheceu a necessidade de fazer discípulos através da última ordem dada a ele e os demais por Jesus Cristo antes que este subisse aos céus (At 1:8). Este foi o momento em que Pedro se coloca na posição de “Rocha”, o líder que agora irá conduzir seus companheiros a cumprir o que lhes foi ordenado por Cristo. Dez dias após a ascensão de Jesus Cristo, no dia do Pentecoste é que começa a nascer a igreja de Jesus Cristo sobre a liderança do apóstolo Pedro. Hernandes Dias Lopes comenta que o dia do Pentecostes não foi algo que ocorreu por acaso, este dia sempre esteve na agenda de Deus e estava marcado para acontecer desde a eternidade. Foi um acontecimento único e que não se repetiria mais em toda a história da igreja (Lopes, 2012, p. 49).

Pedro realiza a primeira pegação do evangelho de Jesus Cristo, “Então Pedro levantou-se com os Onze e, em alta voz, dirigiu-se à multidão” (At 2:14a). Simon J. Kistemaker relata que a mensagem de Pedro inicia com a explicação dos fatos ocorridos no Pentecoste citando a profecia de Joel. Na sequência ele prega o evangelho de Jesus Cristo enfatizando o sofrimento, morte, ressurreição e exaltação de Jesus. Finalizando sua mensagem, ele adverte os ouvintes para que estes se arrependam e sejam

batizados (Kistemaker, 2003, p. 123). Isaltino Gomes Coelho Filho explica que a pregação de Pedro, por ter sido a primeira da igreja ficou marcada como sendo um cartão de visita ao mundo e que se destacam pelo menos sete itens importantes no sermão de Pedro, que são: a consciência de que Deus inaugura um novo tempo com Jesus, e este estava sendo retificado pelo Espírito; o conceito de Deus; o conceito de Jesus; o conceito do Espírito; o conceito da salvação; a ressurreição e por fim a vitória final em Cristo Jesus (Coelho Filho, 2009, p. 61-64).

É neste cenário que nasce a igreja de Jesus Cristo, o início do cumprimento que foi ordenado por Jesus para que seus discípulos pregassem o evangelho, a graça oferecida por Deus ao seu povo através de Cristo. Halley salienta que os apóstolos estavam sendo controlados pelo Espírito Santo para que estes falassem em línguas ao qual nunca haviam aprendido e falado (Halley, 2002, p. 577). Ao observar o impacto que a primeira pregação de Pedro ocasionou no nascimento da igreja de Jesus Cristo, pode-se compará-la a disseminação de três mil unidades de sementes numa terra fértil que foram lançadas do alto de uma aeronave percorrendo uma longa distância em alta velocidade, seria improvável que estas sementes caíssem apenas em um único lugar. Sendo assim, elas seriam espalhadas por uma grande extensão territorial.

Esse foi o alcance da mensagem de Pedro conforme está relatado nas Sagradas Escrituras, “Então, os que lhe aceitaram a palavra foram batizados, havendo um acréscimo naquele dia de quase três mil pessoas” (At 2:41). John MacArthur destaca que Lucas ao enfatizar este número de três mil pessoas sugere que todos foram convertidos e batizados nas águas (MacArthur, 2019, posição 2.498). Halley comenta que estavam presentes durante a festa do Pentecoste cerca de quinze nações oriundas de todos os países até então conhecidos no mundo, dentre estas nações havia judeus e prosélitos judaicos (Halley, 2002, p. 577). Howard Marshall acrescenta que estas pessoas talvez retornariam aos seus países de origem sendo testemunhas daquilo que vivenciaram durante a pregação de Pedro e testificando os feitos poderosos de Deus (Marshall, 1982, p. 71).

O apóstolo Pedro não hesitou quando esteve frente a oportunidade de revelar o evangelho de Jesus Cristo, movido pelo poder concedido através do Espírito Santo o apóstolo Pedro oportuniza pela primeira vez àquelas pessoas que pudessem compreender a vida, a morte e a ressurreição de Cristo. E através dessa compreensão pudessem se arrepender e aceitar Jesus como Senhor e Salvador de suas vidas. Sem que o evangelho de Jesus Cristo fosse pregado não haveria a igreja do Senhor e a morte de Jesus acompanhado de sua ressurreição teriam sido em vão. As boas novas da salvação não teriam chegado até os dias atuais e todos seriam escravos do pecado e condenados à morte eterna. Portanto, Deus em sua infinita misericórdia capacitou Pedro para que este fosse um discipulador que geraria discípulos de Jesus Cristo para que estes iniciassem a igreja de Jesus.

2.2 PEDRO E A EXPANSÃO DO REINO DE DEUS

Jesus foi bem objetivo em sua ordem quando disse aos seus discípulos que estes deveriam fazer discípulos por todas as nações, “E disse-lhes: Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura” (Mc 16:15). Pois a finalidade do propósito de Deus é que todos, sem exceção, possam alcançar a salvação através de Jesus Cristo. Pedro compreendeu que essa era a vontade de Deus e que foi para este propósito que Jesus o chamou, então Pedro após sua primeira pregação do evangelho de Cristo continua sua missão, prosseguindo para alcançar todas as nações e cumprir o que lhe foi determinado. Halley descreve que Pedro ao se deparar com um aleijado que todos os dias ficava à porta do templo mendigando, este foi curado por Pedro que atribuiu a cura ao poder que há no nome de Jesus Cristo. Nesta ocasião, mais uma vez Pedro aproveita a oportunidade para pregar o evangelho, resultando no aumento dos cristãos para cinco mil (Halley, 2002, p. 579).

Hernandes Dias Lopes relata que o crescimento da igreja partiu de 120 membros (At 1:15) para 3 mil (At 2:41), depois subiu para 5 mil (At 4:4), continuou crescendo até que uma multidão foi agregada à igreja (At 5:14) e houve a multiplicação do número dos discípulos (At 6:7) até sua expansão para Judeia, Galileia e Samaria (At 9:31) (Lopes, 2012, p.70). Pedro foi um líder, e acompanhado dos demais discípulos prosseguiram pregando o evangelho de Jesus Cristo fazendo discípulos por onde passavam. Porém, o propósito de Deus foi que a salvação se estendesse para todos os povos, e isso incluía os gentios. Então Deus direciona Pedro para que este levasse o evangelho aos gentios e houvesse salvação para os não judeus. Howard Marshall relata que foi com a conversão de Cornélio e sua família que começou uma nova fase na obra e expansão da igreja do Senhor, pois Cornélio sendo um centurião romano, sua conversão traria efeitos permanentes na política e na aceitação da igreja (Marshall, 1982, p. 171,172).

O apóstolo Pedro deu início a igreja do Senhor e sua expansão fazendo com que a salvação não ficasse restrita somente aos discípulos que seguiram Jesus enquanto este estava com eles, mas que esta salvação chegasse a todos os povos, rompendo as limitações de Jerusalém e assim cumprindo a promessa feita por Deus ao seu servo Abraão de que todas as nações da terra seriam abençoadas. A expansão do reino de Deus é o grande objetivo do evangelho de Jesus Cristo, pois Deus agora oferece graça a sua criação através do sacrifício do seu próprio filho que libertou o ser humano da escravidão do pecado e da condenação eterna. Trazendo à sua criação a oportunidade de estabelecer por meio de Jesus um relacionamento fiel e eterno com seu criador, reestabelecendo assim o propósito inicial da sua criação, que é viver com Deus e adorá-lo por toda eternidade.

Richard Bowie explica que a grande comissão ordenada por Jesus Cristo manifesta um interesse centrífugo onde todos os cristãos devem prosseguir fazendo discípulos por todo o mundo (Bowie, 1992, citado por Shedd, 2015, p. 15). Russel Shedd acrescenta que a grande comissão consiste

em fazer discípulos por todas as nações, batizando-os e os ensinando a guardar os mandamentos de Jesus (Shedd, 2015, p. 67). Fazer discípulos é a chave que abrirá a porta que levará ao caminho da expansão do reino de Deus e fará como que o evangelho de Jesus Cristo alcance todas as nações, e com isso leve salvação a todos os povos. Dietrich Bonhoeffer explica que o discipulado é um compromisso exclusivo com Jesus, que o discipulado existe somente porque Jesus Cristo também existe e que um cristianismo sem discipulado é um cristianismo sem Jesus (Bonhoeffer, 2016, posição 22).

Pedro não parou de fazer discípulos e de levar a salvação a todos que estavam ao seu alcance, nesta mesma intencionalidade deve-se entender a necessidade de ser como Pedro nos dias atuais, pois ainda existem muitas pessoas que não conhecem ou não creem em Jesus Cristo. Devendo os cristãos compreenderem a necessidade de trabalhar como discípulos de Jesus visando a expansão do reino de Deus, pregando o verdadeiro evangelho de Cristo, as boas novas da salvação que irá reestabelecer um relacionamento eterno com Deus. Isaltino Gomes Coelho Filho comenta que o evangelho da atualidade se difere muito do evangelho pregado por Pedro, pois as pregações atuais focam em ganhos materiais, reivindicações e autoajuda. Os cristãos estão deixando de pregar o verdadeiro evangelho que traz consigo o arrependimento e vida eterna em Cristo Jesus (Coelho Filho, 2009, p. 69,70). Portanto, há um chamado urgente para a geração atual assumir a responsabilidade de ser como o apóstolo Pedro e obedecer a ordem dada por Jesus de ir e fazer discípulos, levando as boas novas da salvação até que ele volte (At 1:11b).

2.3 PEDRO E A OBEDIÊNCIA EM MEIO AS AFLIÇÕES

Jesus Cristo já havia advertido seus discípulos que estes sofreriam por amor ao seu nome, “Sereis odiados de todos por causa do meu nome; aquele, porém, que perseverar até o fim, esse será salvo” (Mc 13:13). Após

o início da igreja os discípulos começaram a vivenciar as primeiras perseguições por parte das autoridades religiosas que não aceitavam que estes falassem sobre Jesus e sua ressurreição dentre os mortos. Pedro sofreu sua primeira opressão por amor ao evangelho de Jesus no momento em que pregava as boas novas pela segunda vez, quando ainda falava foi interrompido pelos sacerdotes, o capitão do templo e os saduceus que o levaram preso juntamente com João que estava com ele. Howard Marshall relata que as autoridades não puderam tomar medidas severas contra eles devidos o grande apoio popular que os discípulos receberam. Porém, advertiram eles para não ensinarem mais sobre Jesus, ocasião esta em que Pedro declara que não poderiam obedecer às ordens vinda deles para que deixassem de falar sobre Jesus o ressurreto, ainda que eles tivessem que pagar o preço por isso (Marshall, 1982, p. 96).

Mesmo diante desta situação de opressão Pedro está convicto de que é necessário prosseguir fazendo a vontade de Deus pregando o evangelho de Cristo. Esta é a capacitação que o Espírito Santo trouxe aos discípulos, o poder para suportar as aflições conforme Jesus havia ensinado, “No mundo tereis aflições, mas tende bom ânimo; eu venci o mundo” (Jo 16:33b). Ralph Earle menciona que um dos pontos fundamentais para a igreja vencer em meio as tribulações é a oração, sem atacar e revidar com violência, mas sim orando em todas as situações (Earle, 2005, citado por Lopes, 2012, p.103). Hernandes Dias Lopes acrescenta que uma igreja que se prosta na presença de Deus vence as dificuldades e suporta as perseguições (Lopes, 2012, p. 103). Mesmo em meio a grande perseguição, a igreja do Senhor não pode parar, devendo continuar firme com o propósito de obedecer a Deus. Foi isso que Pedro declarou frente ao sinédrio após sua segunda prisão quando foi intimidado a deixar de pregar o evangelho, “Antes importa obedecer a Deus do que a homens” (At 5:29b).

Halley comenta que após a morte de Estêvão iniciou uma grande e severa perseguição à igreja do Senhor Jesus Cristo que foi liderada por Saulo, este tinha tanto ódio contra os cristãos que os perseguia constantemente

levando muitos homens e mulheres a prisão, espancando e matando aqueles que proclamavam o evangelho de Cristo, seu objetivo era de eliminar toda a igreja (Halley, 2002, p. 582). John Stott relata que a perseguição à igreja foi algo com efeito positivo, pois ao invés de destruí-la, trouxe para a igreja visibilidade. Com a perseguição da igreja, esta teve que se dispersar, e com isso os cristãos ao se espalharem começaram a evangelizar em outras regiões (Stott, 2005, citado por Lopes, 2012, p. 168) Simon Kistemaker acrescenta que a igreja do Novo Testamento considerou o ato da dispersão dos judeus uma providência de Deus com o propósito de iniciar a evangelização para os outros povos (Kistemaker, 2006, citado por Lopes, 2012, p. 168).

Pedro não se acovardou com o medo da morte e isso não o fez parar, pelo contrário, ele continuou a pregar o evangelho da salvação fazendo discípulos de Jesus por onde passou. A fé de Pedro estava fundamentada em Jesus Cristo, pois o Senhor já havia dito: “Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Quem crê em mim, ainda que morra, viverá” (Jo 11:25). O apóstolo Pedro firmado nesta palavra prosseguiu obediente até o dia de sua morte, cumprindo a ordem dada por Jesus no dia em que este subiu aos céus. John Foxe relata que o apóstolo Pedro foi condenado a crucificação em Roma, porém alguns estudiosos discordam sobre este fato. Quando o povo ficou sabendo que Pedro seria morto começou a incentivá-lo a fugir, porém Pedro, no instante da sua fuga teve uma visão onde Jesus falava sobre a crucificação que ele sofreria. Neste momento ele desiste de fugir e pede para que seja crucificado de cabeça para baixo, pois ele não se achava digno de ser crucificado da mesma forma que Jesus Cristo (Foxe, 2013, posição 16,17).

A obediência de Pedro trouxe resultados positivos tanto para os cristãos que presidiram seu ministério como para os da atualidade. Essa atitude de Pedro é um ato de demonstração de amor pelo Senhor que motivou os cristãos durante os momentos que estes estavam sendo afligidos, incentivando-os para que se mantivessem firmes em obedecer a Deus no propósito da evangelização e proclamação da salvação através de Jesus

Cristo. O mesmo homem cheio de falhas que outrora havia negado por três vezes o nome de Jesus Cristo no momento em que este foi preso e antes de sua crucificação, é o mesmo que após a ressurreição de Jesus declarou o seu amor ao Senhor por três vezes. Esse homem que foi chamado por Jesus e denominado de Rocha é o discípulo que estava disposto a enfrentar quantas vezes fossem necessárias as oposições que tentavam impedi-lo de falar e ensinar sobre Jesus. Pedro encoraja os cristãos da atualidade a serem como ele foi, a não olhar para as adversidades e opressões impostas que tentam impedir o crescimento da igreja de Jesus Cristo e a expansão do reino de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que o pecado entrou no mundo muitas almas estão se afastando de Deus e deixando de buscar a reconciliação com seu criador, estão sendo enganadas por Satanás para que elas troquem as coisas eternas pelas coisas passageiras deste mundo. E é neste cenário que Deus sempre olha para sua criação com amor, desejando que essa se reconcilie com ele. Deus abomina o pecado e todos os que permanecem no pecado estão condenados à morte eterna, sendo necessário que o ser humano caído se arrependa de seus erros e permaneça fiel, íntegro e obediente aos mandamentos de Deus para viver ao lado do seu criador. Por essa razão que o próprio Deus após ver que Adão e Eva haviam pecado decidiu tirar sua criação do jardim do Éden para que eles não comessem do fruto da árvore da vida e vivessem eternamente com o pecado.

Deus em sua infinita misericórdia estabeleceu um meio de salvação para o seu povo caído através Jesus Cristo, que é a graça vinda de Deus. Seu único filho agora se torna homem como sua criação afim de que este fosse a oferta de expiação dos pecados do mundo e o caminho que reestabelece a comunhão com o criador. Deus simplifica as coisas para a sua criação, basta somente que os pecadores se arrependam e creiam em

Jesus Cristo como seu redentor e salvador, deixando sua vida de pecado e nascendo novamente para uma vida de obediência e adoração a Deus. Com isso é necessário que a graça de Deus alcance todos os povos e nações para que todos tenham acesso a salvação que vem pelo Senhor. A evangelização é o meio que Deus preparou para que todos conheçam a Cristo e possam ter acesso ao caminho que traz vida e salvação.

Após findar o tempo do seu ministério terreno Jesus instrui seus discípulos para que estes continuassem sua missão, que é trazer salvação para todos os povos da terra. Por esta razão que Jesus ao subir aos céus deixou o Espírito Santo como auxiliador dos seus servos no cumprimento deste chamado. E foi sob o poder recebido do Espírito Santo que Pedro iniciou seu ministério de discipulador. Determinado a cumprir seu chamado de pescador de homens foi que o apóstolo Pedro incansavelmente pregou o evangelho de Jesus Cristo, a palavra da verdade que traz salvação aos arrependidos que creem no nome do Senhor. Pedro fez se cumprir a ordem de Jesus que era levar as boas novas tanto para Jerusalém, como na Judéia, Samaria e até os confins da terra. Para que o desejo de Deus em levar salvação a todos os povos se cumpra é necessário que os cristãos da atualidade se tornem pescadores de homens e continuem a missão que iniciou em Jesus, passou por Pedro e continuará com aqueles que se colocarem a disposição de obedecer ao chamado de Jesus Cristo para a expansão do reino de Deus.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. **Bíblia de estudo aplicação pessoal**: Almeida revista e corrigida. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2009.

BÍBLIA. **Bíblia de estudo nvi**. Organizador geral Kenneth Barker; co-organizadores Donald Burdick... et al. São Paulo: Editora Vida, 2003.

BÍBLIA. **Bíblia do obreiro**. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. – 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2007.

BONHOEFFER, Dietrich. **Discipulado**. Tradução Murilo Jardelino, Cléia Barqueta. – 1. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2016. Livro eletrônico. 162 posições.

BOOR, Werner de. **Atos dos Apóstolos**. Tradução Werner Fuchs. Curitiba, Pr: Editora Evangélica Esperança, 2003. 376 p.

BOWIE, Richard. **Light for the nations**. Haggai Center for Third World Studies, 1992.

COELHO FILHO, Isaltino Gomes. **Atos dos Apóstolos**: de Jerusalém a Roma. Rio de Janeiro: JUERP, 2009. 200 p.

EARLE, Ralph. **Livro dos Atos dos Apóstolos**. In: comentário bíblico Beacon. – Vol. 7. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

FOXÉ, John. **Livro dos mártires**. Tradução Almiro Pisetta. – 1. ed. Eletrônica. São Paulo: Mundo Cristão, 2013. Livro eletrônico. 257 posições.

HALLEY, Henry Hampton. **Manual Bíblico de Halley**: Nova Versão Internacional (NVI). Tradução Gordon Chown. São Paulo: Editora Vida, 2002. 896 p.

HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática**. Tradução Gordon Chown. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1996. 808 p.

JOHNSON, Jesse. Meta global de Deus: o poder da grande comissão. In: MACARTHUR, John. **Evangelismo**: como compartilhar o evangelho de modo eficaz e fiel. Tradução Giuliana Niedhardt. – 1. ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2017. Livro eletrônico. 359 posições.

KISTEMAKER, Simon. **Atos**. – Vol. 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento**: exposição de Atos dos Apóstolos. – Vol. 1. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. 656 p.

LOPES, Hernandes Dias. **Atos**: a ação do Espírito na vida da igreja. São Paulo: Hagnos, 2012. 512 p.

LOPES, Hernandes Dias. **Pedro**: pescador de homens. São Paulo: Hagnos, 2015. 160 p.

MACARTHUR, John. **Comentários bíblico MacArthur**: desvendando a verdade de Deus, versículo a versículo. Tradução Eduardo Mano... et al. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019. Livro eletrônico. 3.550 posições.

MACARTHUR, John. **Doze homens comuns**: a experiência das primeiras pessoas chamadas por Cristo para o discipulado. Tradução Suzana Klassen. São Paulo: Cultura Cristã, 2004. 224 p.

MARSHALL, I. Howard. **Atos**: introdução e comentário. – 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 1982. 397 p.

SEVERA, Zacarias de Aguiar. **Manual de Teologia Sistemática**. Curitiba: A.D. Santos Editora, 2014. 424 p.

SHEDD, Russell P. **Evangelização: fundamentos bíblicos**. São Paulo: Shedd Publicações, 2015. 144 p.

STOTT, John. **A mensagem de Atos**. São Paulo: ABU, 2005.

SUBIRÁ, Luciano. **Graça transformadora**. São Paulo: Editora Vida, 2021. 416 p.

ZIBORDI, Ciro Sanches. **Pedro**: o primeiro pregador pentecostal. – 1. ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2018. Livro eletrônico. 544 posições.

DECLARAÇÃO TEOLÓGICA DE BARMEN: BREVE ANÁLISE DESSA DECLARAÇÃO EM SEU PAPEL REPRESENTATIVO COMO RESPOSTA AO MOVIMENTO DE COOPTAÇÃO DA IGREJA CRISTÃ NA ALEMANHA PELO REGIME NAZISTA

THEOLOGICAL DECLARATION OF BARMEN: A BRIEF ANALYSIS OF THIS
DECLARATION IN ITS REPRESENTATIVE ROLE AS A RESPONSE TO THE
NAZI REGIME'S CO-OPTATION OF THE CHRISTIAN CHURCH IN GERMANY

DECLARACIÓN TEOLÓGICA DE BARMEN: UN BREVE ANÁLISIS DE ESTA
DECLARACIÓN EN SU PAPEL REPRESENTATIVO COMO RESPUESTA A LA
COOPTACIÓN DE LA IGLESIA CRISTIANA EN ALEMANIA POR PARTE DEL
RÉGIMEN NAZI

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise da Declaração de Barmen, documento elaborado e apresentado após reunião do Primeiro Sínodo Confessional da Igreja Evangélica Alemã, que visava prover orientação para os cristãos Alemães sobre a necessidade de unidade da Igreja na Alemanha, rechaçando todas as tentativas encabeçadas pelo regime nazista de cooptar essa Igreja, tornando-a um órgão do Estado, ou seja, uma instância de legitimação desse Estado nazista. As teses dessa Declaração evidenciam de forma clara como o nazismo tentou cooptar a Igreja Cristã na Alemanha e buscam refletir sobre os razoáveis e necessários limites da relação entre poder temporal e religioso.

Palavras-chave: Luto. Psicologia. Psicanálise. Bíblia. Pandemia. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O momento atual nos quadros da política brasileira permitiu o ressurgimento de lideranças que utilizam discursos de legitimação de seu papel político fundamentados sobre representações simbólicas, sobretudo as relacionadas à dimensão religiosa. Para justificar o alcance de posições seja em cargos no executivo, legislativo ou judiciário, seus discursos fazem referência ou se estabelecem tendo como premissa ou fundamento o ideário de que estariam comissionados por Deus para cumprimento de uma missão divina, ou seja, essas lideranças estariam cumprindo um expediente divino nas variadas funções de governo. Logo se faz necessário, se não mesmo premente, rediscutir, reavaliar, ainda que sobre outros enfoques, os meandros e implicações da relação entre poder temporal e religioso e como isso se expressa nos discursos e suas representações.

¹ Possui graduação (licenciatura plena) em História pela PUC-MINAS, bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER), pós-graduação em Teologia e Interpretação Bíblica pela Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR) e pós-graduação em História do Cristianismo e do Pensamento Cristão pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (STBSB)

É razoável esclarecer que esse artigo não se presta a refletir ou discutir sobre tendências ou inclinações religiosas de quem quer que seja, mas sim, analisa-se o forte simbolismo que carregam os discursos que querem construir a ideia de legitimidade ou a ideia de que um determinado governo ou liderança política possui uma espécie de missão, um mandato conferido, não pelas vias normativas de escolha dos representantes políticos, mas sim, por uma espécie de missão conferida pela Divindade para exercício de suas funções.

A Historiografia nos permite compreender que esse fenômeno político perpassou de forma mais explícita e sistemática o período da Modernidade e Contemporaneidade de muitas formas e sob muitas roupagens, ou seja, discutir as lógicas de relacionamento entre poder temporal e religioso na História é um trabalho de análise contextual complexo, na medida em que histórica e socialmente a própria noção de estabelecimento de um Estado não pode ser dissociada do papel desempenhado pelo estabelecimento de diversas matrizes religiosas e, sobretudo do cristianismo.

A Contemporaneidade desvelou ou estabeleceu a noção de que Estado e religião deveriam ser instâncias separadas e autônomas, sobretudo em virtude da reflexão de que as experiências históricas anteriormente vivenciadas em sistemas políticos ao longo desses períodos demonstraram de forma inequívoca que a relação entre poder temporal e religioso foi majoritariamente deletéria para as sociedades que a vivenciaram. Parecia que essa noção estava suficientemente consolidada até que o nazismo a quis introduzir novamente, só que de forma menos explícita.

O nazismo compreendeu a força do cristianismo dentro da sociedade Alemã, força de mobilização e de coesão social, força sem o qual não poderia estabelecer e consolidar seu papel como sistema político na sociedade Alemã. Hitler capturou e compreendeu de forma hábil o importante papel desempenhado pelo cristianismo na Alemanha e dessa forma soube ajustar seus discursos, sua prédica, de forma a demonstrar que estava sendo comissionado por Deus para resgatar a Alemanha do

profundo abismo social relegado pela derrota na Primeira Guerra Mundial e pelo fracasso em que se constituía o sistema republicano naquele momento na Alemanha.

Com os olhos na experiência nazista ou mais especificamente em como o nazismo soube construir em suas bases conceituais e discursos a noção de que lhe cabia um mandato divino para reconstrução da sociedade Alemã, vislumbra-se a relevância de estabelecer uma melhor compreensão sobre esse fenômeno, quais são suas similaridades e diferenças com o tempo presente.

Esse artigo, portanto, se preocupa com os discursos e as lógicas que lhe oferecem fundamentação dentro de um quadro de discussão mais ampla sobre os limites da relação entre Estado e Igreja. É razoável esclarecer que as condições sociais e históricas no Brasil atualmente são muito diferentes daquelas que se impunham sobre a Alemanha na década de 30 do século XIX, logo a tentativa não é nem de longe a de estabelecer similaridades ou forçar uma interpretação sobre a realidade social brasileira, querendo perfazer a ideia de que o Brasil está ou caminha para um regime totalitário, como foi o nazismo. Não se trata disso definitivamente. Esse artigo, reforço, se preocupa com os discursos e suas representações simbólicas. Os discursos das lideranças políticas no Brasil atualmente apresentam figuras de linguagem e noções eivadas de representações simbólicas muito próprias de uma dimensão de religiosidade, especificamente a cristã. Isso faz refletir sobre quais são os limites da relação entre Estado e Igreja no Brasil atualmente.

Objetiva-se também compreender qual foi o papel da Igreja Cristã na Alemanha nazista, como ela interpretou e reagiu a tentativa de cooptação de seu papel naquela sociedade para fins de legitimação daquele regime político. Torna-se necessário arrazoar ou refletir sobre qual tem sido o papel da Igreja Cristã Brasileira, em suas diversas denominações, em relação aos quadros e acontecimentos políticos no Brasil na atualidade. Parece-me que a Igreja Cristã Brasileira tem sido também, em alguma

medida, cooptada pela prédica de lideranças políticas. É razoável considerar que não há qualquer óbice às lideranças cristãs possuírem e até mesmo externarem suas inclinações e simpatias por determinada liderança política. Mas o que se vislumbra é um tão sólido grau de alinhamento nos discursos a ponto de tornar-se relevante novamente discutir sobre a relação entre poder temporal e religioso.

A justificativa de utilizar a Declaração de Barmen se verifica notadamente porque suas teses permitem estabelecer de forma inequívoca os limites do papel da Igreja dentro da sociedade, salvaguardando seu ministério de ser cooptado por um sistema político para fins de legitimação, sobretudo quando as bases conceituais desse sistema político se confrontam com a mensagem do evangelho. A Declaração foi formulada como documento proveniente de um Sínodo da Igreja Confessante. Essa Igreja, por sua vez, surge na Alemanha exatamente para ser um instrumento combativo contra esse movimento de cooptação.

Organicamente se observa o nascimento de uma iniciativa, a Igreja Confessante, que objetivava ser uma voz a denunciar a tentativa do regime nazista de tornar a Igreja Cristã na Alemanha um braço do Estado. A Declaração objetivava demonstrar que a Igreja na Alemanha possuía seu lastro conceitual e espiritual na Sagrada Escritura e não nos princípios ditados pelo regime nazista. A Declaração é, portanto, um convite de retorno a um princípio de unidade da Igreja e de reconsideração sobre seu papel na sociedade.

Portanto se o que o presente artigo almeja analisar essencialmente são as lógicas e implicações da relação entre Estado e Igreja na Alemanha no período nazista, utilizando a Declaração de Barmen como fundamento para tal, propõe-se indagar: Em que medida e em que termos essas relações se estabeleceram? Quais foram os posicionamentos majoritários da Igreja Cristã em relação ao nazismo e seu papel na Alemanha? Houve falha das diversas denominações cristãs na Alemanha em interpretar o que de fato representava o regime nazista? O regime nazista de fato tentou

criar uma Igreja do Estado? Como foi estruturado o processo de resistência a esse intento? Essas são questões que o artigo tentará responder.

Parece-me que a Igreja Cristã na Alemanha em suas diversas denominações incorreu no erro de anuir, de dar ares de legitimidade a um sistema político totalitário, creditando a ele a capacidade de ser uma resposta viável aos profundos problemas sociais que a Alemanha enfrentava no pós-guerra. É possível que o desejo de reconstrução de um império outrora poderoso, mas agora arrasado, fosse motivação suficiente para não perceber o que o nazismo representava e como ele se tornaria um episódio tão trágico na história da Alemanha e do Mundo. É possível enxergar e interpretar na história Alemã uma tão forte tendência, disposição e empenho para exercício de um papel de liderança e imperialismo no mundo, que talvez para retomá-lo, estivessem dispostos a aceitar os terrores do nazismo, se de fato vislumbrassem a possibilidade de reaver seu papel de liderança e poderio no Ocidente. É possível estabelecer uma compreensão de que toda a fragilidade, de que todo o ocaso vivenciado pela sociedade Alemã no pós-guerra poderia ter obliterado a visão ou a capacidade de discernimento da opinião pública na Alemanha, a ponto de permitirem que um tão nefasto sistema de poder como o nazista ganhasse campo naquela “terra arrasada”.

1 ANTECEDENTES

Em 09 de novembro de 1918 o outrora Império Alemão governado pelo Kaiser Guilherme II² se torna uma República, historicamente conhecida como República de Weimar, pois as reuniões e assembleias para acordo e deliberação para mudança de regime político e instituição do regime republicano ocorreram na cidade de Weimar, situada na Região da Tu

² Guilherme II foi o último Imperador alemão e Rei da Prússia de 1888 até sua abdicação em 1918 no final da Primeira Guerra Mundial.

ríngia, estado localizado na parte centro-leste da Alemanha. Uma nova Constituição foi promulgada para a nova república em 11 de Agosto de 1919.

Nesse contexto coube ao partido social-democrata encabeçar o processo de restauração da Alemanha tão fragilizada por sua derrota na Primeira Guerra Mundial e tão humilhada pelos termos do Tratado de Versalhes. Compreender questões como a mudança de regime político, o papel da social-democracia nessa nova etapa histórica e até mesmo os desdobramentos terríveis gerados pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial são capitulares para compreensão do fenômeno de ascensão do regime nazista ao poder na Alemanha e o amplo apoio que conquistou para tal, inclusive da Igreja Cristã em suas diversas denominações.

Após a derrota na Primeira Guerra Mundial a Alemanha ficou submetida às cláusulas do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919. Esse Tratado trazia os termos de rendição da Alemanha e sabe-se que foi costurado por Ingleses e Franceses após alguns meses de deliberações. Notoriamente ele contribuiu para arrastar a Alemanha para uma profunda crise social, econômica e política, pois suas cláusulas previam perda de territórios outrora pertencentes à Alemanha, como a Alsácia Lorena, diversas colônias africanas, cessão de territórios para a Polônia, Tchecoslováquia, Bélgica e o Sarre. Somando a isso a Alemanha deveria limitar-se a possuir um exército de soldados profissionais com no máximo 100.000 homens, o serviço militar obrigatório foi suprimido, foram proibidos de possuir marinha e aviação de guerra. Ainda cabia a Alemanha o pagamento de indenizações aos países da Entente³ por prejuízos causados pela guerra.

Esse pequeno panorama de todas as medidas impostas a esse país no pós- guerra deve fornecer compreensão de que o outrora império Alemão foi submetido em alguma medida a uma situação de humilhação,

3 A Tríplice Entente foi uma aliança ou bloco militar formado por Reino Unido, França e Rússia. Esse bloco lutou na 1ª Guerra Mundial contra o bloco da Tríplice Aliança formado por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália.

haja vista que todas essas condições impostas o submeteram a um quadro de caos social, político e econômico. Após a rendição pululavam lideranças e iniciativas de diversos setores da sociedade Alemã sequiosos por encabeçarem a vanguarda de um processo de restauração daquela sociedade.

Literalmente se observou principiar um processo revolucionário encabeçado por lideranças operárias, naturalmente esperançosas de que a Alemanha pudesse vivenciar a experiência de mudança de regime aos moldes do que havia ocorrido na Rússia Bolchevique. Ao mesmo tempo setores das forças armadas naturalmente alinhados com partidos políticos umbilicalmente ligados a monarquia tentavam refrear esse processo. Todos os setores conservadores da sociedade Alemã, notoriamente defensores da monarquia, não desejavam que a experiência histórica da Rússia comunista se implantasse em seu território. A instituição do regime republicano foi missão dura, pode-se dizer mesmo que representava um duro golpe para vários setores da sociedade na Alemanha.

O que se veicula correntemente nas conversas de todos os dias, entre os comerciantes, nos escritórios, tanto na cidade como na aldeia, era que a República de Weimar não era Alemã, era importada, fora designada pelo presidente Wilson⁴ e chegaram os furgões estrangeiros (Richard, 1988, p. 56).

Esses atentados, esses assassinatos, essas perturbações, essas manifestações que marcam a República de Weimar nos seus inícios constituem o pano de fundo da atmosfera geral. Que paisagem contraditória! Por toda parte as oposições são tensas e exacerbadas, que se tem a impressão de um universo fantástico, de um mundo irreal (Richard, 1988, p. 60)

O outrora Império Alemão, sociedade que poderia ser considerada ma-

⁴ Thomas Woodrow Wilson foi o 28º Presidente dos Estados Unidos de 1913 a 1921.

oritariamente conservadora, no sentido mais clássico que esse termo possui agora se tornar a república. Uma república agitada por ventos impetuosos de tentativas de revoluções. Não fosse assim nunca teríamos tido a oportunidade de descrever um episódio muito simbólico e que diz muito sobre essa rejeição ao regime republicano.

Nesse episódio descrito pela historiografia como o Putsch da Cervejaria ou o Putsch de Munique, ocorrido em Novembro de 1923, um militar de nacionalidade Austríaca desmobilizado do exército Alemão, chamado Adolph Hitler, intentou promover um golpe de Estado e em uma cervejaria na cidade Munique enquanto participava de uma reunião da Liga Patriótica, tomou a palavra e informou que o governo republicano estava desde aquele momento destituído e que Munique estava sendo atacada por tropas sobre seu comando. Essa tentativa de golpe foi rapidamente suprimida e Hitler foi preso por nove meses, ocasião em que inclusive teve a oportunidade de escrever a principal obra do Nazismo, o livro *Mein Kampf* ou traduzido, *Minha Luta*.

Hitler nesse contexto havia integrado as fileiras de um partido político recém criado e que em alguns anos iria governar a Alemanha nazista, o Partido Nacional-Socialista dos Operários Alemães. Outro fator de grande importância para análise dos motivos pelos quais o povo Alemão permitiu a ascensão do nazismo como fenômeno político e cultural na Alemanha diz respeito ao antissemitismo dessa sociedade. Quisera haver oportunidade de desenvolver mais essa temática, mas o artigo irá discorrer sobre isso em breves palavras, embora sua importância seja capitular para o tema.

Hitler e o Partido Nacional-Socialista dos Operários Alemães souberam captar e explorar em benefício na corrida pelo poder o sentimento de aversão que muitos setores da sociedade Alemã possuíam pelos Judeus. Sob ponto de vista histórico cabe destacar a imensa contribuição dos abastados homens de negócios e banqueiros judeus que permitiram que a Alemanha se tornasse uma das mais ricas potências ocidentais.

Um testemunho claro disso é o papel desempenhado na Alemanha pela poderosa família de banqueiros judeus, os Rotschild⁵.

Estranhamente em muitos setores dessa sociedade predominava um sentimento de que os judeus eram responsáveis por grande parte das desgraças vividas pelo povo Alemão e até mesmo pela derrota humilhante na Primeira Guerra Mundial. Por hora não se pode desenvolver as motivações que explicam esse sentimento, mas sim afirmar que ele era real e estava permeado como uma espécie de senso comum em muitos setores da sociedade Alemã. Pode-se dizer é verdade, de forma circunstancial, que parte desse sentimento impregnado na sociedade Alemã existia, pois ela foi um dos berços da Reforma Protestante e da vida e obra de Martinho Lutero.

Lutero em muitos dos seus escritos condenava os judeus por não terem compreendido Jesus como o Messias prometido pelas escrituras e o terem crucificado. Justiça seja feita. A intenção de Lutero em seus escritos nunca foi motivar a tentativa de extermínio de uma raça, como o que foi tentado pelos nazistas contra os judeus, algo, aliás, que obviamente confrontaria frontalmente a mensagem do Evangelho, mas não é exagero dizer que parte desse sentimento antissemita dessa sociedade encontra guarida em uma interpretação grosseira dos escritos de Lutero.

De qualquer forma algo que simboliza bem a medida exacerbada desse sentimento de antissemitismo espalhada na cultura Alemã fica demonstrado no atentado sofrido pelo ministro das Relações Exteriores da República de Weimar, o Judeu Walter Rathenau. Ele foi vítima de uma espécie de emboscada ao sair de sua casa em 24 de junho de 1922, atacado por tiros de pistola por indivíduos que compunham uma espécie de grupo destinado a eliminar aqueles aos quais consideravam inimigos da pátria, notadamente, aqueles que compunham os quadros de liderança política da recém implantada República.

⁵ A Família Rothschild é uma família Judia, com origem em Hamburgo, na Alemanha. Eles estabeleceram uma dinastia bancária na Europa.

Walter Rathenau era um político hábil e havia trabalhado pela assinatura do Tratado de Rapallo que preconizava pacto de boas relações diplomáticas entre Rússia e Alemanha. O tratado previa entre suas cláusulas desistência de reparações e indenizações financeiras entre esses países em decorrência dos esforços de guerra, mas foi toscamente interpretado por setores de direita da sociedade Alemã como uma tentativa de alinhamento político-ideológico com a Rússia comunista.

A sociedade Alemã em que se estabeleceu a República era conservadora em sua grande maioria, anticomunista, embora possuísse um partido comunista atuante, padecia de uma espécie melancólica de sentimento de viuvez pelo decesso do sistema Monárquico e era antissemita em sua essência. Um partido, o Nacional-Socialista dos Operários Alemães possuía em suas fileiras indivíduos que desejavam a derrubada do sistema republicano, não aceitação dos termos do Tratado de Versalhes, retomada dos esforços para alcance de uma Alemanha imperialista.

Eles nutriam um sentimento de vingança contra as nações que haviam relegado a Alemanha aquela situação de humilhação. Esse partido objetivava tomar o poder na Alemanha. Como a História pode testemunhar eles chegaram ao poder por terem tido a hábil capacidade de traduzir sentimentos e percepções espalhadas na sociedade Alemã. Entre suas principais lideranças se encontrava Adolph Hitler, o Führer⁶ do 3º Reich⁷.

1.1 SEÇÃO CRISTIANISMO POSITIVO

Hitler compreendeu de forma hábil a força do cristianismo e da Igreja Cristã na Alemanha. Esse público era formado por indivíduos procedentes da tradição luterana em sua grande maioria e católicos. Em seu discurso no Parlamento Alemão (Reichstag⁸) em 23 de março de 1933, data

6 Em Alemão a expressão Führer quer dizer condutor, líder, guia ou chefe.

7 Reich é uma palavra alemã que significa literalmente, em português, Império ou Reino.

8 Reichstag é o prédio onde o parlamento federal da Alemanha exerce suas funções.

em foi referendado como Fhurer, Hitler reafirmou o importante papel desempenhado pelas Igrejas Cristãs para preservação da sociedade e identidade nacional do povo Alemão. Essa fala é importantíssima para compreender qual seria, na perspectiva de Hitler, o papel que os segmentos cristãos da sociedade Alemã deveriam cumprir em seu governo.

Os cristãos eram conservadores por natureza, possuíam uma verdadeira ojeriza pelo sistema republicano e sua régua moral deficiente. Grupos excluídos e marginalizados começavam a ser alcançados por políticas públicas na República de Weimar. Dentre eles se destacam homossexuais, ciganos, deficientes físicos e mentais e tantos outros. Naturalmente se destaca dentre esses grupos os judeus. O Historiador Richard Evans em sua obra *Terceiro Reich na História e na Memória* categoriza essas classes marginalizadas na Alemanha Nazista como uma espécie de Forasteiros Sociais.

Segundo Evans, homossexuais, portadores de deficiências físicas e mentais, mendigos, sem-teto e errantes, grupos étnicos como ciganos, escravos e outros povos subjugados foram tiranizados e submetidos a maus-tratos em variados graus e proporções pelos nazistas. Definitivamente para muitos setores da opinião pública Alemã o sistema republicano representava o ocaso para aquela sociedade que aspirava ao papel de vanguarda moral do Ocidente. O que os líderes republicanos consideravam como reflorescimento e estabelecimento de novos paradigmas dentro daquela cultura, os conservadores interpretavam como sinal de fraqueza e frouxidão moral.

Ter os cristãos ao seu lado seria essencial para Hitler, porém havia alguns entraves, a saber: O cerne do cristianismo repousa sobre a figura do Cristo como servo sofredor, como aquele que suportou ser afligido pelos piores castigos para propiciar salvação e reconciliação à humanidade. A noção de Calvário, de uma via dolorosa, de um Cristo sofredor representava ideário frontalmente oposto às noções que formavam ou formatavam uma espécie de consciência coletiva do povo Alemão funda-

mentada, por sua vez, no ideário de um povo destinado ou, antes mesmo, predestinado à vitória, ao imperialismo e para tanto formado por heróis de guerra.

Foi esse tipo de mentalidade, inclusive, que havia motivado a Alemanha governada pelo Kaiser Guilherme II a entrar na Primeira Guerra Mundial, ciosos e plenamente crentes de que venceriam aquela guerra dominando e subjugando ainda mais territórios para projetar a Alemanha à condição de grande nação imperialista. Como alinhar essa mentalidade dominadora e imperialista como conjunto de ideias que estavam no centro da prédica cristã.

O Cristo do cristianismo para os ideólogos nazistas era fraco, tenazmente misericordioso, sua mensagem e sua ação preconizavam abraçar e redimir os excluídos, os marginalizados, sua mensagem afirmava que os pacificadores herdariam o reino dos céus, seu ministério foi conceitualmente descrito como o da reconciliação, expressão que não interessava, nem compunha o conjunto de valores da cultura Alemã.

Em suma, esse Cristo não fazia jus à imagem do guerreiro Teutônico⁹. Para sanar esse problema formulou-se a imagem do Jesus Ariano e essa imagem, inclusive, ajudava a dar substrato ao antissemitismo da cultura Alemã e ao seu desejo de eliminar esse povo. Se o judaísmo esteve no centro das maquinações que permitiram a crucificação de Jesus, então caberia alterar essa noção do Cristo como vítima dos judeus, ou pelo menos usar esse argumento para aumentar a ojeriza a esse povo.

A fim de superar, do ponto de vista estético, aquilo que poderia parecer um sinal de derrota frente às maquinações judaicas, outras representações de Jesus foram desenvolvidas nos anos 30 na Alemanha. Por meio delas buscou-se reforçar a vitória da cruz sobre os Judeus. Jesus, firme como uma rocha tem um corpo musculoso e reluzente, cabeça erguida e olhos fixos no horizonte, como que transcendendo à dor, à violência

⁹ Os Teutões eram os povos germânicos que viviam no centro e norte da Europa. Guerreiro Teutônico simboliza a figura do conquistador germânico.

e a derrota. Do ponto de vista estético, a sistematização de um olhar historiográfico levado ao seu ápice pelos teólogos e religiosos nazistas: O Jesus Ariano. (Chevitaressé; Justi, 2017, p. 12).

Em outra frente os nazistas também souberam utilizar outra poderosa ferramenta para alcance de seus intentos de cooptação da igreja cristã na Alemanha. O Liberalismo Teológico e seu escopo conceitual forneceram ao nazismo fundamentos para um processo de interpretação e adaptação da mensagem do evangelho aos seus propósitos de poder.

Objetivando ser uma tentativa de abordagem da religião de uma perspectiva crítica e racional, essa corrente representou uma tendência de estudos da Teologia que advogava uma hermenêutica antropocêntrica e retirava da Bíblia seu papel de autoridade, transferindo-o para a razão, fundamentando dessa forma a fé cristã não no conteúdo da Palavra, mas na experiência humana. Dessa forma a verve transcendental da fé fundamentada na experiência vivencial de milagres sofre um duro golpe, pois o Liberalismo Teológico se preocupa em capturar muito mais a dimensão ética do Cristo do que a transcendental.

Por isso essa corrente não se preocupa com o Cristo que operou milagres, mas com o Cristo histórico. Nesse mesmo sentido o Antigo Testamento como parte de um todo que aponta para o ministério de Jesus e sua obra redentora, ou seja, como parte de um todo na história do plano da salvação, fica esvaziado de sua dimensão de fé e se torna tão somente o registro histórico de um povo. Hitler e o nazismo souberam habilmente utilizar esses pressupostos em seu favor e para tanto, também desprezavam o Antigo Testamento, pois se tratava da história de um povo que, na visão dos nazistas, era ganancioso.

Para os nazistas eles haviam propiciado as nefastas condições para que a Alemanha chegasse a essa situação de declínio econômico e social. Para Hitler todo e qualquer grupo social ou iniciativa dentro da sociedade deveria compreender que sua missão primordial era servir o Estado.

Portanto os cristãos poderiam e até deveriam professar sua fé desde que isso se adequasse a premissa de que o estabelecimento e a consolidação do poder do Estado Alemão são os verdadeiros dogmas que deveriam ser observados por qualquer grupamento social religioso ou não.

Para isso Hitler se empenhou pessoalmente pelo estabelecimento de uma Igreja do Reich que professava um cristianismo que se adequava as demandas do poder temporal, a saber, o cristianismo positivo. Seus pressupostos representavam um conjunto de ideias diametralmente oposto à mensagem do evangelho. Em 1933 foi dado o pontapé para criação dessa Igreja do Reich. Uma Constituição foi proposta e promulgada para essa Igreja em 22 de Julho de 1933 pelo Parlamento Alemão. Seu lema era: “Um Estado, um Povo, uma Igreja”.

Os cristãos que formavam as fileiras dessa igreja do Reich ficaram conhecidos como cristãos Alemães. Logo em seu alvorecer ficou muito claro que essa Igreja estava disposta a abrir mão de seu papel como guardiã e mensageira do Evangelho para servir a um governo e seu sistema de ideias. Já em setembro do mesmo ano, 1933, a Igreja do Reich e os cristãos Alemães aderem a Cláusula Ariana, um dispositivo que impedia que pastores de ascendência judia ingressassem no pastorado, mas posteriormente todos eles foram obrigados a comprovar que não possuíam essa ascendência. Também foram obrigados a prestar juramento de lealdade absoluta ao Estado nazista.

Daí por diante a Igreja do Reich composta em sua maioria por cristãos Luteranos ou mais corretamente por cristãos Alemães caminhou a passos largos e acelerados para se tornar apenas e tão somente um braço, um tentáculo do Estado nazista. Nos seus templos a Cruz de Cristo foi trocada pela Suástica ou Cruz Gamada, símbolo do nazismo, embora historicamente o nazismo tenha se apropriado desse símbolo. Nos seus cultos Hitler era cultuado como alguém a quem Deus havia conferido uma missão de salvar a Alemanha e a cultura Ocidental dos riscos representados por inimigos como o comunismo e o judaísmo. Hitler se tornara

uma espécie de deus para a consciência coletiva do povo Alemão.

Erwin Lutzer em sua obra *A Cruz de Hitler* nos informa que em um comício na cidade Nuremberg era possível visualizar uma foto gigantesca de Hitler com os seguintes dizeres “No princípio era o Verbo”, fazendo referência direta ao primeiro versículo do primeiro capítulo do Evangelho de São João. Em alguns orfanatos era comum a prática de orações ao Führer.

Führer, meu Führer, que me foste enviado por Deus, protege-me e mantém-me vivo por muito tempo. Salvastes a Alemanha das mais profundas misérias, a ti te devo o meu Pão de cada dia. Führer, meu Führer, minha fé, minha luz, Führer, meu Führer, não me abandones. (Tradução aproximada).

1.1.1 A reação

Na esteira desses acontecimentos nasce uma iniciativa de reação ao processo de cooptação da Igreja Cristã pelo nazismo. Uma liga de pastores contrários a esse processo de nazificação da Igreja Cristã na Alemanha já havia se estabelecido e de 29 a 31 de maio de 1934 eles se reuniram em um Sínodo na cidade de Barmen para formular uma declaração que se estruturou como confissão de fé. Essa liga de pastores ficou conhecida como Igreja Confessante. Não intentavam inicialmente nenhuma ruptura com a igreja do Reich, nem mesmo objetivavam demonstrar uma eventual ilegitimidade do governo nazista.

A teoria dos Dois Reinos de Lutero lhes havia ensinado que o poder temporal era legítimo e devia ser respeitado pela Igreja. A intenção era pressionar para impedir um processo de cooptação e nazificação da Igreja Cristã pelo nazismo. Teólogos e figuras importantes se destacam nesse período como personalidades que lutaram de forma veemente contra esse processo de nazificação da igreja cristã, entre eles Dietrich Bonhoe-

ffer. Mas foi Karl Barth (1886-1968), teólogo reformado Suíço, que havia rompido com a Teologia Liberal, que formulou a Declaração de Barmen. Para o que intenta esse artigo vamos abordar apenas alguns dispositivos dessa Declaração.

1.2 TESE UM

“Eu sou o caminho e a verdade e a vida. Ninguém pode chegar ao Pai sem ser por mim” (João 14, 6). “Ouçam com atenção: aquele que não entra no curral das ovelhas pela porta, mas entra por outro lado, é ladrão e salteador. Eu sou a porta. Aquele que entrar por mim, se salva (João 10. 1,9). Jesus Cristo, como nos é atestado na Sagrada Escritura, é a única Palavra de Deus que devemos ouvir e em quem devemos confiar, e a quem devemos obedecer na vida e na morte. Rejeitamos a falsa doutrina de que a Igreja teria o dever de reconhecer—além e a parte da Palavra de Deus – ainda outros acontecimentos e poderes, personagens e verdades como fontes da sua pregação e como revelação divina.

Hitler foi alçado à condição de divindade por grande parte da sociedade Alemã. A ele se atribuía a reestruturação da economia e sociedade na Alemanha e por isso mesmo ele era cultuado como alguém a quem o próprio Deus conferiu uma missão divina. Não é de se estranhar que em um contexto permeado por esse tipo de imaginário coletivo, poderia se construir a ideia de que um líder político encarnasse o papel do redentor. Aquele queria redimir a sociedade de suas desgraças sociais, protegendo-a de ameaças externas e internas. Na Alemanha o culto ao Cristo da Sagrada Escritura foi em grande medida alterado para o culto ao líder político. Por isso mesmo Barth inicia o primeiro dispositivo alertando para o fato de que Cristo é o caminho e a verdade e a vida e é incisivo ao declarar que Ele é o centro da revelação divina e não o Fhurer do Terceiro Reich.

1.3 TESE DOIS

“É por Deus que vocês vivem em união com Cristo Jesus, que se tornou para nós a sabedoria que vem dele, que por nos pôs em boas relações com Deus, e nos consagrou a ele e nos libertou do pecado” (1º Coríntios 1.30). Assim como Jesus Cristo é a certeza divina do perdão de todos os nossos pecados, assim e também com a mesma seriedade, é a reivindicação poderosa de Deus sobre toda a nossa existência. Por seu intermédio experimentamos uma jubilosa libertação dos ímpios grilhões deste mundo, para servirmos livremente e com gratidão às suas criaturas. Rejeitamos a falsa doutrina de que, em nossa existência haveria área sem que não pertencemos a Jesus Cristo, mas a outros senhores, áreas em que não necessitaríamos da justificação e santificação por meio dele.

A Igreja do Reich aceitou readaptar a mensagem do evangelho fazendo com que ela se adequasse aos fins propostos pelo nazismo. Para o nazismo o Estado se reveste de uma dimensão também divina na medida em que ele pode realmente conferir paz e equilíbrio social. Logo não se proibia práticas de segmentos religiosos desde que eles se sujeitassem inexoravelmente ao Estado e compreendessem que seus objetivos deveriam ser consentâneos com os do Estado. Em caso diverso eles deveriam se readaptar, se sujeitar. No fim o Estado nazista seria o meio e a ferramenta de justificação e redenção do povo Alemão. Se Hitler e o nazismo se revestiram de uma missão divina, qual seria o motivo para não crer que eles pudessem oferecer justificação segundo seus propósitos.

1.4 TESE TRÊS

“Mas proclamando a verdade com amor, cresceremos em todos os sentidos, para Cristo, que é a cabeça. É nele que todo o corpo se mantém firmemente unido pelas articulações e de cada uma delas recebe força para ir crescendo em harmonia” (Efésios 4. 15-16). A Igreja Cristã é a comunidade dos irmãos, na qual Jesus Cristo age atualmente como

o Senhor na Palavra e nos sacramentos através do Espírito Santo. Como Igreja formada por pecadores justificados, ela deve, num mundo pecador, testemunhar com sua fé, sua obediência, sua mensagem e sua organização que só dele ela é propriedade, que ela vive e deseja viver tão somente da sua consolação e das suas instruções na expectativa da sua vinda. Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a formada sua mensagem e organização, a seu bel prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes.

Nessa tese Barth reforça um conceito extremamente valioso para a teologia do Novo Testamento que é a igreja como corpo de Cristo. Esse conceito constitui basicamente o substrato ou fundamento que permitirá o estabelecimento de igrejas no início do cristianismo. O conceito de igreja como corpo de Cristo permitirá que essa instituição perpassasse séculos de História se mantendo viva, apesar dos inúmeros episódios e contextos em que foi duramente combatida. Esse conceito quer dizer necessária e objetivamente que um corpo só se mantém pelo trabalho de todos os seus membros, ou seja, cada membro possui importância e todos laboram em comum acordo para manutenção do corpo. Todos esses membros são chefiados pela cabeça que é Cristo, ou seja, o Senhor da Igreja.

Mas como enxergar a noção de corpo de Cristo em uma Alemanha que permitia o extermínio em massa, das formas mais vis, de indivíduos pertencentes a tantos grupos sociais e étnicos como ocorrera com judeus, homossexuais e ciganos. Essa igreja que aceitou ser um braço do Estado parecia fechar os olhos para todas as atrocidades perpetradas pelo regime nazista ou talvez pior, ela afirmava ser legítimo o conjunto de ideias sobre os quais se fundamentava. O cristianismo positivo permitiu introdução de uma lógica perversa na Igreja Cristã na Alemanha ferindo princípios tão caros a mensagem do evangelho como a misericórdia, acolhimento, reconciliação e ajuda aos marginalizados. Ironicamente os marginalizados eram exatamente aqueles que o nazismo queria exterminar.

1.4 TESE CINCO

“Tenham temor a Deus, respeitem o Rei” (1 Pedro 2,17). A escritura nos diz que o Estado tem o dever, conforme ordem divina, de zelar pela justiça e pela paz no mundo ainda que não redimido, no qual também vive a Igreja, segundo o padrão de julgamento e capacidade humana com emprego da intimidação e exercício da força. A Igreja reconhece o benefício dessa ordem divina com gratidão e reverência a Deus. Lembra a existência do Reino de Deus, dos mandamentos e da justiça divina, chamando, dessa forma a atenção para as responsabilidades de governantes e governados. Ela confia no poder da Palavra e lhe presta obediência, mediante a qual Deus sustenta todas as coisas. Rejeitamos a falsa doutrina de que o Estado poderia ultrapassar a sua missão específica, tornando-se uma diretriz única e totalitária da existência humana, podendo também cumprir desse modo, a missão confiada à Igreja.

A tese cinco exprime de forma cabal a temática a que se dedica esse artigo, notoriamente reflete sobre a relação entre Estado e Igreja e as implicações decorrentes dessa relação, sobretudo quando ela é vivenciada de forma disfuncional. O que chamo de disfuncional se relaciona ao conflito e num caso mais extremo, ao sequestro de atribuições de um desses pólos, causando sérios prejuízos para uma almejada convivência equilibrada entre poder temporal e religioso. As conclusões se pautarão exatamente na abordagem dessa temática, então procederei a elas ao mesmo tempo em que analiso a tese cinco, a fim de evitar repetições desnecessárias.

CONCLUSÃO

Como referido no início desse artigo o período Contemporâneo desvelou a noção de que Estado e Igreja deveriam ser dimensões autônomas e sua convivência deveria servir a coletividade. Obviamente caberia a Igreja respeitar o papel do Estado, inclusive quando exerce seu poder coercitivo. A observância da teoria dos Dois Reinos de Lutero nunca permitiu a Igreja adotar outra postura senão a de respeito ao papel do Estado e esse, por sua vez, também deveria respeitar e apoiar a Igreja, na medida em que ela atua essencialmente oferecendo suporte espiritual, mas também atua em questões sociais.

O Nazismo sequeiro pela implantação de um projeto de poder quis cooptar a Igreja Cristã na Alemanha, sem a qual, aliás, não teria nem remotamente conseguido consolidar esse poder. Mas é preciso considerar que os pressupostos, as noções e preceitos mais basilares para a Igreja Cristã se confrontavam frontalmente com os fundamentos do sistema Nazista. O fundamento da Igreja Cristã se pautava e se pauta pela observância do ideário do Cristo como servo sofredor, noção estranha, senão mesmo nociva para o Nazismo.

A mensagem do evangelho do qual a Igreja Cristã deveria ser guardiã e propagadora preconizava e preconiza o atendimento dos excluídos e marginalizados, grupos que o nazismo queria exterminar. A Igreja sempre esteve fundamentada sobre a noção de que representa um corpo chefiado pela cabeça que é Cristo. Todos os membros possuem importância para manutenção do corpo, o nazismo, por seu turno, advogava a tese da prevalência e domínio dos mais adaptados e fortes sobre os mais fracos. A Igreja sempre serviu a sociedade e continua cabendo a ela respeitar o papel do Estado. Para o nazismo o Estado representava dimensão completamente soberana e permitiria o trabalho de outras instituições desde que elas manifestassem voto de total lealdade e submissão a ele. Considerando esse conjunto de argumentações nos cabe refletir

sobre como os objetivos da Igreja Cristã e do nazismo poderiam alcançar algum grau de convergência.

Portanto considerando aquele contexto só uma saída poderia ser encontrada para esse impasse. A Igreja Cristã deveria se tornar a Igreja Cristã do nazismo. A ele leal, a ele subjugada, legitimando em seus púlpitos, em todas as prédicas, todas as ações desse regime, ainda que fossem ou representassem medidas completamente inconcebíveis para a lógica do evangelho. Felizmente houve uma reação a esse processo de cooptação da Igreja Cristã pelo nazismo.

Dessa reação obteve-se a Declaração de Barmen, documento formulado pela Igreja Confessante, que procurou esclarecer e consolidar noções extremamente valiosas para a Igreja, a saber: que a Igreja é o corpo de Cristo e não uma ferramenta a serviço dos projetos de poder do nazismo e de qualquer outro sistema político, que a mensagem do evangelho não permite readaptações, readequações para qualquer fim e, sobretudo para os fins espúrios de legitimar governos totalitários, que o ministério da Igreja é acolher os excluídos e marginalizados, não os negligenciar ou tyrannizar como desejava o nazismo, que o ministério da Igreja não serviria a um sistema de poder que possuísse noções tão frontalmente opostas a mensagem do evangelho e acima de tudo, que Estado e Igreja deveriam ser instituições autônomas, que se respeitam mutuamente, que trabalham pela sociedade e sendo assim a Igreja não poderia ser órgão do Estado, sobretudo de um Estado totalitário.

Cabe à Igreja Cristã respeitar as franquias do Estado, cabe a ela servi-lo e trabalhar conjuntamente quando houver convergência de objetivos, cabe a ela legitimar as vias democráticas por onde se escolhem os representantes políticos, mas não cabe a Igreja se imiscuir com sistemas de poder, almejar suas franquias e atribuições, sendo também detentora de uma parcela do poder temporal, pois quando ela corre nessa direção transparece que não mais almeja ser a guardiã e propagadora da mensagem do evangelho, mas sim um braço ou tentáculo do Estado. Quando ela se

torna uma representante de um sistema de poder, reverberando seus princípios, discursos e representações simbólicas, ela deixa de ser Igreja de Cristo para incorrer no risco de se tornar a Igreja do 3º Reich, a Igreja do nazismo.

REFERÊNCIAS

CHEVITARESE, André Leonardo; JUSTI, Daniel Brasil. **O Jesus Ariano: O imaginário e as concepções historiográficas do Jesus histórico na Alemanha Nazista**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 15, n. 45, p. 188-205, jan./mar. 2017.

EVANS, Richard J. **Terceiro Reich na história e na memória**. São Paulo: Planeta doBrasil, 2018.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira. Protestantismo, Estado de Direito e Totalitarismo. **R. Faculdade de Direito**. Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 157-173, jan./jun. 2013.

FERREIRA, Franklin. **A Igreja Confessional Alemã e a “Disputa pela Igreja” (1933-1937)**. Fides Reformata, v. XV, n. 1, p. 9-36, 2010.

LUTZER, Erwin W. **A Cruz de Hitler: como a Cruz de Cristo foi usada para promover a ideologia Nazista**. São Paulo: Editora Vida, 2003.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar (1919-1933)**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1988.

SILVA, Julio César Silveira Da. **Karl Barth: um chamado Cristão a desobediência civil**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Curso de pós-graduação em Ciências da Religião, PUC-SP, São Paulo, 2011.

STEIGMANN-GALL, Richard. **O Santo Reich: concepções Nazistas do Cristianismo, 1919-1945**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 2004.

POESIA BÍBLICA NA POÉTICA DA DANÇA: UMA PROPOSTA DE TRADUÇÃO EM DANÇA DO SALMO 23

BIBLICAL POETRY IN THE POETICS OF DANCE: A PROPOSAL FOR
TRANSLATING PSALM 23 INTO DANCE

POESÍA BÍBLICA EN LA POÉTICA DE LA DANZA: UNA PROPUESTA PARA
TRADUCIR EL SALMO 23 A LA DANZA

RESUMO

No presente artigo, pretende-se evidenciar e refletir sobre a interface entre duas linguagens “diferentes” da arte, literatura poética e Dança. Terá como objeto de estudo (e objeto artístico) a análise exegética do Salmo 23, mais especificamente na figura do pastor. Pretende-se também propor uma possibilidade de trabalho para traduzir o salmo 23 em dança, além de refletir sobre o autor do salmo 23 e sobre possibilidades da relação interarte do autor. Este artigo, ainda que cheio de propostas e possibilidade, é relevante pois busca fornecer subsídios acadêmico, técnico, teórico e teológico para artistas dançarinos que atuam no ministério cristão, enriquecendo e potencializando a ação dos mesmos no Reino, além de trazer a análise e interpretação bíblica para os processos de criação em dança nas igrejas. Esta pesquisa tem abordagem qualitativa pois busca descrever e compreender os objetos de pesquisa analisados. Foi optado pelo procedimento de pesquisa o método bibliográfico, que terá como base para o que aqui é proposto a posição de interface entre dança e literatura por Danielle de Aguiar, conceitos de tradução intersemiótica abordados pela mesma e por Cristina Maciariello. Será feita ainda uma análise exegética do Salmo 23 através dos teóricos Osvaldo Luiz Ribeiro e Santa Ângela Cabrera.

Palavras-chave: Literatura; Dança; interarte; salmo 23.

¹ Bacharel e Licenciada em Dança pela FAP - Faculdade de Artes do Paraná, Unespar - Campus de Curitiba II, e Bacharel em Teologia pela FABAPAR. Brasil. E-mail para contato: analumoviment@gmail.com

INTRODUÇÃO

O intuito deste artigo é trazer as verdades bíblicas para dentro dos processos de criação em Dança. Ainda é comum, especificamente na área da Dança, somente a reprodução de movimentos apreendidos por meios técnicos corporais sem um desenvolvimento subjetivo e de estudo exegético da bíblia nos processos de criação em Dança no meio cristão. A capacitação técnica em dança se faz necessária para o exercício ministerial, no entanto é importante que a composição artística voltada para o meio cristão seja comprometida com a verdade bíblica.

Este artigo, visa na verdade não só fazer uma relação de “qualquer” literatura com a dança, mas sim da literatura bíblica, trazendo os estudos de interpretação bíblica como base e fonte nos processos de criação em Dança. Para isso será relacionado e analisado exegeticamente o Salmo 23 com o instrumento principal da dança: o corpo.

Esse combo de ação (Dança + Literatura bíblica) visa possibilitar potência reflexiva no sujeito, tendo como consequência seu desenvolvimento espiritual e artístico de forma conjunta, promovendo conhecimento e estudo da palavra assim como embasamento bíblico para performances e composições artísticas da área.

A primeira parte deste artigo foca numa breve conceituação do que é Dança e Literatura (poética), para posteriormente denunciar como essa relação entre duas áreas diferentes da Arte pode acontecer. A segunda parte traz uma análise exegética do Salmo 23 analisando a figura do pastor. O terceiro tópico trará o conceito de tradução intersemiótica, o diálogo entre diferentes sistemas de signos que direcionam ao último item a ser explorado: a tradução intersemiótica do Salmo 23. Este tópico abrange possibilidades e reflexões em torno do processo de tradução entre signos.

1 LITERATURA E DANÇA: RELAÇÃO INTER ARTÍSTICA

Antes de propor uma possível relação entre duas linguagens da arte, é preciso primeiro denunciar, ainda que de forma mínima, o que são ou o que podem ser essas duas linguagens, para mais tarde relacioná-las, ressaltando e refletindo de forma mais intensa a área de conhecimento da Dança.

A começar pela Dança, arte que tem o corpo e suas propriedades como ferramenta principal para exercício, prática e atuação dela. A dança é consequência de uma série de interferências que vão para além do corpo carne, mas que habitam também no subjetivo. Dentro desse âmbito subjetivo se encontra “diferentes artes, processos e sistemas de linguagem, ou sistemas de signos” (Aguilar, 2013), sendo assim, a dança não se torna uma arte que carrega apenas movimento corporal, mas carrega um discurso multimídia sintetizado, consequente da relação entre sistemas de signos.

Aquilo que é chamado de dança é o resultado, e é um exemplo, em si mesmo, de uma complexa relação entre diferentes artes, processos e sistemas de linguagem, ou sistemas de signos.

Simplificando, a dança não é constituída apenas por movimento corporal, retirando o corpo (ou o movimento) [...] Tal manifestação artística constitui um complexo discurso multimídia, misto e/ou sincrético.

[...] este tipo complexo de texto multimidiático já é um objeto interessante para os Estudos Interartes, porque relaciona (justapõe ou sobrepõe ativamente) diversos sistemas de signos em um processo ou evento particular. (Aguilar, 2013, p. 23)

Na literatura, o discurso acontece por meio das “línguas naturais e materiais para-linguísticos associados” (Aguiar, 2013), incorporando a sonoridade e ritmo da voz, desenvolvendo musicalidade dos versos e sentenças nas poesias. A visualidade de uma obra literária, diferentemente da dança, se dá mentalmente por meio de figuras de linguagem e é possível acessar e contemplar no lugar e no momento que o leitor optar.

Mas as diferenças entre literatura e dança são, ao mesmo tempo, bastante notáveis.[...] a dança [...] trabalha com o corpo em movimento, objetos sonoros, visuais e entidades tridimensionais associadas; a literatura, por sua vez, com as línguas naturais e materiais para-linguísticos associados.

[...]Na literatura, o discurso assimila as propriedades acústicas da voz e constrói a musicalidade do verso ou da sentença, na poesia e na prosa. A visualidade de uma obra de dança se apresenta diante da visão do espectador [...]a obra literária cria uma visualidade mental através de diversas estratégias imagéticas. O espectador frui um espetáculo de dança na presença de outros espectadores, a plateia, em um local determinado [...] o leitor literário, por sua vez, escolhe onde, quando e quanto tempo dedicará à fruição da obra. (Aguiar, 2013, p. 23

Após essa breve explicação do que é Literatura e Dança, é possível relacionar de forma mais coerente como essas duas linguagens da arte podem se relacionar. O primeiro ponto é que ambas provocam no espectador “uma experiência estética” (Aguiar, 2013, p. 25), são mídias carregadas de processos próprios de desenvolvimento e produção que levam o espectador a fazer uma interpretação, a ler a obra artística dentro de seus contextos e textualidades. Essa ação de interpretação provocada por ambas as linguagens da arte é denominada “processo semiótico” ou “semiose”, ou seja, processos de significação ou produção de significados.

A área de estudos interartes, área que estuda os diferentes signos dispostos nas diferentes artes, teve sua origem na Literatura comparada, tendo como foco a literatura com outras artes. É válido mencionar que

dentro disso se encontram os processos de tradução, como a tradução intersemiótica que atua na área de estudos de Tradução e a intermidialidade que visa o estudo das novas mídias (rádio, cinema, impressas... etc). Aguiar afirma que o contorno que diferencia uma arte da outra é na verdade uma proposta de inter-relação, sempre existente, que na verdade só pôde ser separada por seu sistema e processos específicos por causa de suas relações.

Pode-se considerar que a definição das distinções intrínsecas de cada um dos sistemas artísticos (verbal e visual) orienta as possibilidades de inter-relação, desde sempre observáveis, da poesia com a pintura e as outras artes. Deste modo, esta tendência de distinção das artes, com ênfase na essência e na natureza de cada disciplina ou sistema artístico, foi acompanhada pelo estudo de suas relações. (Aguiar, 2013, p. 25)

É possível notar então, que mesmo as diversas linguagens da arte sendo colocadas em “caixas” identificadas por suas características específicas, elas estão e são entrelaçadas. Aguiar, citando teóricos como Clüver, Hoek e Moser, constata que inseridos na Literatura Comparada (área que originou o estudo interartes):

[...] são diversos os objetos de estudo deste campo, incluindo as novas (mas também as antigas) formas de texto que “misturam”, “justapõem”, “sobrepoem” dois ou mais sistemas de signos, as transposições de um sistema para outro (ou traduções intersemióticas), as relações entre séries ou classes de textos em dois ou vários sistemas (Aguiar, 2013, p. 38)².

Segundo Aguiar, a investigação específica da relação entre dança e literatura nesse campo é chamada de tradução intersemiótica ou transposição intersemiótica, é praticamente uma “dança das cadeiras” entre as artes, onde há vias de mão dupla no que diz respeito ao sentido, que se desenrolam, se ressignificam e são desenvolvidas e exploradas. Ou seja, há uma relação e um lugar comum entre dança e letra.

2 Cf. Clüver, 1997, 2006a, 2006b; Hoek, 2006; Moser, 2006.

2 A POESIA NO SALMO 23

O Salmo 23 é uma poesia hebraica muito conhecida, repleta de figuras de linguagens e segundo Cabrera (2007) “foi escrito por alguém de sensibilidade poética, inspirado na vida do asilado”, o que por si só já é elemento para dança.

Segundo Cabrera a primeira estrofe que vai dos v.1-4a expõe a assistência de Javé, na figura de pastor, e conclui com a ideia de que como consequência nada teme e nada carece. Na segunda estrofe v. 4b-6 o autor dá continuidade à ideia da primeira estrofe com o que ocorre e é declarado no versículo “eis que!, tu (estás) comigo” (Cabrera, 2007), essa ideia fortalece ainda mais as ideias citadas. Segundo Cabrera, o salmo 23 tem versos que interdependem, e suas repetições de sentido objetivam transmitir seu significado completo e de forma harmoniosa.

Nesse artigo teremos outro teórico, Osvaldo Luiz Ribeiro, que vai propor uma tradução e interpretação do Salmo 23 por meio de uma análise de quatro elementos presentes na passagem bíblica: a figura do Deus pastor, a identidade do autor, os inimigos mencionados e a “mesa que lhe será preparada pelo deus-pastor na presença daqueles inimigos” (Ribeiro, 2019).

Dos quatro elementos analisados por Ribeiro, será estudado mais especificamente a imagem do pastor proposta pelo texto bíblico e o que ela vem a representar. A figura do pastor é muito comum na poesia e história hebraica, não só para transmitir a ideia de cuidado e proteção, mas também para designar essa função a outros. A possível identidade do autor é um monarca de Israel (com fortes tendências a ser Davi, no entanto sem fontes conclusivas a respeito dessa suposição), ou seja, um líder de Israel. Segundo Ribeiro a imagem de pastor ou ação de pastorado é ligada àqueles que ocupavam um lugar de liderança no povo de Israel.

Como primeira aventura na argumentação da sugestão da identidade monárquica do salmista, convém algumas considerações sobre o tratamento do contingente político como “pastor”. Os inúmeros casos identificados na Bíblia Hebraica parecem transparecer uma tática retórica comum às monarquias próximo-orientais. Com efeito, “a figura e o título de rei e da divindade como pastor se estende a área cultural muito ampla” (Alonso-Schökel; Carniti, 1996, p. 381). Demagogicamente, o rei se legitima como posto no trono pelo respectivo deus, com a função de “pastorear” o rebanho divino – o povo. (Ribeiro, 2019, p. 67-68).

Essa possibilidade mostra duas vias interessantes sobre a representação e significação da figura do pastor: o autor tem plena confiança em Yahweh e no seu cuidado para com ele, tal qual de um pastor, assim como também ocupa essa posição no lugar de liderança máxima para com o povo de Israel: o trono. Assim fica evidente um possível segmento e entendimento da representação do pastor no contexto hebraico como instrutor, cuidador, e protetor ao qual Deus é comparado (e teologicamente à posição de redentor) e que continua através dos líderes de Israel.

Outro fator relevante é a transmissão da intimidade e proximidade que o autor tem com Deus, o que fortalece ainda mais a autoria de Davi. No texto é mencionado “meu pastor”, o autor se relaciona de forma pessoal com Deus. Levando-se em conta a possível autoria de Davi, é possível ligar alguns pontos: Deus escolheu Davi para reinar, por causa de sua integridade de coração, por sua intimidade. Na passagem de 1 Samuel 13:14 diz que “[...] já tem buscado o Senhor para si um homem segundo o seu coração, e já lhe tem ordenado o Senhor, que seja capitão sobre o seu povo”. Deus confiou a Davi essa posição por causa de seu coração e de sua comunhão com Deus.

Por sua vez, no Salmo 78,70-72, Davi é apresentado como o escolhido de Yahweh que foi tirado de trás das ovelhas para apascentar o povo (Weiser, 1994, p. 410):

E (ele) os apascentou conforme a integridade do seu coração... (Ribeiro, 2019, p. 66).

Para fechar esse tópico, ainda que seja inconclusiva a autoria de Davi, é vantajoso aproveitá-la para enfatizar a importância do coração íntegro para Deus, para ser designado por Ele para “apascentar” suas ovelhas e que também é resultado da comunhão com Deus, potente como ferramenta na arte em suas multiformes performances.

3 TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA: A DANÇA DAS CADEIRAS

A tradução de forma geral é entendida como uma relação que busca total fidelidade e equivalência, mas segundo Maciariello (2014, p. 1), “a tradução é uma forma que ao mesmo tempo dilui e dá corpo às obras noutra língua”. Segundo Maciariello:

“Mas, também nos deveríamos livrar das de fidelidade/infidelidade, traduzir/trair, original/cópia, dado que a tradução é um diálogo, uma troca, um trespassar, um estar “entre” os dois termos sem criar hierarquias, ou seja, na visão de Haroldo de Campos, sendo o texto poético de chegada o fruto/produto duma “tradução-texto”, solução de Meschonnic, duma “trasposição criativa” jakobsoniana ou “transcrição” não pode e nem deve ser visto ou lido como um subproduto, antes um “canto paralelo” (Maciariello, 2014, p. 2).

Se livrando dos extremismos, a possibilidade que se traça é uma tradução com liberdade à criação, como que uma continuidade da obra que se dá em camadas, onde o objeto traduzido seria fonte e essência. Segundo Maciariello citando Walter Benjamin, nesse processo de recriação é importante levar em conta a intenção e significado da obra original a ser traduzida. Mas como isso seria em dança?

Aguiar propõe o conceito de tradução intersemiótica ou transmutação de Roman Jakobson, que consiste em interpretar os signos verbais em signos não verbais. O caminho é ter um objeto de estudo (uma obra de arte), usar uma linguagem da arte como meio de trabalho e na experiência desta equação, somar ainda a reação do espectador.

Pode-se usar a imagética da “Dança das Cadeiras” onde cada cadeira é uma linguagem de arte e entre as cadeiras há várias vias de mão dupla, pelas quais se relacionam, se desenvolvem e ressaltam a essência e significância de uma obra, essa obra por sua vez, no processo de tradução interarte, viaja por essas vias ampliando seu sentido e significância ao “sentar” em várias cadeiras diferentes. Evidenciando sua forma de ser e estar de maneiras diferentes.

4 TRADUÇÃO INTERSEMIÓTICA DO SALMO 23

O Salmo 23 é uma poesia e obra artística, a começar pelo que já foi citado, o que limita e separa as diferentes linguagens de arte só ocorre por suas relações. Vamos começar com o fato de que a Poesia do Salmo 23 foi escrita a partir da sensibilidade do autor, da sensibilidade do corpo, ele escreveu à partir daquilo que o afetava e o afligia. Ou seja, a escrita do autor teve início a partir das sensações do corpo, que por sua vez se encontra como elemento fundamental da área da Dança. O autor, sensibilizado, buscou uma via para expressar (e até lidar) com seu estado corporal, e estado corporal é dança. Mesmo que o autor não escrevesse uma poesia sobre o que sentia, seu corpo emanava harmônios, sensações e um estado que comunicava isso. Aguiar explica esse tipo relação interarte da seguinte forma:

Há ainda um modo, ou um aspecto, adicional em que literatura e dança podem ainda ser observadas. De acordo com Clüver (2006a, p. 14),

“a Literatura Comparada tem tradicionalmente a tarefa de se ocupar, sobretudo, de relações textuais”. O autor afirma ainda “que, sobretudo entre semioticistas, uma obra de arte é entendida como uma estrutura sígnica – geralmente complexa -, o que faz com que tais objetos sejam denominados ‘textos’ independente do sistema sígnico a que pertençam”. Deste modo, texto é um sinônimo de signo, cuja principal característica é a possibilidade de ser lido ou interpretado. (Aguiar, 2013, p. 42)

Pode-se ver então uma conexão poderosa entre os diferentes sistemas de signos, o que o salmista colocou em poesia, seu corpo comunicava visualmente e sensorialmente para quem o avistasse (espectador). Mais interessante que isso, o ato de escrever o que sentia, denota uma relação interarte e essa relação foi potente para o próprio autor, ajudou-o a declarar a confiança em Deus e certeza que tinha da presença deste naquele momento. Isso é a chamada experiência estética, consequência tanto da literatura quanto da Dança.

Para a colocar em ação a tradução intersemiótica, é necessário que o artista de dança cristão leve em conta que:

[...] (i) cada obra depende de sua materialidade para comunicar algo ao intérprete, e, por isso, (ii) o aspecto semântico é apenas um dos diversos aspectos a serem considerados. Além disso, (iii) sempre devemos considerar que, como Benjamin sugere, obras fonte e alvo não são entidades fixas, porque dependem do contexto de interpretação, dependem do intérprete. (Aguiar, 2013, p. 46)

É importante que o bailarino cristão que esteja disposto a fazer uma tradução intersemiótica leve em consideração e como respaldo de trabalho os itens acima citados, pois ainda que seja uma tradução com certa liberdade criativa, há fatores inegociáveis de sentido e essência que precisam ser respeitados, para que de fato cada forma ou meio de trabalho artístico (dança, literatura, pintura...etc.) potencialize o signo e não o confine.

Na opinião de Pierre Lepori, o texto deve deixar-se interpretar infinitas vezes, de época em época e de língua em língua, de maneira que, na falsa linha de W. Benjamin, enriquece todas as vezes o novo horizonte acolhedor. O tradutor ideal todas as vezes não pode deixar de lado os factores extratextuais, ou seja, contexto histórico e ambiência constituída por outros textos literários e sociculturais. (Maciariello, 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Norte que deu início a este artigo foi o desejo de investigar uma possível inserção da literatura bíblica nos processos de criação em dança, objetivando fortalecer performances em dança através da verdade bíblica ao passo que os agentes desta arte possam vivenciar experiências mais profundas. Para tanto, os tópicos delineados nesta pesquisa, expôs brevemente o conceito de Dança e Literatura, objetivando destacar sua interface para posteriormente entender como a literatura bíblica poderia ser traduzida em Dança, processo de tradução entre sistemas de signos denominado tradução intersemiótica.

O objeto artístico da tradução intersemiótica foi o Salmo 23 e para tanto se fez necessário uma análise exegética dele. Foi aprofundado e estudado com maior ênfase na posição semiótica da imagem do Pastor, sua representação de cuidado e proteção para a cultura hebraica e como era um comportamento associado ou esperado de líderes políticos assim como do próprio Deus. O salmo 23 também apresenta fortes indicações de autoria monárquica, colocando Davi como principal possibilidade.

Foi desenvolvido o conceito de tradução, principalmente tradução intersemiótica indicando como as diferentes linguagens de arte estão dispostas e relacionadas, como são ligadas e potências umas das outras. Assim como foi proposto princípios de entendimento para que pudesse se desenvolver uma tradução do salmo 23 em uma performance em dança.

Conclui-se aqui que há relação entre duas linguagens de arte diferentes, que a própria poesia do Salmo 23 é uma obra artística e que, portanto, permeia “as vias de mão dupla”, potencializando sua essência sentido, mas podendo ser transposta ou traduzida em diferentes linguagens da arte, inclusive da dança. O que mais se almeja através deste estudo e que se coloca em nota agora nesta conclusão é que através das interrelações entre as artes, a verdade bíblica, da Palavra de Deus, independentemente de sua “cadeira” voe alto e intensamente comunicando quem Ele é.

O tradutor, como o ator e o desenhador, enfrenta uma obra de arte já construída, contudo, não basta a fidelidade à letra nem ao sentido profundo, a tradução dum texto poético tem de voar num novo horizonte linguístico, com as suas referências históricas, culturais mas também pessoais.

REFEÊNCIAS

AGUIAR, Danielle de. **Da literatura para a dança: a prosa-poética de Gertrude Stein em tradução intersemiótica**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://app.luminpdf.com/viewer/60a726ca8c3f8f-00122d76cc>>

BÍBLIA. Português. Bíblia Online. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/1sm/13/14+>>. Acessado em: 25/05/2021.

CABRERA, Santa Ângela. **Javé, o pastor que abriga em belas pastagens – Contribuição exegética sobre o Salmo 23**. Universidade Metodista de São Paulo – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião. São Bernardo do Campo, 2007.

MACIARIELLO, Cristina. **A tradução dança sobre as notas da poesia**. 2014.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz. A mesa do rei - um estudo para a tradução e a interpretação do salmo 23. **Estudos de religião**, v. 33, n. 1, p. 59-81, 2019.

OS PRIMEIROS BATISTAS E A PRÁTICA DO BATISMO

FIRST BAPTISTS AND THE PRACTICE OF BAPTISM

LOS PRIMEROS BAUTISTAS Y LA PRÁCTICA DEL BAUTISMO

RESUMO

Este artigo explora a perspectiva dos Primeiros Batistas na Inglaterra do século XVII em relação a prática do batismo. Os Primeiros Batistas eram um grupo protestante que professavam o batismo apenas daqueles que professavam publicamente a fé em Jesus Cristo e pela prática imersionista. Eles rejeitavam o batismo infantil e consideravam o batismo uma ordenança que representava a morte, sepultamento e ressurreição do crente à semelhança de Jesus Cristo. O artigo discute as origens do movimento Batista no que conhece por batistas gerais e batistas particulares, além de algumas crenças e práticas relacionadas ao batismo, e as controvérsias que surgiram em torno dessa questão na Inglaterra do século XVII. O texto também destaca a importância do batismo para os Batistas e sua relação com a salvação e a vida cristã. O batismo era visto como uma confissão pública de fé em Jesus Cristo e uma demonstração de compromisso com a vida cristã. Isso levou-os a rejeitar o batismo infantil, pois acreditavam que as crianças não eram capazes de tomar uma decisão consciente de seguir a Cristo. No entanto, o batismo na perspectiva dos Batistas não foi aceito por todos na Inglaterra do século XVII. Eles enfrentaram muitas controvérsias e perseguições por causa de suas crenças e práticas, incluindo a prisão e a execução de alguns líderes Batistas. Apesar das dificuldades enfrentadas, os Batistas continuaram a crescer e se espalhar por toda a Inglaterra e além. Eles foram uma influência significativa no movimento Batista como um todo, e suas crenças e práticas relacionadas ao batismo continuam a ser uma parte importante da identidade Batista até os dias de hoje. Diante disso, este artigo procurará responder alguns pontos importantes, por exemplo, como surgiram os batistas? Quem foram os batistas gerais e os batistas particulares? Como surgiu a prática do batismo de adultos? Como ressurgiu a prática do batismo por imersão?

Palavras-chave: batistas particulares, batismo, Inglaterra do século XVII

¹ Bacharel em Teologia pela FABAPAR. Pós-graduado em Teologia do Novo Testamento Aplicada, pela FABAPAR. Brasil. E-mail para contato: amllima@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A história do cristianismo é marcada por uma variedade de tradições e práticas, a grande maioria destas práticas acabam por definir algumas destas tradições, e este é o caso dos batistas, onde a prática do batismo acabou por definir a própria tradição em si. Esta tradição tem sua gênese no século XVII, na Inglaterra, no movimento puritano, que saiu do seio da Igreja Anglicana. O cenário religioso era marcado por intensos debates teológicos e transformações sociopolíticas. Nesse contexto, emergiram os Batistas, primeiramente Gerais, com influências diretas de Jacobs Arminius e depois os chamados Batistas Particulares, um outro grupo protestante independente que defendia e professava uma visão clara sobre o batismo, enraizada na teologia do novo testamento e com fortes influências calvinistas, ambos os grupos lutavam incessante pela liberdade religiosa.

Este artigo visa analisar o batismo na perspectiva dos Primeiros Batistas na Inglaterra do século XVII, explorando as origens históricas e as contribuições teológicas desse movimento. Serão abordadas questões como a distinção entre os Batistas Particulares e os Batistas Gerais, a influência recebida do calvinismo na teologia batista, e o papel do batismo de crentes por imersão como distintivo neotestamentário em contraposição ao batismo de infantes e o batismo de adultos por aspersão ou efusão.

Através da análise de documentos e registros históricos, bem como de obras teológicas produzidas por teólogos e primeiros Batistas, buscaremos compreender as raízes e a evolução do pensamento batista no contexto inglês do século XVII. Além disso, investigaremos as implicações práticas dessa visão para a vida comunitária e a prática do batismo nas congregações locais deste tempo.

Com este estudo, esperamos contribuir para uma compreensão mais aprofundada do batismo de adultos e por imersão na tradição protestan-

te, especialmente no contexto histórico e cultural da Inglaterra do século XVII. Também pretendemos destacar a relevância do legado dos Batistas para o desenvolvimento da teologia e das práticas eclesiais, bem como para a promoção da liberdade religiosa e da diversidade de expressões de fé no cristianismo.

1 BREVE HISTÓRICO DOS BATISTAS GERAIS E PARTICULARES

Inicialmente é preciso definir de forma brevíssima as três principais teorias que ensinam acerca do surgimento dos batistas. As três teorias são (1) Teoria JJJ – Jerusalém, Jordão, João Batista; (2) Teoria Anabatista e (3) Teoria Separatistas ingleses. O renomado pastor e historiador batista Dr. Zaqueu Moreira de Oliveira afirma que a Teoria JJJ – Jerusalém, Jordão, João Batista ensina que há uma sucessão ininterrupta de alguns grupos que ao longo da história mantinham “certas” características que os distinguem dos demais e que estas características são semelhantes ao que hoje se professa como batista, contudo, assevera que esta teoria falta de elementos históricos robustos (Oliveira, 2014, p. 58). Esta teoria foi amplamente divulgada por meio de um livro de autoria do pastor batista norte-americano J. M. Carroll (1858–1931) intitulado “O Rasto de Sangue”, onde o autor discorre sobre esta teoria (Paixão, 2021, p. 27). Cabe ressaltar que atualmente muitos batistas no Brasil defendem esta teoria, dada a ampla disseminação existente entre os seminários batistas. Corroborando com isto, há um texto no site da CBB – Convenção Batista Brasileira que indica ser esta a posição oficial da convenção:

Com o nome de Batista existimos desde 1612, quando Thomas Helwys, de volta da Holanda, onde se refugiara da perseguição do Rei James I da Inglaterra, organizou com os que voltaram com ele uma Igreja em Spitalfields, arredores de Londres².

Ao afirmar peremptoriamente que “com o nome Batista existimos desde 1612”, pode levar a compreensão que os Batistas podem ter existido com outros nomes anteriormente a 1612 e com isso deixa margem a uma predileção pela teoria JJJ – Jerusalém, Jordão e João Batista., por parte da CBB - Convenção Batista Brasileira, pois é exatamente isso que esta teoria defende, que durante todo o período do ano 30 d.C até o século XVII os batistas existiram com outros nomes como Montanistas, Novatistas, Donatistas, Paulicianos, Albingenses, Waldenses, Anabatistas e etc. (Carrol, 2021, p. 19).

A segunda teoria é a Teoria Anabatista ou simplesmente da herança espiritual dos Anabatistas. Esta teoria, em suma afirma que, de alguma forma os batistas sofreram influências espirituais dos anabatistas em relação ao princípio anti-pedobatismo, ou seja, ao rechaçar o batismo de infantes. Oliveira (p2014, p. 60) afirma que este grupo chamado Anabatista existe desde o século III como sendo uma designação de diversos grupos condenados por hereges por praticar um batismo diferente. Na idade média este grupo ficou conhecido como sendo um grupo radical e fora da lei que defendia em certa medida uma sociedade anarquista. É importante ressaltar que os batistas quando surgiram no século XVII no prefácio de sua 1ª Confissão de Fé Batista de Londres de 1644, apresentado pelos batistas particulares descrita como “A confissão de fé de sete congregações ou igrejas de Cristo em Londres, que são comumente, embora injustamente, chamadas de Anabatistas” (Teixeira, 2015, p. 2).

A terceira teoria, que será considerada neste artigo é a teoria originária dos separatistas ingleses. Haykin, Finn e Chute (2022, p. 23) afirmam que

² Trecho de texto extraído de “Quem Somos como Batistas”, disponível em https://convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=24 – acessado em 29 mar 2023 às 13:16.

esta teoria é a que possui consistente embasamento histórico e é majoritariamente aceita no mundo acadêmico. Esta teoria comprova o fato que o movimento batista como é conhecido hoje são frutos do movimento puritano separatista inglês do século XVII. Esta teoria será considerada e explorada a seguir neste artigo com duas vertentes diferentes, os batistas gerais e os batistas particulares. Primeiramente com a igreja separatista de John Smith e Thomas Helwys, inicialmente em Gainsborough, Inglaterra (Oliveira, 2014, p. 62).

Acerca do surgimento do grupo dos batistas gerais se deu de forma amplamente conhecida por muitos, por esta razão não será exposto de forma exaustiva e nem de forma pormenorizada. No ano de 1609, surgiu na Holanda um pequeno grupo de ingleses exilados, que mais tarde foi denominado de Batistas Gerais, eles eram formados por separatistas ingleses. O motivo de estarem na Holanda foi a fuga da perseguição promovida pelo rei Tiago I. Na Holanda sob a liderança de dois homens, John Smith e Thomas Helwys, fundaram aquela que ficou conhecida como a primeira Igreja Batista (Paixão, 2022, p. 58-64). Corroborando com isto (OLIVEIRA, 2014, p. 62-66), aponta que primeiro pastor foi John Smith, que tinha formação teológica em Cambridge. Ele contou com um auxiliar muito importante, que era leigo e advogado, Thomas Helwys. Eles, que antes eram anglicanos, tornaram-se seguidamente separatistas e puritanos, e logo depois precursores dos batistas, recebendo influências diretas dos anabatistas Waterlands. A enorme contribuição que os batistas gerais trouxeram foi uma incansável luta pela liberdade religiosa defendida de forma ferrenha por Helwys na sua obra “Breve declaração do mistério da iniquidade”, publicada em 1612³.

Os Batistas Gerais, também conhecidos como Batistas Arminianos, eram uma vertente do movimento batista que defendia a ideia de que a salvação era acessível a todos, independentemente da predestinação divina. Eles acreditavam que a salvação era possível através da fé em Jesus Cristo

³ Para maiores informações acerca dos escritos de John Smith e Thomas Helwys recomenda-se a consulta da obra de Oliveira, 1997.

e que o batismo por imersão era uma forma de demonstrar essa fé. Os batistas gerais foram perseguidos e oprimidos pelo estado inglês e pela Igreja Anglicana, que os consideravam uma ameaça à sua autoridade e poder. Muitos batistas foram presos, torturados e executados por suas crenças religiosas. Apesar das perseguições, os batistas gerais continuaram a crescer e se espalhar pela Inglaterra e outros países. Eles fundaram igrejas independentes e se organizaram em associações para promover a cooperação entre as igrejas. Hoje, os batistas gerais são uma das maiores denominações cristãs do mundo, com milhões de membros em todo o mundo. Eles continuam a defender a liberdade religiosa e o batismo por imersão como uma forma de demonstrar a fé em Jesus Cristo.

Já os Batistas Particulares tiveram início de forma independente dos batistas gerais por volta dos anos de 1633/1638. Há de alguma forma uma breve indicação de influência anabatista por meio da fonte histórica conhecida como Manuscrito Kiffin⁴ onde é descrito o retorno de Richard Blunt da Holanda com cartas, provavelmente como orientações anabatistas quanto ao batismo por imersão (Paixão, 2022, p. 37), este grupo foram liderados por John Spilsbury e Richard Blunt. Assim os Batistas Particulares vieram do movimento separatista inglês e surgiram por volta do início da década de 1630. Eles foram influenciados pelo reformador francês João Calvino e mantinham uma forte posição a favor da expiação “particular” ou limitada.

A primeira igreja com características batista e particular foi fundada por volta de 1633 pelo pastor Samuel Eaton, que posteriormente foi reconhecida como a igreja JLJ – das iniciais dos seus primeiros pastores: Henry Jacob; John Lathrop e Henry Jessey (Haykin; Finn; Chute, 2022, p. 40). Após, dentro desta mesma igreja surge John Spilsbery que mais tarde se torna pastor dela em 1638, e a partir de então é considerado como sendo o primeiro pastor batista particular. EM seguida houve um passo muito significativo para os batistas particulares, que foi a produção da Primeira

⁴ Para maiores informações acerca do Manuscrito Kiffin acesse o site do blog Rastro de Água <https://rastrodeagua.wordpress.com/2018/07/03/ms-k/>

Confissão de Fé de Londres em 1644 por Jonh Spilsbery, William Kiffin e Hansed Knollys, dentre outros, redigiram uma confissão onde eles declaravam suas crenças e de suas congregações.

Um total de quinze pastores Batistas Particulares participaram da elaboração deste documento representando as setes igrejas e impresso por Matthew Simmons em Aldersgate-street, no ano de 1644⁵ (Teixeira, 2015, p. 3), essa confissão precedeu a famosa Confissão de Fé de Westminster por dois anos. O objetivo principal da confissão era de acabar com a confusão provocada pelos ingleses, que continuavam dizendo que os batistas eram anabatistas, tanto isso é verdadeiro que já no prefácio da obra é dito “A confissão de fé de sete congregações ou igrejas de Cristo em Londres, que são comumente, embora injustamente, chamadas de Anabatistas” (Teixeira, 2015, p. 2).

Desde então, os batistas se desenvolveram e cresceram dentro da Inglaterra como sucessores de uma reforma um pouco mais profunda dentro de uma Igreja Anglicana onde existia uma teologia mais protestante contudo uma liturgia e eclesiologia mais católica, sendo assim os batistas podem ser vistos como um dos grupos herdeiros do puritanismo inglês (Haykin; Finn; Chute, 2022, p. 15-16). Notavelmente os batistas sempre tiveram em seu DNA alguns temas que fortemente são defendidos e reconhecidos como distintivos. Pode-se destacar a Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática, uma defesa da separação entre a igreja e o estado, uma defesa da liberdade de consciência e o batismo de crentes por imersão, mediante pública profissão de fé como será abordado na sequência. Outro aspecto muito relevante dos batistas é um imenso interesse por missões. Uma preocupação evidente em anunciar a mensagem das boas novas contidas na Bíblia Sagrada a todos as pessoas e em todos os lugares do mundo.

⁵ Para uma leitura completa da Primeira Confissão de Fé Batista de Londres acesse <https://oestandartedecristo.com/https://oestandartedecristo/loja/a-confissao-de-fe-batista-de-1644/>

2 OS BATISTAS E O BATISMO

Como característica Sempre houve ao longo da história da teologia cristã algumas discussões em torno de assuntos práticos da vida da igreja. Dentre os assuntos debatidos está o batismo, ou melhor a forma e o significado batismo. Historicamente existem dois tipos principais de grupos cristãos: os pedobatistas⁶ e os credobatistas⁷. Os grupos pedobatistas mais conhecidos são os católicos, anglicanos, luteranos, congregacionais e presbiterianos, estes são comumente chamados de pedobatistas, porque todos batizam crianças pequenas, contudo cada um desses grupos, assim praticam por diferentes razões teológicas. Já os batistas e muitas outras tradições contemporâneas podem ser consideradas como credobatistas, pois batizam somente adultos, mediante uma pública profissão de fé.

Jeffrey Johnson (2018, p. 25) afirma que existem basicamente duas compreensões para as práticas do batismo, sendo a prática do pedobatismo tipicamente associada a duas posições principais: aqueles que sustentam que o batismo infantil proporciona a salvação por meio do próprio rito (ex opere operato, ou “pelo trabalho realizado”), e no outro grupo aqueles que acreditam que enquanto o batismo infantil não concede inerentemente a salvação, contudo, considera sendo um ato necessário.

Dentre estes grupos ainda há oito formas diferentes de se interpretar o batismo infantil que não serão abordados neste breve artigo, contudo, cabe a citação: (1) Fides Aliena: A igreja supre a fé necessária para o batismo pelo infante; (2) Fides Infusa: O batismo infunde fé no infante; (3) Fides Infantium: A fé dos próprios infantes está presente no batismo; (4) Simbolismo Sacramental: A legitimidade do batismo infantil é independente da fé; (5) Pré-credobatismo: O batismo precede a fé no infante,

⁶ Pedobatistas (do grego pedo significando “criança”) são aqueles que advogam a prática do batismo infantil.

⁷ Pedobatistas (do Latim, credo, “eu creio”) são aqueles que acreditam que o batismo é reservado somente para crentes, acompanhado por uma profissão pública de fé.

mas não garante a fé; (6) Regeneração Presumida: A igreja presume que os seus infantes batizados têm fé até que se prove o contrário; (7) Regeneração Batismal: O batismo comunica fé a todos os infantes (incluindo os não eleitos) e (8) Pedofé: Os infantes têm fé antes do batismo⁸.

Sem, necessariamente, considerar todas as interpretações possíveis acima, apenas analisando o batismo na igreja primitiva⁹ Stander e Louw (2022, p. 25) apontam que a interpretação do batismo é realmente uma questão extensivamente bíblica, independentemente de qual ponto de vista seja defendido. Além disso, neste debate tornou-se muito comum apelar para a história da igreja primitiva, isto, porque, geralmente quando há uma disputa acerca da veracidade de uma prática é preciso retornar o mais perto possível do início desta prática para averiguar se lá no começo a prática do batismo era realizada de acordo com aquilo que se entende como a forma e a compreensão bíblica.

Em relação ao batismo de infantes é uma prática reconhecida na igreja antiga e disso não se deve olvidar, pois possui um certo lastro histórico dentro da igreja. Muito embora possa haver debate sobre o fato se esta prática foi originalmente apostólica ou não, tendo em vista que não há menção clara ao batismo infantil no Novo Testamento e nenhum dos escritos da patrística nos séculos I e II, mas somente a partir do século III com algumas igrejas que a utilizavam (Johnson, p.26, 2018). A partir disso pode-se observar que um dos registros mais antigos sobre batismo é o de Tertuliano de Cartago, que tinha por título “Sobre o Batismo” e que foi escrito por volta dos anos de 200 d.C. – 206 d.C. onde ele tinha por objetivo principal desacreditar a legitimidade do batismo de bebês (Johnson, p.26, 2018). Veja o recorte abaixo de Tertuliano, falando a respeito do batismo na sua época, a partir deste excerto fica pouco provável que um bebê passasse pelo rito de batismo.

⁸ Para uma visão mais detalhada para cada um destas formas recomenda-se a leitura da obra Johnson, 2018.

⁹ Para uma análise mais detalhada acerca do desenvolvimento da prática e compreensão do batismo na igreja primitiva recomenda-se a leitura da obra de Stander, 2021.

Se não está prescrito em nenhuma passagem da Escritura, não há dúvida de que o costume, decorrente da tradição, o confirmou. Por que como algo pode entrar em uso que não foi passado adiante? Você até diz que, ao defender a tradição, a autoridade escrita deve ser exigida. Perguntemos, então, se a tradição, a menos que seja escrita, não deve ser admitida. [...] Vou começar com o batismo. Pouco antes de entrar na água, na presença da congregação e sob a mão daquele que preside, professamos solenemente que renunciamos ao diabo, sua pompa e seus anjos. Naquele momento, mergulhamos três vezes, fazendo uma promessa um pouco mais ampla do que o que o Senhor designou no Evangelho. (Stander; Louw, 2022, p. 65)

Bem, a partir de então, se presume que o batismo infantil não era uma prática unânime na igreja primitiva, até pelo menos o segundo século. Há claro que além da compreensão do batismo como o rito deveria ser administrado somente em pessoas com a capacidade de solenemente renunciar ao diabo e professar publicamente sua fé, ato este que seria impossível de ser realizado por um bebê. Contudo, havia na própria cidade de Cartago outro pai apostólico chamado Cipriano de Cartago, ele foi o primeiro autor reconhecidamente a escrever em apoio ao batismo infantil. Na sua obra “Epístola 58”, ele apresenta como argumento uma decisão que surgiu do sínodo africano realizado no ano de 253 d.C., onde se exige o batismo infantil, não simplesmente como uma opção, mas como um dever da igreja (Johnson, 2018, p. 26).

Dito isto, a discussão acerca do indivíduo a quem deveria ser administrado o batismo, de infantes ou somente adultos confunde-se também com a forma, se deveria ser por imersão ou aspersão. É claro que este artigo não pretende esgotar o assunto, pois demandaria de muitas e muitas páginas a mais e não há esta pretensão, tendo em vista existir muitas obras de boa qualidade teológicas indicadas nos rodapés deste artigo, contudo, precisamos considerar a opinião de um dos maiores nomes da reforma protestante. João Calvino, sabidamente um dos mais reconhecidos reformadores do século XVI e um pedobatista assumido em seus escritos ao

defender tanto o pedobatismo – batismo de infantes, como o modo de aspergir água em vez de imergir na água. O próprio Calvino em sua obra mais famosa “As Institutas da religião Cristã” afirma e reconhece que o termo batizar significa imergir e que esta era a prática da igreja primitiva:

Se a pessoa batizada deve ser totalmente imersa, e isso uma ou três vezes, ou se ela deve ser apenas aspergida com água, não é de mínima conclusão: as igrejas devem ter a liberdade de adotar um ou outro de acordo com a diversidade de climas, embora seja evidente que o termo batizar significa imergir, e que esta era a forma utilizada pela Igreja primitiva. (Calvino, 2006, p. 307).

O Dr. Downing (2015, p. 9) aponta que o próprio Arcebispo anglicano Whately, conhecidamente pedobatista, reconhece que até o quarto século havia pouquíssimas exceções de prática de batismo, que não fosse por imersão “exceto em ocasiões extraordinárias, o batismo era raramente, ou talvez nunca, administrado durante os primeiros quatro séculos, senão por imersão ou mergulho”. A prática do batismo é uma ordenança tipicamente neotestamentária e que deve ser aplicado à igreja e à economia do Novo Testamento. Ele representa de forma simbólica a representação da morte, sepultamento e ressurreição de Jesus Cristo, como é afirmado no texto de Romanos 6:3-5 - NAA:

3. Ou acaso se esqueceram de que, quando fomos unidos a Cristo Jesus no batismo, nos unimos a ele em sua morte? 4. Pois, pelo batismo, morremos e fomos sepultados com Cristo. E, assim como ele foi ressuscitado dos mortos pelo poder glorioso do Pai, agora nós também podemos viver uma nova vida. 5. Uma vez que nossa união com ele se assemelhou à sua morte, assim também nossa ressurreição será semelhante à dele.

Logo, se tem a correta compreensão por parte dos batistas que o batismo é um ato identificatório com a morte, sepultamento e ressurreição de Jesus Cristo, como descrito no texto de Romanos acima citado. Disto

isto, ao receber o batismo indica que a pessoa se identifica publicamente como um símbolo do neotestamentário¹⁰ que ele representa, de pertencimento ao grupo cristão. O batismo é, portanto, ao mesmo tempo um ato de obediência, discernimento e submissão à fé Cristã.

3 BATISMO DE CRENTES POR IMERSÃO: UM DISTINTIVO NEOTESTAMENTÁRIO E BATISTA

Após estas breves considerações acerca do batismo, suas distinções e implicações, é preciso considerar como os batistas chegaram à conclusão de que o batismo deveria ser administrado a crentes, mediante pública profissão de fé e de forma imersionista¹¹. Como foi apresentado anteriormente havia como prática comum entre a igreja católica romana e a igreja anglicana, bem como por movimentos reformados que surgiram no século XVI e XVII, a prática pedobatista e por aspersão, como um padrão seguido por todos, com leves exceções do grupo anabatista que havia tido uma compreensão diferente e que posteriormente influenciou os batistas gerais.

É sabido que a prática do batismo naquele tempo era comumente asperisionista¹² e raros casos efusionista¹³. Os batistas eram um grupo ainda pouco reconhecido e por muitos da sua época eram confundidos com os

10 Para um aprofundamento maior a respeito deste assunto, recomenda-se a leitura da obra DOWNING, William R. Batismo de crentes por imersão, um distintivo neotestamentário e batista. Francisco Morato: Editora O Estandarte de Cristo, 2015. disponível em <https://oestandartedecristo.com/data/BatismodeCrentesporImersCeoUmDistintivoNeotestamentCarioeBatistaWilliamR.Downing.pdf>

11 Nome dado à prática de batismo que tinha como ato/efeito mergulhar o indivíduo por completo em água.

12 Nome dado à prática de batismo que tinha como ato/efeito de aspergir água sobre a cabeça do indivíduo.

13 Nome dado à prática de batismo que tinha como ato/efeito de derramar água sobre a cabeça do indivíduo.

anabatistas, outro grupo, que era considerado por muitos um grupo violento e revolucionário. Muito embora, os próprios batistas particulares por ocasião de publicação da sua Confissão de Fé Batista de 1644, obra está publicada dois anos antes da famosa Confissão de Fé de Westminster de origem pedobatista. Veja o que os primeiros batistas asseveram na introdução da obra:

A CONFISSÃO DE FÉ de sete congregações ou igrejas de Cristo em Londres, que são comumente, embora injustamente, chamadas de Anabatistas; publicada pela vindicação da verdade e a informação dos ignorantes; semelhantemente para a remoção daquelas calúnias que são com frequência, tanto no púlpito e por impresso, lançadas injustamente sobre elas.¹⁴

Haykin (2020, p. 127) ainda assevera que além dessa acusação havia também a acusação que os batistas cometiam atos impróprios na dispensação do batismo por colocar a vida e saúde das pessoas em risco ao batizá-las em rios, lagoas e lagos no norte da Inglaterra em um período de muito frio, sendo até mesmo instigados a não os considerar como cristãos. Tendo tudo isso em vista, retornamos à pergunta, como os batistas chegaram à conclusão que deveriam batizar por imersão e apenas adultos professos? A resposta para a pergunta ficou cada vez mais clara ao longo do artigo, contudo, cabe aqui apresentar de forma bem mais precisa e breve.

Os batistas gerais surgem primeiro como apresentado no início deste artigo sob a liderança de John Smith, que ao analisar questões relacionadas ao fato que ele considerava a Igreja da Inglaterra como uma igreja falsa, logo, chegou à conclusão de que seu batismo, que havia sido administrado na sua infância pela Igreja estatal também tinha sido inválido, por ela não ser uma igreja verdadeira. Juntamente com esta afirmação, pela

14 Recomenda-se a leitura de toda a apresentação da Confissão de Fé Batista de 1644., onde os autores apresentam que são cristãos e que negam o pedobatismo, bem como, a comparação com o anabatismo. Veja mais em <https://oestandartedecristo.com/https://oestandartedecristo/loja/a-confissao-de-fe-batista-de-1644/>

leitura do Novo Testamento, em especial aos textos onde era mencionada a prática do batismo, chegou à percepção que o batismo deveria ser administrado somente a crentes, mantendo totalmente silente acerca da prática de imersão. Diante disso, o próprio John Smith por meio de estudos no Novo Testamento em Grego chegou à conclusão de que o batismo infantil administrado pela Igreja da Inglaterra não deveria ser considerado válido e em 1609, John Robinson faz o seguinte relato deste fato:

Senhor Smith, senhor Helwys e o restante, tendo completamente dissolvido e renunciado a sua Igreja anterior, organização e ministério, reuniram-se para erigir uma nova Igreja. Pelo batismo à qual eles também atribuíram tão grande virtude, como se eles não pudessem mais orar juntos, antes que isso ocorresse. E depois de algum esforço de cortesia, sobre quem deveria começar (...) Senhor Smith batizou primeiro a si mesmo e depois ao senhor Helwys e assim o restante, fazendo suas confissões particulares. (Robinson, citado por Oliveira, 1997, p. 37)

Logo em seguida, então, Smith publicou em 1609 sua nova posição na obra intitulada “O caráter da besta” onde ele defende basicamente duas proposições: (1) As crianças não devem ser batizadas e (2) Que os anticristãos convertidos devem ser admitidos na verdadeira Igreja pelo batismo. Esta linha levou Smith a uma situação totalmente inusitada:

Ele (Smith) reconhecia que precisava ser batizado, mas, em tal situação de apostasia plena, ele sentia que não havia ninguém a quem pudesse recorrer para receber um batismo adequado. Então, ele deu o passo radical e, para seus contemporâneos, chocante de batizar a si mesmo por espargimento e batizou sua congregação da mesma forma. (Haykin; Finn; Chute, 2022, p. 15-16).

Este ato de Smith de batizar a si mesmo, foi considerado por muitos um ato radical. Note que o batismo praticado por ele a si próprio, bem como à sua congregação foi a forma de espargimento ou simplesmente aspersão. Em seguida Smith procurou aproximar-se de menonitas Waterlands

para investigar a maneira que eles batizavam e suas posições teológicas de modo a formar suas próprias convicções. Neste ponto Smith percebeu que sua prática de auto batismo foi equivocada e precipitada e logo propôs para sua congregação unir-se aos anabatistas Waterlands ainda na Holanda. Com esta proposta Smith estava admitindo que seu batismo e de toda a congregação foi inválido e que teriam de novamente serem batizados. Esta proposta encontrou resistência forte por parte de Thomas Helwys e mais alguns irmãos que decidiram retornar para a Inglaterra, enquanto Smith e os demais foram fortemente influenciados e por fim, absorvidos pela congregação menonita na Holanda.

O fato marcante do auto batismo, posteriormente levou a uma forte cisão entre os dois líderes da pequena congregação de Smith e Helwys. Oliveira (1997, p. 38-41) aponta que a maior parte, cerca de 30 pessoas acompanharam Smith e se aliaram aos anabatistas e por fim foram absorvidos por eles, enquanto, cerca de 10 pessoas acompanharam Helwys de volta para a Inglaterra em 1612.

A Igreja de Helwys, iniciada no pastorado de Smyth em 1609, foi a primeira igreja batista da qual há continuidade até os dias presentes. O contato com os menonitas, únicos preservadores da tradição anabatista do século XVI, influenciou a adoção, por esses batistas, da teologia arminiana, e não a calvinista que sempre foi aceita pelos puritanos e separatistas ingleses” (Oliveira, 2014, p. 62).

A pergunta mais relevante a ser feita a partir de agora é quando o batismo por imersão começou a ser praticado pelos batistas? Haykin (2020, p. 54) aponta que foram os batistas particulares que recuperaram a prática do batismo por imersão por volta da década de 1640. Como comentado inicialmente no tópico dos batistas particulares, os batistas surgem daquilo que ficou historicamente conhecido como Igreja JLJ (Henry Jacob, John Lathrop e Henry Jessey). A partir desta igreja surge por meio de William Kiffin o relato historicamente conhecido como Manuscrito Kiffin, onde é demonstrado que houve inicialmente a prática do batismo por imersão no meio dos batistas particulares:

O assim chamado “Manuscrito Kiffin”, doravante MSK, é um dos documentos conhecidos mais importantes para o estudo histórico das origens batistas a partir da tese separatista-puritana. Apesar de todas as suas limitações, é um documento que registra o advento da prática imerscionista entre os batistas e o surgimento daquelas que seriam, mais tarde, chamadas de Igrejas Batistas Particulares. A menção inaugural do manuscrito se deu no *The History of the English Baptists*, de Thomas Crosby. Há muitos problemas envolvidos na citação elaborada por Crosby do suposto manuscrito, mas isso merece uma atenção especial em outro momento. Por ora, eis a certidão de nascimento do manuscrito nos livros de história batista: “Isso está de acordo com um relato dado sobre a questão em um manuscrito antigo, que diz se ter sido escrito pelo Sr. William Kiffin, que viveu naqueles tempos e era um líder entre aqueles daquela inclinação.”¹⁵

Diante disso, tem-se como fonte histórica que o Manuscrito Kiffin revela algo muito importante para a história dos batistas e a prática imerscionista de batismo entre eles, pois demonstra que houve a compreensão da rejeição do batismo oficial da igreja da Inglaterra e a prática entre os irmãos daquela congregação do batismo por imersão. Veja abaixo a transcrição do próprio manuscrito:

Núm[ero] 2: Um velho manuscrito oferecendo algum relato daqueles Batistas que primeiramente se formaram em Congregações ou Igrejas distintas em Londres, encontrado entre certos documentos dados a mim pelo Sr. Adams. Diversos [membros] da Igreja, da qual o Sr. Jacob & Sr. John Lathorp haviam sido Pastores, estando insatisfeitos com o reconhecimento da Igreja de que as Paróquias Inglesas são Igrejas verdadeiras, desejaram dispensa e juntaram-se entre si, [tais] como o Sr. Henry Parker, o Sr. Thomas Shephard, o Sr. Sam[uel] Eaton, Mark Luker e outros, com quem [também] se juntou o Sr. William Kiffin. 1638. O Sr. Thomas Wilson, o Sr. Pen e H.Pen, e três outros, estando convencidos [de] que o Batismo não era para recém-nascidos, mas para crentes professos, juntaram-se com o Sr. John Spilsbury, desejando nisso o

¹⁵ *English Baptists*, vol. 1, p. 101 - disponível em <https://rastrodeagua.wordpress.com/2018/07/03/msk/> acessado em 29/06/2023 às 22:35.

consentimento da Igreja. 3º Mês. A Igreja tornou-se duas por consentimento mútuo, exatamente metade estando com o Sr. P[raise-God] Barebone e a outra metade com Sr. H[enry] Jessey. O Sr. Richard Blunt, estando com ele convencido do Batismo, que deveria ser por submersão do corpo na água, assemelhando-se ao sepultamento e ressurreição (2 Col: 2.12. Rom.6.4), teve diálogos sóbrios sobre isso na Igreja, e então com alguns dos sobreditos, que também estavam assim convencidos e, depois, oração e diálogo sobre eles desfrutarem disso. Ninguém havendo [até] então assim assim [sic] praticado na Inglaterra [o batismo] para crentes professos, e ouvindo que alguns nos Países Baixos assim o praticaram, eles concordaram e enviaram o Sr. Rich[ard] Blunt (que entendia Holandês) com cartas de recomendação, o qual foi gentilmente aceito lá e retornou com cartas deles: [de] Jo Batte, um Professor lá, e daquela Igreja para aqueles que o enviaram. Eles procederam ali da seguinte maneira. Aquelas pessoas que estavam persuadidas [de] que o batismo deveria ser por submersão do corpo, se reuniram em duas agremiações, e pretendiam assim se reunir depois disto: todos estes concordaram proceder igualmente juntos. E então, manifestando [consentimento] (não por quaisquer palavras formais ou pacto), qual palavra foi hesitada por alguns deles, mas por desejos mútuos e concordância cada [um] Testemunhou. Essas duas agremiações separaram uma para Batizar o resto, assim foi solenemente realizado por eles. O Sr. Blunt batizou o Sr. Blacklock, que era um professor entre eles, e o Sr. Blunt, sendo batizado, ele e o Sr. Blacklock batizaram o resto de seus amigos que estavam assim dispostos, e muitos sendo acrescentados a eles, eles cresceram muito. Os nomes de todos (11º Mês, Jan.), sendo Richard Blunt, Greg[ory] Fishburn, John Cadwell, Sam[uel] Eames, Tho[mas] Kilcop, Robert Locker, John Braunson, Rich Ellis, W[ilia]m Creak, Rob[er]t Carr, Martin Mamprise, Hen[ry] Woolmare, Rob[er]t King, Tho[mas] Waters, Henry Creak, Mark Lukar, Hen[ry] Darker, Eliz[abeth] Jessop, Sam[uel] Blacklock, Doro[the] Fishburn, Eliz[abeth] Cadwell, Tho[mas] Munden, William Willisby, Mary Lock, John Bull, Mary Langride, Mary Haman, Sarah Williams, Joane Ann, Eliz[abeth] Woolmore, Sarah Norman, Isabel Woolmoor, Judeth Manning, Mabel Lukar, Abigail Bowden, Mary Creak, Susannah King, Tho[mas] Shephard e sua esposa Mary Millisson. 41 ao todo. John Cattope, George Denham, Nicholas Martin, Tho[mas] Daomunt, Ailie

Stanford, Rich[ard] Colgrave, Nath Matthew Eliz[abeth] Hutchinson, Mary Burch, John Crosson, Sybilla Lees, John Woolmoore. Assim, 53 ao todo. Aqueles que estavam assim inclinados tiveram comunhão juntos e se tornariam Sete Igrejas em Londres. O Sr. Green, com o Cap[itão] Spencer começara uma Congregação em Crutched Fryers, à qual Paul Hobson se juntou, que era agora, com muitos daquela Igreja, uma das sete. Estas, tendo sido muito criticadas como doentias em Doutrina, como se elas fossem Arminianas e também contra os Magistrados etc., elas se uniram em uma Confissão de Fé em cinquenta e dois Artigos que deram grande satisfação a muitos que tinham sido preconceituosos. Assim subscreveram, em nome das sete Igrejas em Londres: W[ilia]m Kiffin, Tho[mas] Gun, Paul Hobson, Tho[mas] Patience, Jo[hn] Mabbet, Tho[mas] Goore, Geo[rge] Tipping, John Webb, Jo[hn] Phelps, John Spilsbury, Tho[mas] Kilcop, Edward Heath, Tho[mas] Shephard, Tho[mas] Munden.

Thomas Crosby, importante historiador batista inglês, que foi o casado com a filha do gigante batista Benjamin Keach, em seu livro de *The History of the English Baptist* publicado originalmente em 1738, aponta que este manuscrito, assim chamado “Manuscrito Kiffin”, é um dos documentos mais importantes para o estudo histórico das origens batistas. Este documento apresenta os registros do surgimento da prática imersionista entre os batistas particulares. Diante destes relatos observa-se que houve a prática do batismo por imersão por este pequeno grupo de batistas particulares em 1638-1641 na Inglaterra, como apontado no Manuscrito Kiffin.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento deste artigo foi possível perceber que a história dos batistas é intrigante, pois mesmo nascendo de dois grupos distintos oriundos dos separatistas ingleses, um fortemente influenciado pelas doutrinas do teólogo holandês Jacobus Arminius, os chamados batistas gerais e outro grupo, mais influência pelo reformado francês Johannes Calvinus, chamado de batistas particulares tiveram suas dificuldades e percalços pelo caminho. A história destes grupos sempre foi marcada pela luta por suas convicções em torno daquilo que entendiam ser o puro ensino dos apóstolos no Novo Testamento, seja para defender a liberdade de consciência e o batismo de adultos, como feito pelos batistas gerais, seja, a defesa e a prática do batismo por imersão como prática neotestamentária, como no caso dos batistas particulares.

Ao considerar este ponto inicial da prática imersionista de batismo e mediante pública profissão de fé os batistas não imaginavam a influência que esta mudança nos “status quo” traria ao longo dos séculos. Atualmente a grande maioria das igrejas cristãs adotam a prática do batismo de adultos e por imersão, prática esta iniciada por batistas piedosos que desejaram conformar suas práticas eclesiológicas com o mais próximo daquilo que a Bíblia lhes apresentava. Muito embora, a enorme maioria dos evangélicos atuais, que adotam esta prática, infelizmente, desconhecem em que ponto da história ela foi resgatada, isso até mesmo dentro daqueles que se denominam batistas na atualidade. Espera-se que este pequeno artigo possa incentivar uma investigação mais apurada e detalhada da teoria aqui apresentada acerca do resgate do batismo imersionista de adultos, mediante pública profissão de fé.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA SAGRADA. **Versão Nova Almeida Atualizada**. Bauru: Sociedade Bíblica do Brasil. 2017.

CALVINO, João. **Institutas da Religião Cristã** (Edição Clássica). Vol 4. 2ª Edição. São Paulo. Editora Cultura Cristã, 2006, p. 307).

CARROL, J.M. **O rasto de sangue**: Acompanhando os cristãos através dos séculos, desde os dias de Jesus até o tempo presente. São Paulo: Editora UICLAP, 2021.

CHUTE, Anthony L; FINN, Nathan A; Haykin, Michael A. **História dos Batistas**: da Inglaterra para o mundo. Trad. Renan Lima e Shirley Lima; Rio de Janeiro, Pro Nobis Editora, 2022.

CROSBY, Thomas. **The History of the English Baptists**: From the Reformation to the Beginning of the Reign of King George I. Volume 1. printed for, and sold by, the Editor, 1738.

DOWNING, William R. **Batismo de crentes por imersão, um distintivo neotestamentário e batista**. Francisco Morato: Editora O Estandarte de Cristo, 2015.

FACULDADES BATISTA DO PARANÁ. **Manual de normas técnicas acadêmicas e científicas da Fabapar**. 1.ed. Curitiba: FABAPAR, 2018.

HAYKIN. Michael A G. **Os primeiros batistas**: redescobrimos nossa herança inglesa. Trad. Shirley Lima; Rio de Janeiro, Pro Nobis Editora, 2020.

HAYKIN. Michael A G. FINN, Nathan A. CHUTE, Anthony L. **História dos Batistas**: da Inglaterra para o mundo. Trad. Renan Lima; Rio de Janeiro, Pro Nobis Editora, 2022.

JOHNSON, Jeffrey D. **A Falha Fatal da teologia por trás do batismo infantil**. Trad. William e Camila Teixeira. Francisco Morato-SP. Editora O Estandarte de Cristo, 2018.

KIFFIN, William. **Manuscrito Kiffin**. Disponível em <https://rastro-deagua.files.wordpress.com/2018/07/traduc3a7c3a3o-ms-kb.pdf> acessado em 29/06/2023 às 22:35.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Liberdade e exclusivismo**: um ensaio sobre os batistas ingleses. Recife. Horizontal Editora e STBN Edições, 1997.

OLIVEIRA, Zaqueu Moreira. **Um povo chamado batista**: história e princípios. 3ª edição revista e ampliada. Recife. Editora Kairós, 2014.

PAIXÃO, Marcus. **Batistas Gerais**: a conflituosa congregação de John Smith e Thomas Helwys. Campo Maior-PI; Editora CHTB, 2022.

PAIXÃO, Marcus. **Henry Jacobs e os Batistas**: a igreja de Jacob e sua relação com os batistas particulares. Campo Maior-PI; Editora CHTB, 2022.

PAIXÃO, Marcus. **Introdução à Primeira Confissão de Fé Batista de Londres**: comentário da primeira confissão de fé batista de Londres – volume I. Campo Maior-PI; Editora CHTB, 2021.

STANDER, Hendrick F; LOUW, Johannes P. **El bautismo em la iglesia primitiva**: una análisis histórico de la practica del bautismo em los primeros cuatro siglos de la iglesia cistiana. Trad. Carlos Aleman Dyez; Santo Domingo-EQU, Editorial Legado Bautista Confessional, 2021.

TEIXEIRA, William. **A Confissão de Fé Batista de 1644**. Francisco Morato: Editora O Estandarte de Cristo, 2015.

A HISTÓRIA DA INTERPRETAÇÃO BÍBLICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA

THE HISTORY OF BIBLICAL INTERPRETATION AND ITS CONTRIBUTIONS
TO CONTEMPORARY HERMENEUTICS

LA HISTORIA DE LA INTERPRETACIÓN BÍBLICA Y SUS CONTRIBUCIONES
A LA HERMENÉUTICA CONTEMPORÁNEA

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise crítica e panorâmica da história da interpretação bíblica, desde o período neotestamentário até a era pós-moderna, com o objetivo de identificar contribuições relevantes para a prática hermenêutica contemporânea. A pesquisa é guiada pela pergunta norteadora: Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode oferecer aos intérpretes atuais? Foram formuladas três hipóteses principais: a persistência de princípios hermenêuticos fundamentais; a importância do método hoje conhecido como gramático-histórico, consolidado pela tradição reformada; e a necessidade de aprendizado a partir dos erros interpretativos do passado. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, com análise crítica e comparativa de obras clássicas e modernas sobre hermenêutica bíblica. Os resultados demonstram que o respeito ao sentido histórico e literal, a dependência da iluminação do Espírito Santo e a centralidade de Cristo são fundamentos indispensáveis para a interpretação fiel das Escrituras. Conclui-se que conhecer a história da interpretação é essencial para a formação de leitores e intérpretes que desejam conhecer corretamente a Bíblia e, com isso, estejam preparados para enfrentar os desafios hermenêuticos do contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Hermenêutica; Interpretação bíblica; História da interpretação; Método gramático-histórico.

¹ Bacharel em Teologia (FABAPAR). Pós-graduanda em História da Teologia (FABAPAR). Brasil. E-mail para contato: moniquesonalle@gmail.com

INTRODUÇÃO

A correta interpretação das Escrituras é um dos pilares centrais da fé cristã. Desde o período apostólico até a era contemporânea, o esforço para compreender o significado da Palavra de Deus moldou a teologia, a prática e a missão da Igreja. A história da hermenêutica bíblica revela não apenas a riqueza das abordagens desenvolvidas ao longo dos séculos, mas também os perigos que surgem quando a Escritura é submetida a métodos inadequados ou a pressupostos filosóficos estranhos à sua natureza. A interpretação alegórica desmedida, o racionalismo crítico e o subjetivismo moderno são exemplos de tendências que, em diversos momentos da história, desviaram a leitura bíblica de seu propósito original e, com isso, criaram grandes problemas.

Dessa forma, este estudo é guiado pela seguinte pergunta norteadora: Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode oferecer aos intérpretes contemporâneos, a fim de promover uma leitura fiel e responsável das Escrituras? Para responder a essa questão, partem-se das seguintes hipóteses: (1) a trajetória histórica da interpretação revela princípios duradouros que continuam válidos para a prática hermenêutica atual; (2) o método gramático-histórico, consolidado pela tradição reformada, apresenta uma abordagem sólida para a leitura bíblica contemporânea; (3) o conhecimento crítico dos erros do passado é fundamental para o desenvolvimento de uma hermenêutica equilibrada e fiel ao texto.

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma análise crítica e panorâmica da história da interpretação bíblica, destacando os principais movimentos hermenêuticos, seus pressupostos epistemológicos e suas implicações para a prática da leitura bíblica hoje. Busca-se não apenas descrever os métodos interpretativos que surgiram ao longo dos séculos, mas também avaliar suas contribuições e limitações à luz da autoridade das Escrituras.

A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica e análise crítica de fontes especializadas, como as obras de Bernard Ramm, Louis Berkhof, Henry Virkler, Roy Zuck e Augustus Nicodemus. A abordagem é comparativa e crítica, examinando as diferentes escolas de interpretação em seus respectivos contextos históricos e propondo uma reflexão aplicada às necessidades hermenêuticas contemporâneas.

A relevância deste estudo reside na urgência de reafirmar a autoridade e a suficiência das Escrituras em um contexto cultural marcado pelo relativismo e pela fragmentação interpretativa. Conhecer os erros e acertos do passado é essencial para que o leitor e intérprete contemporâneo possa manejar corretamente as Escrituras, com fidelidade a Deus, dependência espiritual e compromisso teológico.

1 A INTERPRETAÇÃO JUDAICA PALESTÍNICA E ALEXANDRÍNICA NO NOVO TESTAMENTO

Conhecer a história da interpretação bíblica é fundamental em uma pesquisa voltada à hermenêutica bíblica. Segundo Mickelsen:

A história mostra que a utilização de princípios errados prejudicou o trabalho exegético de excelentes homens, alguns dos quais eram grandes santos. Isso deve servir de alerta para nós contra a interpretação descuidada. Há menos desculpa para nós porque podemos aprender com as lições do passado. (Mickelsen, 1963, p.20 - tradução nossa).

Ela ajuda a entender os erros do passado e evitar implicações futuras, bem como ajuda a reconhecer os esforços exitosos dos grandes pensadores ao longo do tempo na busca pelo correto sentido do texto.

A história da interpretação judaica palestina remonta aos tempos de Esdras e dos escribas pós-exílio babilônico. Esdras leu a Lei e os levitas tiveram de traduzir (Ne 8.3,6-9), possivelmente do hebraico para o aramaico. Eles copiavam as Escrituras com grande cuidado, acreditando que cada letra do texto era Palavra de Deus inspirada, o que fez com que os textos fossem cuidadosamente preservados através dos séculos. No entanto, erraram valorizando mais a tradição oral, que “em última análise, é idêntica às inferências dos rabinos, como um suporte necessário da Lei Escrita e que, no final, era usada como meio para pôr a Lei Escrita de lado” (Berkhof, 2004, p.14).

Pouco tempo depois os rabinos mudaram a vertente interpretativa, apesar de crer que Deus tinha inspirado as Escrituras, acreditaram que ela poderia ter diversos significados, inclusive os casos eventuais. Três rabinos influenciaram o processo de interpretação judaica do primeiro século: Hillel (70 a.C.? – 10 d.C.?), Shammai (50 a.C.? – 30 d.C.?) e Akiba (50? d.C. – 132 d.C.). Para eles: o Pentateuco tinha primazia sobre os Profetas e os Escritos; toda repetição, figura, paralelismo, sinonímia, palavra, letra, partícula, pleonasma e, ainda mais, a própria forma de uma letra possuíam um significado oculto; cada palavra ou letra do texto era Palavra de Deus inspirada; e classificaram os princípios de interpretação em quatro tipos principais: literal, midráshica, peshar e alegórica (Zuck, 1994, p.32).

O método literal era conhecido como peshat, ele buscava o sentido original do texto. O midráshica era a exposição exegética que ia além do literal, procurava penetrar no espírito da passagem, indo além do evidente. A peshar era particular das comunidades de Qumran, muito semelhante às práticas midráshicas, mas com enfoque escatológico. O alegórico pressupunha que o verdadeiro sentido não está no significado literal da Escritura, mas nos sentidos mais significativos, supostamente ocultos no texto (Virkler, 1994, p.36-9).

Os saduceus² e os fariseus³ também representaram formas principais de interpretação. Os saduceus (sacerdotes) utilizavam apenas a Lei (Torá) como Palavra de Deus, isso fez com eles tivessem interpretações bem diferentes, inclusive negando a ressurreição de mortos (At 23.8). Os fariseus, por sua vez aceitavam toda a Tanak (Lei, os Profetas e os Escritos), mas erraram por não praticar as Escrituras (Mt 23), bem como valorizar mais a tradição oral do que o texto escrito.

Jesus considerava toda a Tanak⁴, mas diferia dos grupos citados em seus métodos interpretativos, pois fazia uma leitura cristológica, ou seja, lia o Antigo Testamento à luz de si mesmo. Ele não era literalista extremo, buscava o “espírito” do texto dando-o mais significado (Viertel, 1979, p.161). Criticou os saduceus por ficarem apenas com a Lei (Mt 22.23-33) e censurou os fariseus por darem valor extremo à tradição oral (Mt 15.1-9) (Gusso, 2011, p.8).

Segundo Grant, “Paulo usou grande liberdade com relação ao sentido original das passagens que ele citou. Colocou muita ênfase em palavras individuais, em detrimento do contexto” (Grant, 1963, p.37, tradução nossa). Sua hermenêutica era semelhante à dos rabinos na forma, mas diferente em perspectiva e conteúdo.

Os cristãos contribuíram distintamente para a hermenêutica bíblica quando reinterpretaram radicalmente as Escrituras do Antigo Testamento “à luz dos eventos históricos-redentores relacionados com a encarnação, vida, morte e ressurreição de Cristo, e o surgimento da igreja” (Lopes, 2013, p.116).

2 Partido religioso judeu da época de Cristo, que negava que a lei oral fosse revelação de Deus aos israelitas, e que cria que somente a lei escrita (Torá) era obrigatória e inspirada para a nação como autoridade divina. Negava as seguintes doutrinas: ressurreição do corpo; imortalidade da alma; existência de espíritos e anjos; predestinação divina.

3 Seita que parece ter iniciado depois do exílio. Além dos livros do AT, os Fariseus reconheciam na tradição oral um padrão de fé e vida. Procuravam reconhecimento e mérito através da observância externa dos ritos e formas de piedade, tal como lavagens cerimoniais, jejuns, orações e esmolas. Comparativamente negligentes da genuína piedade. Tinham grande influência entre o povo comum. Eram inimigos amargos de Jesus e sua causa, com isso foram duramente repreendidos por ele.

4 Tanak é o acróstico formado a partir das três primeiras letras das divisões tradicionais do texto massorético: Torá, Neví'im e Ketuvim (Ensino, Profetas e Escritos), que resulta em TaNaK.

O método de interpretação dos judeus de Alexandria foi determinado pela filosofia grega estoica, que utilizou a alegoria para explicar os escritos de seus poetas imorais sem ridicularizá-los. Segundo Lopes, Heráclito (540? – 475? a.C.)

estabeleceu o conceito de hiponóia, ou sentido mais profundo, como uma abordagem às obras de Homero (A Ilíada e a Odisseia) (...), nessas obras os deuses gregos são descritos cometendo traição, imoralidades, vingança, mentindo e praticando outros vícios. Para fugir das implicações óbvias de se interpretar literalmente o que Homero escreveu acerca dos deuses, Heráclito sugeriu que o verdadeiro sentido estava além das palavras (hiponóia). (Lopes, 2013, p.130).

Seguindo essa tendência, sempre que os alexandrinos encontravam no Antigo Testamento alguma coisa que não estava de acordo com a sua filosofia e que ofendia o seu senso de adequação se valiam das interpretações alegóricas para permanecerem fiéis à tradição mosaica sem abandonar filosofia grega. A alegorização uniu a Teologia à Filosofia e Platão a Moisés (Ramm, 1956, p.24-5).

Filo de Alexandria (c.20 a.C. – c.50 d.C.) foi o maior influenciador dessa escola. Ele acreditava que a filosofia se originou do Pentateuco e que a Lei mosaica era sagrada e eterna, ou seja, já existia antes da criação do mundo. Para ele, Moisés pretendeu dizer algo de sua sabedoria ocultando-o além do sentido literal da Torá, isto é, abaixo da letra (rhgtte) ou do óbvio (phanera) está o significado real (hyponoiu) da passagem. Por isso, determinou três regras áureas para a interpretação alegórica das Escrituras: em uma afirmação que contém algo indigno de Deus; em uma afirmação contraditória com outra afirmação ou de qualquer outra maneira nos apresenta uma dificuldade; e em registros naturalmente alegóricos. Os princípios de interpretação de Filo o levaram a encontrar sentidos que não estão no texto (Ramm, 1956, p.27).

A importância de Filo para a história da interpretação bíblica “reside principalmente na influência sobre vários dos primeiros intérpretes cristãos que seguiram o método alegórico” (Lopes, 2013, p.83).

A interpretação judaica, com sua ênfase na tradição oral e no detalhismo exegético, mostra a importância de preservar o texto sagrado e estudá-lo com profundidade. No entanto, a tendência de valorizar a tradição acima das Escrituras levou a distorções que obscureceram a mensagem original. Esse período nos ensina a necessidade de equilíbrio: a tradição pode ser útil como auxílio, mas jamais deve se sobrepor à autoridade da Palavra de Deus. Além disso, a hermenêutica cristológica de Jesus e dos apóstolos reforça que a interpretação bíblica deve sempre apontar para Cristo e para o plano redentor de Deus.

2 A INTERPRETAÇÃO DOS PAIS DA IGREJA (100 – 500 d.C.)

Inicia-se o período pós-apostólico que vai, aproximadamente, do segundo ao quinto séculos da era atual. Neste período conhecido como dos “pais da igreja”, destacam-se três escolas de interpretação: Alexandria, Antioquia e Ocidental. A primeira pelo método alegórico de interpretação; a segunda, pela reação aos princípios de interpretação da primeira; e, por fim, a última como intermediária das antecessoras.

A escola de interpretação alegórica de Alexandria dominou a igreja nos primeiros séculos e nos que se sucederam. A filosofia platônica estava viva na forma de Neoplatonismo e do Gnosticismo. O método alegórico foi utilizado pelos Pais da Igreja sobre duas perspectivas: procuraram tornar o Antigo Testamento (AT) um documento Cristão, a fim de unificar a Igreja Cristã, tendo em vista os diversos ataques que o AT sofria naquele tempo; enfatizaram as verdades do Evangelho em suas fantasias para não se envolverem em sacrilégios. Os membros destacados da escola de

Alexandria foram Panteno, o primeiro professor da escola; Clemente de Alexandria (155-216 d.C.); e Orígenes (185-254 d.C.) (Ramm, 1956, p. 29).

Clemente seguiu a linha de interpretação alegórica de Filo. Ensinava que a linguagem dominante das Escrituras era a simbólica misteriosa. Acreditava que o sentido literal só poderia fornecer uma fé elementar, enquanto o sentido alegórico conduziria a um conhecimento real. Apostou na alegoria como meio de despertar a curiosidade dos leitores e tornaria possível o entendimento das Escrituras a todos.

Desenvolveu a teoria de que cinco sentidos estão ligados à Escritura: histórico: as histórias bíblicas; doutrinário: ensinamentos morais e teológicos; profético: inclui tipos e profecias; filosófico: alegorias com personagens históricas, como Sara, que simbolizava a verdadeira sabedoria, e Hagar, que representava a filosofia pagã; e místico: verdades morais e espirituais (Kaiser Jr., 2014, p. 20-21).

Orígenes, um dos maiores eruditos do seu tempo, superou Clemente em erudição e influência. No entanto, destacou-se mais por sua obra de crítica textual. Seguiu o método alegórico de Filo, dando ao método uma base bíblica. Declarou que as Escrituras tinham um sentido triplo: corpo (literal), alma (moral) e espírito (alegórico). Para ele, com o método alegórico era possível encontrar o significado do texto bíblico em meio aos “problemas morais” do Antigo Testamento, e ainda combater os inimigos do Evangelho que atacavam a aplicação do Antigo Testamento. Os sucessores de Orígenes construíram sobre as fundações lançadas por ele, foram eles: Gregório Taumaturgo, seguido de Panfílio e Eusébio (Zuck, 1994, p. 41-42).

Conhecer a história dos intérpretes alexandrinos faz-nos perceber a linha de interpretação que vem se destacando no Brasil. Percebe-se que só por meio da interpretação “espiritualizante” é que muitos mestres, líderes e pastores conseguem convencer seus rebanhos de que estão ensinando a verdade. Alexandria ensina a ter cautela com os que alegam que só os espirituais têm acesso ao conhecimento que está além do sentido claro das Escrituras (Lopes, 2013, p. 138).

A escola de Antioquia, na Síria, nasce como rejeição ao erro do alegorismo existente. O intérprete deveria utilizar a interpretação histórica e literal, por isso incentivaram o estudo das línguas bíblicas originais (hebraico, aramaico e grego). O que deveria unir o Antigo e o Novo Testamento não era a alegoria, mas a tipologia e as profecias, tendo em vista que a interpretação literal incluía a linguagem figurada.

Acreditavam que o significado espiritual dos acontecimentos históricos estava implícito nos próprios acontecimentos, o que os levou a insistir na realidade dos eventos do Antigo Testamento. Acusaram os alegoristas de acabar com a historicidade de grande parte do Antigo Testamento e deixar um mundo sombrio de símbolos. No entanto, não conseguiram se livrar definitivamente da alegoria, pois vez por outra seus representantes retornavam a ela (Ramm, 1956, p.48-50).

A escola de Antioquia foi provavelmente fundada por Luciano de Somosata (240-312 d.C), embora existam especulações de que seja Deodoro. Luciano elaborou estudos comparativos de manuscritos do Novo Testamento, conhecido como a primeira recensão, bem como uniformizou os textos gregos de sua época, trabalho que originou o texto Bizantino ou Sírio (Majoritário) (Lopes, 2013, p. 134-135).

Deodoro (? – c.393 d.C), nativo de Antioquia, foi diretor da escola de Antioquia. Manteve-se fiel à exegese literal e histórica das Escrituras. Escreveu diversas obras. Para ele, a alegoria é uma tolice, representava fábulas absurdas e possibilitava os usuários retirarem o sentido e a história e introduzir uma coisa totalmente diferente.

João Crisóstomo (c. 354 – 407), arcebispo de Constantinopla, seguiu o método literal e histórico das Escrituras. Ficou conhecido não como exegeta, mas como pregador. Chegou a ser apelidado de “Boca de ouro” devido a sua incomparável habilidade de exposição bíblica.

Teodoro da Mopsuéstia (c.350 – 428 d.C.) contemporâneo de Crisóstomo, educado pelo retórico e filósofo Libânio, era de uma integridade

doutrinal incontestável. Bispo de Mopsuéstia (c.393 d.C.). Seguiu o método antioquiano de exegese histórica, até mais judaica de que a de seus contemporâneos. Para ele, a Lei e os profetas deveriam ser interpretados como tipos de Cristo, negando-se o método alegórico (Zuck, 1994, p. 42-43).

A Escola de Antioquia, embora tenha contribuído de forma inestimável para a hermenêutica bíblica, não perpetuou o seu sistema de interpretação na igreja Cristã como se esperava. A causa foi o envolvimento de alguns líderes antioquianos em heresias condenadas pelos concílios ecumênicos da igreja, a exemplo de Nestório (m. 451 d.C.). Ele negou a união verdadeira (hipostática) das duas naturezas de Cristo. Defendeu exageradamente que as duas naturezas estavam separadas em duas personalidades em Jesus. Com isso, Jesus ora agia com a natureza humana, ora com a divina.

O conhecimento da história da escola de Antioquia é relevante pelo menos em dois aspectos: a) Ater-se ao sentido simples e evidente das Escrituras, é o melhor antídoto para evitar a subjetividade do alegorismo extremo; e b) Não ficar preso à busca do significado do texto para o autor original a ponto de não se preocupar com o que ele diz hoje (Lopes, 2013, p. 138).

No mundo de fala latina dos séculos V e VI, surgiu uma hermenêutica intermediária, novos caminhos foram traçados, mas sem perder totalmente os traços anteriores. É possível encontrar elementos da escola alegórica de Alexandria e alguns dos princípios da escola literal de Antioquia, na Siríaca. Uma das características mais acentuadas nesse tempo foi a adesão à autoridade da tradição da Igreja como normativa para a interpretação da Bíblia. Muitos nomes se destacam entre os Pais da Igreja ocidental, mas aqui será visto apenas Jerônimo e Agostinho, devido à erudição, produção e influência (Berkhof, 2004, p. 19).

Jerônimo (c.347 – 419) começou como alegórico extremo, mas depois de receber grande influência da escola Antioquia se retirou parcialmente

da tradição alegórica e enfatizou o método histórico e literal. Para ele, o literal não é contraditório ao alegórico, como afirmavam os extremistas da escola alexandrina. Defendeu que o sentido mais profundo das Escrituras poderia ser descoberto a partir do sentido literal. No entanto, na prática, era um alegorista típico, alegorizando até o Novo Testamento. Por isso não ficou conhecido pelos métodos de interpretação empregados, mas por sua tradução bíblica conhecida como Vulgata Latina. Era mestre em hebraico e grego e deixou um legado exegético como notas linguísticas, históricas e arqueológicas (Ramm, 1956, p. 33).

Agostinho (354 – 430 d.C.), o maior dos Pais da Igreja do seu tempo, não conhecia tão bem as línguas originais quanto Jerônimo, por isso não foi um exímio exegeta. Destacou-se como sistematizador das verdades bíblicas, desenvolvendo um manual de hermenêutica e homilética chamado *De Doctrina Christiuna*, onde estabeleceu diversas regras para exposição da Escritura. Nesse manual, estabeleceu que a Igreja e a tradição da Igreja são as bases para a interpretação. Também adotou um sentido quádruplo das Escrituras: histórico, etiológico, analógico e alegórico (Zuck, 1994, p.44-5).

Defendeu a exegese em detrimento da eisegese: o expositor deve desvendar o sentido do Texto, e não lhes atribuir sentido. Mas, não foi coerente com tal argumento, incorrendo exatamente nesse erro. Segundo Ramm, Agostinho disse que, “o texto bíblico possui mais de um sentido, o que justifica o método alegórico” (Ramm, 1956, p. 36, tradução nossa).

Esses foram os principais aspectos que influenciaram a interpretação da Idade Média. Os intérpretes latinos ajudam o leitor moderno a perceber que é essencial “evitar que nossas crenças prediletas acabem por controlar nossa interpretação das Escrituras” (Lopes, 2013, p. 147). Eles interpretaram a Bíblia de acordo com os próprios pressupostos, ao invés daqueles exigidos pelas Escrituras. No entanto, a nossa hermenêutica deve ser comprometida com a verdade do Evangelho e a centralidade de Cristo.

3 PERÍODO MEDIEVAL (500 a 1500 d.C.)

A história da interpretação no período dito medieval é bastante longa (500 a 1500). Muitos acreditam que o sentimento interpretativo mais marcante nessa época foi a conformidade obtusa à tradição da igreja como normativa e o alegorismo da Escola de Alexandria. Por isso, Mickelsen afirma que “a Idade Média revela os trágicos resultados do estreito alinhamento entre tradição alegorizante e eclesiástica” (Mickelsen, 1963, p. 37, tradução nossa). A tradição da igreja foi usada como régua para medir os princípios de interpretação, bem como diversas outras coisas, até mesmo para estabelecer o poderio eclesiástico. Os exegetas que discordassem da interpretação oficial da Igreja eram declarados hereges e excomungados. A verdadeira exegese quase não foi utilizada oficialmente para interpretar as Escrituras. Era a doutrina oficial da Igreja que orientava a interpretação de certos versículos que se tomava obrigatório à comunidade cristã (Newport, 1987, p. 52).

Nesse período, prevaleceu a ideia de que o povo era ignorante. Dessa forma, a Bíblia tornou-se para muitos um livro misterioso que só poderia ser entendido de uma maneira mística. Especula-se que o próprio clero vivia em profunda ignorância e não conhecia a Bíblia (Berkhof, 2004, p.20). Muitos não sabiam nem o Latim, a língua das celebrações nas igrejas, por isso decoravam o texto da missa. Por causa do desconhecimento das Escrituras, introduziram diversas imagens no cenário litúrgico, bem como a dramatização dos “mistérios bíblicos” por atores profissionais a fim de sanar essas dificuldades, no entanto os fiéis passaram a adorar essas imagens se distanciando cada vez mais da interpretação correta da Bíblia (Lopes, 2013, p. 150-156).

Uma das maiores preocupações dessa época foi justificar biblicamente as inovações, costumes e doutrinas que estavam surgindo, frutos do uso

equivocado das Escrituras. Surge, então, com João Cassiano (Séculos V) a famosa quadriga (distinção entre quatro sentidos) de interpretação bíblica: histórico ou literal, procurando descobrir o significado pretendido pelo autor; alegórico ou cristológico, que tinha como função chamar à fé em Cristo; moral ou tropológico, governador das obrigações e condutas do cristão; e escatológico ou anagógico, sentido que aponta para o fim dos tempos (Lopes, 2013, p.138).

No entanto, nem todos foram tão passivos diante de tal visão interpretativa religiosa. Tomás de Aquino (1225–1274) procurou dar primazia ao sentido literal das Escrituras, mas também se valeu da quadriga para suas interpretações. Nicolau de Lyra (1279–1340) não condenou o sentido quádruplo, mas considerou em suas interpretações apenas dois sentidos, o literal e o místico, onde o literal tinha prioridade e o místico era visto exclusivamente no literal. Ele incentivou a pesquisa e referência da língua original. João Wycliffe (c.1330–1384), a estrela-d'alva da Reforma, enfatizou a legitimidade das Escrituras como parâmetro para interpretação e fonte de doutrina. Defendeu que a interpretação deveria considerar o método histórico-gramatical. Além disso, foi o primeiro a traduzir Bíblia para o inglês (Zuck, 1994, p.51).

A história da interpretação na idade média revela os danos e desvios doutrinários causados pela união da alegoria com a tradição da Igreja, onde a alegoria teve papel preponderante. Além disso, mostra que a falta de preocupação com o sentido primário, literal e evidente da Bíblia em detrimento de uma interpretação muito “espiritual” tem favorecido uma crise doutrinária e desvios absurdos na teologia da igreja brasileira (Lopes, 2013, p. 157).

4 PERÍODO PROTESTANTE (1500 a 1550 d.C.)

Muitos estudiosos do passado tentaram estabelecer princípios gramaticais, históricos, tipológicos e teológicos de interpretação da Bíblia, mas foi com os reformadores que isso ocorreu com mais intensidade. Os primeiros reformadores protestantes, ajudados pelo espírito da Renascença, conseguiram transpor a tradição da Igreja e trazer a Bíblia para o seu lugar correto (PIRAGINE JR., 2019, p.24).

A Bíblia passou a julgar as doutrinas e a conduta moral da Igreja, e não o contrário. Passou a ser interpretada pelos métodos corretos: histórico-gramatical, literal e tipológico; além de voltar para a mão do povo, de onde nunca deveria ter saído. Para os reformadores, a Bíblia não é um dos vários pilares que sustentam a casa da fé; é a única fundação. Por isso, o sentido quádruplo das Escrituras foi gradualmente sendo substituído pelo princípio de que a Bíblia tem apenas um sentido e interpreta a si mesma (Virkler, 1987, p.47-8).

Martin Lutero (1483-1546 d.C.), após ler que o justo viverá pela fé (Rm 1.17) e não por meio de indulgência ou por qualquer tipo de mediação da Igreja, percebeu que conhecer o pensamento dos Pais da Igreja não era suficiente para entender a Bíblia. Para ele, “nenhum crente cristão pode ser forçado a reconhecer qualquer autoridade além da Escritura Sagrada, que é exclusividade investida de direito divino” (Bruce, 1977, p. 30, tradução nossa).

Lutero abandonou o método quádruplo de interpretação, chamou-o de “truques de macacos” para mostrar a esperteza do exegeta. Defendeu que a primazia e o conteúdo das Escrituras é Cristo, este está acima de qualquer autoridade. Utilizou a tipologia para interpretar o Antigo Testamento, e não o alegorismo. Ressaltou que o texto devia ser entendido

em termos de seu significado claro e dentro de todo o contexto bíblico (Grant, 1984, p. 93).

João Calvino (1509–1564) foi o maior exegeta da reforma. Suas exposições cobrem quase todos os livros da Bíblia. Seguiu a mesma linha de Lutero e rejeitou as interpretações alegóricas, chamando-as de “jogos fúteis”, além de defender que o texto bíblico interpreta a si mesmo. Segundo Zuck, “acusou diretamente Orígenes de ‘desfigurar as Escrituras em todos os sentidos possíveis, destituindo-as do sentido original’” (Zuck, 1994, p. 54). Ressaltou ainda mais a natureza cristológica das escrituras, embora não tenha visto Cristo em todos os lugares, como Lutero. Priorizou o método histórico-gramatical, a exegese em vez da eixegese. Mostrou a necessidade da iluminação do Espírito Santo e de deixar o autor original dizer o que de fato quis dizer, bem como o tratamento equilibrado da tipologia.

Ulrich Zuínglio (1484-1531) seguiu as linhas gerais de Lutero e Calvino, atuou na Reforma em Zurique. Pregou diversos sermões sobre os evangelhos. Em suas Sessenta e Sete Teses, disse que “todos aqueles que afirmam que o evangelho de nada vale sem a aprovação da igreja estão incorrendo num erro e desacreditando Deus”. Ressaltou a importância das palavras e versículos bíblicos serem interpretados segundo o seu contexto (Berkhof, 2004, p. 23-24).

Nesse período a Igreja Católica não apresentou progresso na área de interpretação. Em sua reação aos reformadores, insistiram que a interpretação por meio da Vulgata latina, levando-se em conta a tradição da Igreja e os escritos dos Pais da Igreja. Não incentivaram o direito à interpretação particular, assim a Igreja continuou a ser o centro da interpretação bíblica e os fiéis submissos a ela. Mas Deus, em sua Soberania, preservou “uma semente, pequenos oásis aqui e acolá”, chamando homens valentes em tempos oportunos para mostrar o caminho que o Seu povo deveria seguir (Lopes, 2013, p.167).

O estudo da interpretação neste período apresenta uma lição importante quando aborda o equilíbrio hermenêutico alcançado pelos reformadores. Eles conseguiram manter juntas a resposta a duas perguntas importantes: O que a Bíblia significou no passado (exegese) e o que ela significa para nós hoje (aplicação). Essa relação entre a busca do sentido literal e a aplicação desse sentido aos nossos dias representa a união do que havia de melhor nas escolas de Alexandria e Antioquia, não foi por acaso que os puritanos deram continuidade e aprimoraram os princípios hermenêuticos da reforma (Packer, 2016, p. 163).

5 PERÍODO PÓS-REFORMA (1550-1800 d.C.)

O período da pós-reforma testemunhou o triunfo da Reforma Protestante na Europa, mesmo assim foi um tanto conturbado e cheio de atividades marcantes. Foi nesse período que surgiram as quatro maiores tradições do Protestantismo antigo: Luterana, Reformada, Anabatista e Anglicana. O espírito reformador que pairava na Europa contou com a ajuda da recente máquina de impressão para tornar a Bíblia acessível às pessoas comuns. Todo esse movimento deveria ter gerado muitos avanços nas questões de espiritualidade e de interpretação, mas é possível notar o crescimento do mau uso das escrituras como texto prova para argumentos particulares e racionais, principalmente em resposta às contrapartidas da Igreja Católica (Zuck, 1994, p. 56-57).

5.1 ESCOLASTICISMO PROTESTANTE OU CONFESSIONALISMO

O período do escolasticismo protestante ou confessionalismo foi assim denominado pelo fato de a interpretação bíblica, em grande parte, ter se limitado a mera escolha de textos para comprovação dos credos ou confissões de fé pré-estabelecidas. Farrar (1961) fez duras críticas a esse período reduzindo a interpretação à reintrodução do escolasticismo cristão da idade média, uma vez que buscou promover o confessionalismo e o sobrenaturalismo ao invés de priorizar o aspecto humano das escrituras.

Mas, segundo Lopes, embora muitos erros tenham ocorrido nesse período a opinião de Farrar é um tanto exagerada. Para ele, “seria uma radicalização injustificada rejeitar in totum o trabalho dos estudiosos protestantes escolásticos” (Lopes, 2013, p. 170). É possível dizer, então, que esse período demonstrou a dificuldade encontrada pelos protestantes em livrar-se totalmente do equivocado método de interpretação da Igreja Católica.

Berkhof afirmou que: “embora recusassem sujeitar sua exegese ao domínio da tradição e da doutrina da Igreja como formulada pelos concílios e papas, corriam o perigo de escravizá-la aos Padrões Confessionais da Igreja” (Berkhof, 2004, p. 24). Cada um desenvolveu o seu credo e defendeu a sua posição, principalmente em reação ao Concílio de Trento, que se reuniu de 1545 a 1563 para organizar os dogmas da Igreja Católica Romana em resposta à reforma protestante. Para Zuck,

157

após o Concílio de Trento, os protestantes puseram-se a delinear suas próprias doutrinas, a fim de defender seus ensinamentos. Assim, o pós-Reforma foi uma época de dogmatismos teológicos, uma época de caça às heresias e de um rigoroso protestantismo doutrinário. (Zuck, 1994, p. 58).

Os credos protestantes somaram um número tão expressivo que é possível dizer que quase todas as cidades importantes tinham seu credo predileto, fazendo da exegese uma criada da dogmática (Virkler, 1987, p. 50).

Além disso, houve grande controvérsia entre os protestantes. Eles dividiram-se em grupos inspirados pelo espírito militante da era e redigiram diversos textos polêmicos apelando às Escrituras para defender a sua própria opinião. Segundo Berkhof, “a exegese se tornou a serva do dogmatismo e degenerou em mera pesquisa de textos-prova. As Escrituras eram estudadas para que se pudesse encontrar nelas as verdades incluídas nas Confissões” (Berkhof, 2004, p. 24-25).

Posteriormente, muitas críticas foram destinadas aos reformadores desse período⁵, principalmente pelos intérpretes modernos. Mas segundo Lopes,

essas controvérsias eram inevitáveis, desde que a Reforma havia rejeitado a autoridade final da hierarquia da Igreja de Roma e introduzido o conceito de livre exame das Escrituras. Com isso, vários entendimentos diferentes apareceram, provocando o desejo de uma formulação sistemática cada vez mais detalhada (Lopes, 2013, p. 170).

Além da consequência imediata à escolha do livre exame⁶ da Bíblia, as controvérsias também aconteceram por uma questão de sobrevivência. Muito do que havia sido conquistado pelos reformadores estava sendo

⁵ Uma obra que aprofundada essas críticas é Lopes, 2013, p. 169-170.

⁶ Livre exame das Escrituras, na visão reformada, não significa dizer que todos podem interpretar a Bíblia de acordo com a sua própria vontade, mas que terão acesso à mesma e poderão lê-la livremente

perdido com a Contrarreforma⁷ e o extenso trabalho dos Jesuítas⁸. Para evitar danos maiores, as igrejas precisaram elaborar respostas claras e objetivas em forma de tratados e catecismos que facilitariam o ensino e a maior compreensão. Martin Lutero publicou uma edição do Enchiridion, ou Catecismo menor, a fim de apresentar o Evangelho de forma clara e objetiva aos jovens de sua época que estavam afundados na imoralidade e no desconhecimento de Deus (Lopes, 2013, p. 171).

Embora haja muitas críticas e controvérsias, é possível observar que os pressupostos teológicos dos confessionalistas eram semelhantes aos dos Reformados, principalmente de João Calvino. Dessa forma, eles apresentam ao intérprete contemporâneo a necessidade de perceber que o conhecimento de Deus só é possível através das Escrituras, por intermédio do Espírito Santo. Outra contribuição é o perigo de buscar a Bíblia apenas para encontrar textos-prova a fim de demonstrar pensamentos do próprio leitor. A Bíblia precisa ser lida com espírito de oração, com o coração humilde e quebrantado, pois só assim Deus falará o que é preciso ouvir e não o contrário. Como protesto ao confessionalismo surgiu o Pietismo, que será o assunto do próximo tópico.

5.2 PIETISMO

O movimento conhecido como pietismo surgiu como protesto saudável ao dogmatismo doutrinário e institucional da pós-reforma, marcado pela fragilidade de fé pessoal e da escassez de ética cristã. Cansados das brigas entre os protestantes, insistiam no estudo da Bíblia em suas línguas originais, sob a influência esclarecedora do Espírito Santo e buscaram promover uma vida verdadeiramente piedosa, no entanto erraram por não dar o devido valor aos princípios científicos de interpretação das Escrituras: o estudo gramatical, histórico e analítico (Berkhof, 2004, p. 26).

⁷ Movimento católico, criado no século XVI, em reação aos protestantes.

⁸ Os jesuítas eram padres que pertenciam à Companhia de Jesus, uma ordem religiosa vinculada à Igreja Católica que tinha como objetivo a pregação do evangelho pelo mundo. Essa ordem religiosa foi criada em 1534 pelo padre Inácio de Loyola e foi oficialmente reconhecida pela Igreja a partir do papa Paulo III em 1540.

Jacob Boehme (1635-1705) foi o precursor do pietismo. Ele deu ênfase à espiritualidade interior e a misticismo⁹, abrindo o caminho para o movimento. Philipp Jakob Spener (1635-1705) é apontado como principal líder do reavivamento pietista. Zuck, mostra que Spener, como um bom luterano, buscou acabar com o formalismo morto e a teologia de meras palavras e credos. Em suas obras é possível notar o apelo de Spener à vida de santidades, ao exercício do sacerdócio cristão, ao estudo bíblico diário e à vida de oração (Zuck, 1994, p. 58). Virkler apresenta as apelações de Spener aos cristãos do seu tempo:

num folheto intitulado Anseios Piedosos ele pedia o fim da controvérsia inútil, o retorno ao interesse cristão mútuo e às boas obras; melhor conhecimento da Bíblia por parte dos cristãos, e melhor preparo espiritual para os ministros. (Virkler, 2007, p. 50).

A. H. Francke também contribuiu para o movimento. Ele seguiu bem de perto as ideias de Spener, no entanto se destacou pela erudição e trabalho. Foi exímio linguista e exegeta, além de missionário e promotor de ações em favor dos desamparados e enfermos.

Para Berkhof (2004, p. 26), Francke foi um dos “primeiros a insistir na necessidade da interpretação psicológica, no sentido de que os sentimentos do intérprete deveriam estar em harmonia com os do escritor que ele queria entender”. No entanto, Spener e Francke repeliavam o tratamento textual das Escrituras, que, como diziam, só tratava da “camada exterior”.

Outra contribuição significativa à interpretação, em especial aos estudos textuais e linguísticos, foi feita por John Albert Bengel (1687-1752). Zuck afirma que “Bengel ficou conhecido como ‘o pai da crítica textual moderna’. Ele foi o primeiro erudito a identificar famílias ou grupos de manuscritos, com base em características comuns” (Zuck, 1994, p. 59). Bengel interpretou e expôs diversos textos bíblicos, mas uma de suas

⁹ Concepção de que o homem pode adquirir conhecimentos diretos sobre Deus e ter comunhão com ele por meio de uma experiência subjetiva, à parte das Escrituras.

principais marcas foi exortar à aplicação da mensagem à vida pessoal. Seus métodos de interpretação foram marcados pelos seguintes passos: a) o estabelecimento do texto; b) a elucidação do sentido das palavras; c) o estabelecimento do contexto; d) a verificação do contexto bíblico; e) o auxílio obtido na verificação do fundo histórico; f) o significado geral do texto como um todo; e g) a aplicação homilética (Fee; Stuart, 2008, p. 244).

Embora os pietistas tenham contribuído significativamente para a interpretação, até mesmo para equilibrar o problema do confessionalismo, ele também recebeu muitas críticas. Virkler faz um comparativo e mostra que nos tempos áureos do pietismos predominava o desejo pelo entendimento através do método histórico-gramatical e a aplicação da Palavra de Deus à vida do leitor. No entanto, com o passar do tempo, muitos pietistas abandonaram a interpretação histórico-gramatical e “passaram a depender de uma ‘luz interior’ ou de ‘uma unção do Santo’”. Tal postura por parte de alguns pietistas acabou resultando em interpretações contraditórias e que pouca relação tinha com o significado do autor (Virkler, 2007, p. 50).

O pietismo influenciou um avivalista importantíssimo para o cristianismo, a saber, John Wesley (1703-1791). Wesley teve um papel preponderante na reação ao racionalismo. Para ele, “o significado da Bíblia é claro e que seu intuito é conduzir o leitor a Cristo” (Zuck, 1994, p. 59).

Os pietistas contribuem à interpretação contemporânea na medida em que mostram a importância de aplicar as Escrituras à vida do leitor, bem como a necessidades de iluminação do Espírito Santo para o correto entendimento do texto. Também é possível notar que não se pode valorizar o aspecto divino da Bíblia em detrimento de seu aspecto humano. A Bíblia é um livro divino e humano, por isso o intérprete precisa respeitar todos os seus pressupostos. Caso isso não aconteça incorrerá em erro, como mostra Berkhof: “as tendências místicas desses intérpretes os levavam a descobrir uma ênfase especial onde nada existia” (Berkhof, 2004, p.

26). A preferência ao aspecto humano da Bíblia em detrimento do divino será o principal erro dos racionalistas, como será visto adiante.

5.3 RACIONALISMO

Muito antes do período dito racionalista, os estudiosos cristãos já discorriam sobre a racionalidade da fé. Segundo Virkler:

durante vários séculos antes, a igreja havia acentuado a racionalidade da fé. Considerava a revelação superior à razão como meio de entender a verdade, mas a verdade da revelação foi tida como inerentemente razoável. Lutero estabeleceu distinção entre o uso magisterial e o ministerial da razão. Por uso ministerial da razão ele se referia ao emprego da razão humana para ajudar-nos a compreender e a obedecer mais plenamente à Palavra de Deus. Por uso magisterial da razão ele se referia ao emprego da razão humana como juiz sobre a Palavra de Deus. Lutero afirmava claramente a primeira e rejeitava a segunda. (Virkler, 2007, p. 50-51).

A partir da reforma a ênfase sobre o uso magisterial da razão aumentou significativamente. Com o surgimento do empirismo¹⁰ aconteceu a união deste com o racionalismo. Tal junção estabeleceu o pensamento do período racionalista.

O Racionalismo dos filósofos René Descartes (1596-1650), Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch Spinoza (1632-77) e John Locke (1632-1704) também influenciaram diretamente a interpretação bíblica nesse tempo.

É possível notar alguns pressupostos racionalistas desse período: a) a razão, e não a revelação, devia orientar o pensamento e as ações; b) a razão seria usada para julgar que partes da revelação eram consideradas aceitáveis (que chegaram a incluir somente aquelas partes sujeitas às leis

¹⁰ Crença de que o único conhecimento válido que podemos possuir é o obtido através dos cinco sentidos.

naturais e à verificação empírica); c) o intelecto humano é perfeitamente capaz de discernir o que é verdadeiro e o que é falso (Virkler, 2007, p. 51).

Dessa maneira, a Bíblia só estará correta se corresponder à razão humana, caso contrário suas palavras devem ser ignoradas ou rejeitadas. Com os racionalistas a Bíblia passou a ser interpretada segundo interesses secundários e naturais (Lopes, 2013, p. 184).

Thomas Hobbes (1588-1679), um filósofo inglês, considerava a Bíblia um livro de regras e princípios para a república inglesa. Já para o judeu Baruch Spinoza (1632-1677), um filósofo holandês, a teologia (revelação) e a filosofia (razão) pertencem a campos distintos, os milagres bíblicos não foram literais e a razão sempre será o critério absoluto para julgar qualquer interpretação bíblica. Assim, o estudo bíblico só tem valor em virtude do interesse histórico (Zuck, 1994, p. 59-60).

O racionalismo tentou submeter a revelação divina aos critérios da razão humana, rejeitando a autoridade absoluta da Bíblia. Esse período alerta para o perigo de uma abordagem crítica que descarta elementos sobrenaturais e trata a Escritura como um mero documento histórico. A interpretação bíblica deve respeitar a inspiração divina do texto e reconhecer que a revelação de Deus transcende as limitações da mente humana. Os racionalistas foram os maiores incentivadores do cristianismo liberal e da forma destrutiva de crítica à Bíblia nos séculos XIX e XX. Esse é o assunto do próximo tópico.

6 PERÍODO MODERNO E PÓS-MODERNO (A PARTIR DE 1800)

O período moderno marca principalmente a crítica à Bíblia. A tentativa de união do racionalismo com a exegese bíblica não produziu bons frutos, embora “o método histórico-crítico tenha avançado em alguns aspec-

tos do nosso conhecimento de como a Bíblia foi feita, seus pressupostos acabaram por tirar o sobrenatural da Bíblia” (Lopes, 2003, p. 194). Neste tópico serão abordados os movimentos liberais, neo-ortodoxo e ortodoxo de interpretação.

O método histórico-crítico dos liberais destacou-se nesse período, onde as visões racionalistas ganharam ainda mais intensidade sobre interpretação da Bíblia, principalmente com o surgimento do Iluminismo¹¹ do século XVIII. Liberal é o nome dado aos estudiosos que rejeitaram os pontos de vista tradicionais de autoria bíblica e se valeram do racionalismo filosófico crítico (Virkler, 2007, p. 51).

Anteriormente a revelação de Deus determinava o que a razão deveria pensar, mas no período liberal o homem assume o lugar de Deus e a razão humana passa a julgar todas as coisas, inclusive determinar que parte da revelação, caso houvesse alguma, deviam ser aceitas como verdadeiras.

Bernard Ramm reforça descrevendo o método de interpretação histórico-crítico dos liberais. Para ele, “a mentalidade moderna era composta por paradigmas acadêmicos científicos. Tudo o que não está em harmonia com essa mentalidade deveria ser rejeitado” (Ramm, 1956, p. 63-64, tradução nossa). Isso significa dizer que a Bíblia passou a ser tratada como qualquer outro livro humano, sendo sujeita aos mesmos métodos comuns relacionados à história e críticas que a envolviam. Os milagres, as doutrinas do pecado, da depravação, do inferno e, por vezes, até a expiação vicária de Cristo foram rejeitadas por ofender a sensibilidade moral dos racionalistas e Jesus foi tratado apresentado apenas como um mestre de ética.

Escritores, como Schleiermacher (1768-1834 d.C.), negaram o caráter sobrenatural e a inspiração dos autores humanos por parte do Espírito

11 Movimento que, centrado na intelectualidade, se baseia na utilização da ciência e da razão para indagar os preceitos filosóficos de maneira empírica e racional, recusando quaisquer dogmas, principalmente os relacionados às doutrinas religiosas e/ou políticas.

Santo. Muitos dos teólogos e pensadores que continuavam crendo passaram a seguir o deísmo¹² como forma de conciliação entre a existência de Deus e o racionalismo. Segundo Virkler, “a pergunta dos eruditos já não era ‘que é que Deus diz no texto?’, e, sim ‘Que é que o texto me diz a respeito do desenvolvimento da consciência religiosa deste primitivo culto hebraico?’” (Virkler, 1987, p. 52).

A interpretação neo-ortodoxa do século XX mediou pontos de vista dos liberais e ortodoxos. Para a neo-ortodoxia as Escrituras são mais do que produto da experiência religiosa do homem, mas não chegam a afirmar que elas são a revelação infalível de Deus, pois, para eles, está cheia de erros e imperfeições.

Para Karl Barth (1886–1968 d.C.), a Bíblia torna-se a Palavra de Deus quando Deus escolhe o canal imperfeito para confrontar o homem com sua Palavra Perfeita. A Bíblia revela Deus ao homem, não em proposições sobre Deus, mas unicamente ao servir como um canal através do qual se realiza o encontro pessoal de Deus com o homem num ato de revelação. Numa experiência existencial, as palavras das páginas da Bíblia tornam-se vivas e falam pessoalmente ao homem (Lopes, 2003, p. 211-212).

Com os neo-ortodoxos a revelação divina deixa de acontecer no período dos registros históricos e passa a acontecer quando alguém lê as palavras da Escritura e reage com fé à presença divina. Segundo Virkler, “a revelação não é considerada como algo ocorrido num ponto histórico, o qual agora nos é transmitido nos textos bíblicos, mas uma experiência presente que deve fazer-se acompanhar de uma reação existencial pessoal” (Virkler, 1987, p. 52).

As histórias bíblicas com aspectos sobrenaturais são vistas como mitos, embora diferente do sentido pagão, não ensinam história literal. A narrativa de Gênesis sobre a criação do homem é um exemplo de “mito” e não pode ser tomada historicamente, mas serve apenas para concluir que o homem está sujeito a Deus; a encarnação e a cruz mostram a ineficácia

¹² Para os Deístas Deus criou o mundo, mas não interfere na criação.

do homem em salvar-se e que ela é um ato da graça de Deus. Com isso são verdades teológicas na forma de incidentes históricos (Ramm, 1956, p. 70-78).

O método chamado de ortodoxo considera a Bíblia a inerrante Palavra inspirada por Deus. Nesse contexto, existem aqueles que acreditam na inspiração verbal, onde as palavras da Bíblia procederam diretamente de Deus como forma de ditado divino para o “autor” que as colocou por escrito; e, por outro lado, aqueles que acreditam na inspiração plenária, onde a Bíblia é Palavra de Deus no sentido de resultado da mensagem geral que os autores foram levados pelo Espírito Santo a escrever, isto mesmo mantendo suas características e falhas naturais (Gusso, 2012, p. 17).

O método de interpretação dos ortodoxos visa procurar compreender mais plenamente o significado intencional do autor primário. Para isso, estuda-se a história, a cultura, a língua original e a teologia que os cercaram, com o objetivo de entender o que a revelação bíblica significava para esses beneficiários. Esse método passou a ser conhecido como o método gramático-histórico ou histórico-gramatical de interpretação da Bíblia. Ele emprega princípios gerais e métodos linguísticos e históricos coerentes com o caráter divino-humano da Bíblia (Virkler, 1987, p. 53).

A linha interpretativa pós-moderna surge na metade do século XX, influenciada diretamente pelo trabalho de F. Schleiermacher, R. Bultmann, F. Saussure, K. Barth, H-G Gadamer e J. Derrida”. Embora o pensamento de tais autores não seja uniforme, possuem pontos comuns: ênfase na sincronia do texto e não na diacronia, ou seja, procura analisar o texto em si, ignorando sua história; e partir do princípio de que o texto possui múltiplos sentidos e não apenas um, que no final parece ser uma espécie de retorno à alegoria, dependendo da criatividade do intérprete e não da intenção dos autores.

Para os pós-modernos, o conceito de verdade absoluta existente na modernidade foi totalmente rejeitado. A verdade passou a ser relativa e dependente do contexto social e cultural comum às pessoas. O conceito

de Deus é visto como totalmente relativo e a verdade entendida por cada um da sua própria forma. Não existe verdade, mas “verdades” que não se contradizem, mas se complementam. Assim, a inverdade passa a ser entendida como a afirmação de uma verdade fixa e absoluta. A mensagem cristã, para os pós-modernos, é ofensiva na medida em que apresenta o Cristo como a “única verdade” (Lopes, 2013, p. 199-201). Para facilitar o entendimento das reviravoltas da interpretação bíblica ocorrida a partir da reforma protestante, é apresentada na tabela a seguir:

RESUMO DOS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA REFORMA		
Momento histórico	Ênfase interpretativa	Desenvolvimento prático
Reforma e Ortodoxia Protestante	Autor	Busca o sentido dado pelo autor humano, que pode ser determinado mediante análise gramático-histórico.
Método Histórico-Crítico (Modernidade)	Texto	Tem a razão como juiz, assim busca reconstruir a formação do texto bíblico por meio de métodos críticos.
Novas Hermenêuticas (Pós-modernidade)	Leitor	Anuncia a “morte” do autor original e despreza o processo formativo do texto. O grande foco da interação está no leitor com o texto.

FONTE: Adaptada de Lopes, 2003, p. 201.

A modernidade trouxe contribuições para o estudo das línguas originais e do contexto histórico das Escrituras, mas também deu origem ao liberalismo teológico, que minou a autoridade bíblica. O pós-modernismo, por sua vez, rejeitou a ideia de uma verdade absoluta, promovendo uma interpretação subjetiva e relativista da Bíblia. Esses movimentos ensinam que, embora seja válido utilizar ferramentas acadêmicas para entender o texto bíblico, a interpretação das Escrituras deve sempre reconhecer sua inspiração divina e manter-se fiel ao propósito original do autor. Se não agirmos dessa forma, corremos o risco de distorcer a mensagem bíblica, adaptando-a aos gostos e tendências culturais do momento, em vez de

sermos transformados por ela. A consequência disso é uma fé fragilizada, moldada por sentimentos e opiniões pessoais, e não por fundamentos sólidos. Além disso, perde-se a centralidade de Cristo nas Escrituras e enfraquece-se o chamado ao arrependimento, à obediência e à santidade. Portanto, é essencial unir o rigor acadêmico à reverência espiritual, submetendo toda interpretação à autoridade do Espírito Santo e à coerência com toda a revelação bíblica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da interpretação bíblica, como demonstrado neste estudo, revela a complexidade e a riqueza do esforço humano para compreender a revelação divina. Cada época, marcada por seus próprios desafios culturais, filosóficos e teológicos, contribuiu de maneira singular para a formação da hermenêutica cristã, seja através de avanços metodológicos, seja através de equívocos que também ensinam, pelo contraste, a necessidade de fidelidade às Escrituras.

A análise crítica das diversas escolas de interpretação evidencia que muitos desvios ocorreram quando se desprezou o sentido claro e histórico do texto bíblico, seja pela alegorização excessiva, pela sujeição do texto a filosofias externas ou pela redução racionalista da mensagem divina. Nesse cenário, a contribuição da tradição reformada merece destaque: ao adotar o método gramático-histórico, resgatou a centralidade das Escrituras como única regra de fé e prática, reafirmando o compromisso com a autoridade textual e com a iluminação do Espírito Santo na interpretação.

A principal resposta à pergunta norteadora deste artigo - “Quais contribuições a história da interpretação bíblica pode legar aos intérpretes contemporâneos?” - pode ser sintetizada em algumas direções fundamentais: (1) a necessidade de um método de interpretação que respeite

o contexto histórico e gramatical da Bíblia; (2) a centralidade de Cristo como eixo da leitura bíblica; (3) a humildade espiritual do intérprete, reconhecendo sua dependência da ação do Espírito Santo; (4) a vigilância contra abordagens hermenêuticas que relativizem o texto ou imponham significados externos ao seu conteúdo original.

Além de apresentar esse panorama crítico, a pesquisa também aponta caminhos para investigações futuras. O aprofundamento da relação entre hermenêutica reformada ou ortodoxa e os desafios da pós-modernidade, por exemplo, é um campo que carece de estudos mais extensivos, especialmente diante das tendências relativistas e subjetivistas que têm impactado a leitura bíblica contemporânea. Da mesma forma, a aplicação prática da hermenêutica correta em contextos pastorais e missionais representa um campo fértil para pesquisas que busquem integrar teoria e prática no serviço da igreja e da sociedade.

Assim, pretendeu-se com este estudo não apenas a descrever a história da interpretação, mas também a oferecer instrumentos teóricos e práticos para a formação de intérpretes bíblicos conscientes e comprometidos com a Palavra de Deus.

REFERÊNCIAS

BERKHOF, Louis. **Princípios de interpretação Bíblica**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

BÍBLIA SAGRADA. ARC. 4ª e.d. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BÍBLIA DE ESTUDOS DE GENEVRA. ARA. 2ª Ed. Sociedade Bíblica do Brasil. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

BÍBLIA ONLINE. ARA. Disponível em: <https://my.bible.com/pt>. Acesso em: 16 de set. de 2020.

BRUCE, F. F. **The History of New Testament Study**”. **Howard Marshall, ed., New Testament Interpretation: Essays on Principles and Methods.** Carlisle: The Paternoster Press, 1979.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em: 08 de Set. de 2020.

FARRAR, Frederic. **History of interpretation.** New York: Dutton, 1886.

FEE, Gordon D. & STUART, Douglas. **Manual de Exegese bíblica.** Tradução Estevan Kirschner e Daniel de Oliveira. São Paulo: Vida Nova, 2008.

GRANT, Robert M. **A short history of the interpretation of the Bible.** 2 Ed. Revised and Enlarged. Fortress Press, 1963.

GUSSO, Antônio Renato. **Como entender a Bíblia: orientações práticas para a interpretação correta das Escrituras Sagradas.** 9. ed. Curitiba: A. D. Santos Editora, 2017.

GUSSO, Antônio Renato. **Hermenêutica.** Curitiba: FABAPAR, 2011. Apostila FABAPAR.

KAISER JR., Walter; SILVA, Moisés. **Introdução à Hermenêutica Bíblica: Como ouvir a Palavra de Deus apesar dos ruídos da nossa época.** 3.ed. Trad. Paulo C. N. dos Santos; Tarcízio J. F. de Carvalho; Susana Klassen. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes.** 3.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

MICKELSEN, A. Berkeley. **Interpreting the Bible.** Grand Rapids, Michigan: W. M. B. Eerdmans Publishing Company, 1963.

MOULE, H. C. G. **Veni Creator: thoughts on the person and work of the Holy Spirit.** London: Hodder & Stoughton, 1890.

NEWPORT, John P. **A Interpretação da Bíblia**. Em ALLEN, Clifton J. (ed. ger.) Comentário Bíblico Broadman: Velho Testamento. Rio de Janeiro: JUERP, 1987, vol.1.

PACKER, James Innell. **Entre os gigantes de Deus: uma visão puritana da vida cristã**. São José dos Campos, SP: Fiel, 2016.

PIRAGINE JR., Paschoal. **Hermenêutica bíblica**. 1a ed. Curitiba: Núcleo de Publicações FABAPAR, 2019.

RAMM, Bernard. **Protestant Biblical Interpretation**. 2nd ed. Boston: W. A. Wilde Co., 1956.

VIERTTEL, Weldon E. **A Interpretação da Bíblia**. 2.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1979.

VIRKLER, Henry A. Hermenêutica. **Princípios e Processos de Interpretação Bíblica**. Trad. Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Vida, 2007.

ZUCK, Roy. **A Interpretação Bíblica**. Trad. César de F. A. Bueno Vieira. São Paulo: Vida Nova, 1994.